

ANDREW PATRICK TRAUMANN

***A DIPLOMACIA DOS PETRODÓLARES:
RELAÇÕES DO BRASIL COM O MUNDO ÁRABE (1973-1985)***

ASSIS
2007

ANDREW PATRICK TRAUMANN

*A DIPLOMACIA DOS PETRODÓLARES:
RELAÇÕES DO BRASIL COM O MUNDO ÁRABE (1973-1985)*

Dissertação apresentada á Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP - Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre em História. Área de Conhecimento: História e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno

Assis
2007

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, e também a meus pais, irmãos, ao meu excelente orientador Clodoaldo Bueno, ao professor e amigo Francisco Ferraz e, por ultimo, mas não menos importante, à Andréa e Murillo por todo o apoio que me foi dado desde o inicio desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho trata das relações entre o Brasil e o Mundo Árabe, especialmente depois da primeira crise do petróleo, em 1973. Diante da disparada do preço do petróleo, o Brasil passou a intensificar o seu intercâmbio diplomático e comercial com os países árabes no intuito de suavizar os efeitos da crise. De forma inédita e adotando uma política externa pragmática baseada no interesse comercial do país, o governo Geisel incrementou as relações do Brasil com o Oriente Médio e norte da África. Nesta busca por novos aliados, destacou-se o Iraque. A amizade Brasil-Iraque começou com a prospecção de petróleo e a descoberta pela Petrobrás do poço iraquiano de Majnoon, um dos maiores do mundo, e também pela construção de estradas e ferrovias.

PALAVRAS CHAVE: Brasil, Geisel, Política Externa, Mundo Árabe, Crise do Petróleo, Iraque.

ABSTRACT

This work deals with the relations between Brazil and the Arab World, especially after the First Oil Crisis of 1973. To face the fast rise of the oil prices, Brazil started to intensify diplomatic and commercial affairs with the Arab countries in intention to reduce the effects of the crisis. Adopting a new and more pragmatic foreign politics, based in the commercial interest of the country, the Geisel government developed the relations of Brazil with the Middle East and North of Africa. In this search for new allies, Iraq was distinguished. The Brazil-Iraq friendship started with the prospection of oil and the discovery by Petrobras, of the Iraqi well of Majnoon, one of the greatest of the world, and also the building of roads and railroads in that country..

KEY WORDS: Brazil, Geisel, Foreign Affairs, Arab World, Oil Crisis, Iraq.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O BRASIL E O MUNDO ÁRABE	
1.1 OS PRIMEIROS CONTATOS	17
1.2 A CRISE DO PETRÓLEO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	26
1.3 BLOCOS ECONÔMICOS ÁRABES.....	37
1.4 O BRASIL E A ARÁBIA SAUDITA.....	47
2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1973-1985)	
2.1 ANTECESSORES DE GEISEL.....	52
2.2 GEISEL E O “PRAGMATISMO RESPONSÁVEL”.....	64
2.3 FIGUEIREDO E O “UNIVERSALISMO”.....	81
3 BRASIL E IRAQUE: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	109

LISTA DE SIGLAS

AAEM:	Acordo de Associação Euro-Mediterrânea
ABRAS:	Associação Brasileira de Supermercados
AEB:	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AIEA:	Agência Internacional de Energia Atômica
ALBRÁS:	Alumínio Brasileiro S/A
ALCA:	Área de Livre Comércio das Américas
ANBA:	Agência de Notícias Brasil - Árabe
ARAMCO:	Arab American Company
AVIBRÁS:	Aviação Brasileira
BRASPETRO:	Petróleo Brasileiro S/A
CACEX:	Consultoria e Acessoria de Comércio Exterior
CCA:	Conselho de Cooperação Árabe
CCAB:	Câmara de Comercio Árabe Brasileira
CCG:	Conselho de Cooperação do Golfo
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina
CIEF:	Centro de Investigação Sobre Economia Financeira
CNEN:	Conselho Nacional de Energia Nuclear
CSN:	Conselho de Segurança Nacional
DOP:	Departamento de Oriente Próximo
DSN:	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAER:	Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A
ENGESA:	Engenheiros Especializados S/A
ESG:	Escola Superior de Guerra
UE:	União Européia
EUA:	Estados Unidos da América
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FNLA:	Frente Nacional de Libertação de Angola)
GAFTA:	Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio
GATT:	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
ICAO:	Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional
IMBEL:	Indústria de Material Bélico
IMO:	Organização Marítima Internacional
INTERBRÁS:	Petrobrás Comercio Internacional S/A
IPC:	<i>Iraq Petroleum Company</i>
ISEB:	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISO:	International Organization for Standardization
MCTR:	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE:	Ministério das Relações Exteriores
NIOC:	<i>National Iranian Oil Company</i>
NSG:	Grupo de Supridores Nacionais
OAPEP:	Organização Árabe dos Países Exportadores de Petróleo
OEA:	Organização dos Estados Americanos
OLP:	Organização para Libertação da Palestina
ONU:	Organização das Nações Unidas
OPEP:	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PETROBRÁS:	Petróleo Brasileiro S/A
PIB:	Produto Interno Bruto

PNB:	Produto Nacional Bruto
PND:	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEMEM:	Políticas Nacionais de Material de Emprego Militar
SECEX:	Secretaria do Comercio Exterior
TNP:	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UFPE:	Universidade Federal de Pernambuco
UMA:	União do Maghreb Árabe
UNITA:	União Nacional pela Total Independência de Angola
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZLC:	Zona de Livre Comércio

INTRODUÇÃO

Segundo Jean-Baptiste Duroselle¹, a política externa de um país é sempre reflexo de sua política interna. Existem atos de política interna pura que não interferem de forma alguma na relação de um país com seus vizinhos, mas há, via de regra, uma supremacia do âmbito interno sobre o externo, ou seja, a maneira de lidar com as demais nações depende sobremaneira de seus interesses e necessidades naquele momento histórico.

As relações entre o Brasil e os países árabes, são um bom exemplo disso. O período militar no Brasil marcou uma guinada na política externa brasileira. Os primeiros presidentes, Castelo Branco e Costa e Silva, insatisfeitos com a política de seus antecessores Jânio Quadros e João Goulart, vista pelos militares como governos demasiado abertos a causas terceiro-mundistas e socialistas, retomam a tradicional posição brasileira de alinhamento com os EUA. Contudo, no final de 1973, a economia mundial sofreria um duro golpe, que forçaria o Brasil a mudar sua estratégia.

A OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) aumentou o preço do produto em 28%, eliminou os privilégios das grandes companhias ao utilizar um sistema de preço único e condicionou a venda de petróleo ao país consumidor ao seu apoio às causas árabes, em especial à questão palestina, sob pena de embargo. Imediatamente, EUA, Europa e Japão procuram soluções internas para a crise, enquanto aos países subdesenvolvidos restava sangrar suas divisas para pagar pelo produto e tentar incrementar seu comércio com os principais centros mundiais, medida praticamente inviável devido as medidas protecionistas dos países mais avançados.

Neste novo contexto, o Brasil, através do Ministro das Relações Exteriores Antonio Francisco Azeredo da Silveira, redefine as premissas da inserção do país no sistema mundial, abandonando o alinhamento com os norte-americanos e aproximando-se do Terceiro Mundo. Os dois últimos presidentes militares, Ernesto

¹ DUROSELLE, 2000, p.57

Geisel e João Figueiredo, adotam uma política externa marcada pelo pragmatismo, identificando-a principalmente com o comércio e com o interesse imediato do Brasil, aproximando-se assim de países atraentes do ponto de vista econômico. A partir daí, o Brasil passa a dividir suas relações bilaterais em setores: havia o grupo da América Latina, o das nações africanas de língua portuguesa e os países árabes produtores de petróleo.

Seguindo a política do então Ministro do Planejamento Delfim Netto, de que era preciso exportar para importar, o país acreditava ter encontrado uma saída para atravessar esta crise sem maiores danos: vender produtos brasileiros as nações árabes, subitamente enriquecidas com petrodólares. As relações diplomáticas intensificam-se: entre 1974 e 1977, dez embaixadas árabes foram abertas no país. O Brasil enviou ao mundo árabe igual número de embaixadores, estabelecendo ainda relações diplomáticas com o Sultanato de Omã, em caráter cumulativo com a embaixada brasileira na Arábia Saudita. No período de 1969 a 1984, o Brasil interage como nunca com os países árabes, firmando acordos culturais com o Egito e Arábia Saudita, comerciais com o Iraque, de tráfego aéreo com o Marrocos, e marítimo com a Argélia, o que barateava bastante os custos de transportes para ambos os lados.

A importância dada à região foi tamanha, que o Itamaraty desmembrou o DOP, (Departamento de Oriente Próximo, Ásia e Oceania), em DOP I e DOP II, e um intenso intercâmbio diplomático entre os países.

Os principais produtos brasileiros exportados eram frangos congelados, grãos, carros e eletrodomésticos. O governo criou interlocutores como a Interbrás, que esclarecia ao investidor interessado nas características do mercado árabe, especialmente sobre os problemas de burocracia. Além disso, o Itamaraty, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e o de Indústria e Comércio, passou a promover produtos nacionais nas principais feiras árabes².

A idéia era passar a imagem de que o Brasil teria tudo o que se precisasse, não apenas manufaturados, mas também implementos agrícolas, insumos e cereais. Porém, as empresas brasileiras de uma forma geral, não se encontravam preparadas para vencer a concorrência internacional nem estavam familiarizadas

² SILVA, 1988, p.45

com as peculiaridades do mercado árabe, sendo que apenas a Construtora Mendes Júnior e a Volkswagen conseguiram consolidar sua presença no mundo árabe.

Entre os países árabes com os quais o Brasil estabeleceu relações comerciais destacava-se o Iraque. Durante muitos anos, este foi um dos principais parceiros do Brasil, tanto em termos comerciais, quanto em políticos e militares. Em 1980, as compras brasileiras em Bagdá representavam 17,45% do total das compras brasileiras no exterior, e sempre esteve entre o primeiro e o terceiro maior fornecedor externo do país. No período de 1979 a 1989 o Brasil importou, em média, dois bilhões de dólares por ano, o que demonstra a extrema dependência do Brasil em relação ao fornecimento de petróleo e a importância do Iraque na garantia deste fornecimento³. O Iraque vendeu milhões de barris de petróleo ao Brasil sem exigir maiores garantias, e muitas vezes preferindo o Brasil em detrimento de países desenvolvidos⁴. Esta era a forma de o governo de Bagdá retribuir o fato do país ter sido um dos primeiros países do mundo a reconhecer a nacionalização do petróleo iraquiano num período em que o país encontrava-se sob ameaça de embargo.

Outro motivo que levou a tal favorecimento foi o fato do governo de Saddam Hussein apreciar a postura brasileira de não-interferência nos assuntos internos do Iraque, o que geralmente não ocorria quando Bagdá negociava com o chamado Primeiro Mundo. Em contrapartida, o Brasil vendeu ao Iraque alimentos congelados, automóveis e armamentos pesados como lança-foguetes, mísseis e tanques. No campo político, os dois países trilharam caminhos semelhantes, especialmente nas décadas de 1970 e 80. Buscaram alternativas ao alinhamento com as duas superpotências (EUA e URSS) e tinham planos de tornarem-se países hegemônicos em suas respectivas regiões.

Este episódio ilustra a idéia de que as necessidades de um país no contexto interno refletem-se no externo, ou seja, a necessidade brasileira por petróleo fez com que toda uma política tradicional fosse modificada para atender a interesses imediatos do país. Este conceito origina-se na *raison d'état*. Idealizada na França, a razão de Estado privilegia os interesses do Estado Nacional, independentemente dos meios aplicados para tal objetivo, ou seja, descarta-se qualquer tipo de freio moral ou ético, como já aconselhara Nicolau Maquiavel. No

³ MONTENEGRO, 1992, p.28

⁴ ATTUCH, 2003, p.04

século XIX, Bismarck batizou essa prática como *realpolitik*, ou a prática política a partir de cálculos individuais e egoístas de cada Estado.

O pragmatismo do governo brasileiro também serve para ilustrar o pensamento de outro historiador, o francês Pierre Milza⁵. Segundo ele, em seu texto intitulado “Política interna e Política Externa”, a ideologia nem sempre é posta em prática no plano externo. Justificativas de longo prazo podem avalizar decisões das mais contraditórias, como no exemplo que o autor usa acerca da venda de carvão da URSS para a Espanha de Franco.

No caso do Brasil, percebe-se claramente que a ideologia militar de alinhamento aos norte-americanos em nome da chamada “Segurança Nacional” foi abandonada devido a necessidades urgentes do país, mudando sua linha de política externa, aproximando-se de países árabes, inimigos políticos e, por vezes militares, de Israel, um dos maiores aliados dos EUA. Assim sendo, a relação bilateral com o Iraque, pode ser traduzida como uma reação de ordem prática, em que o Brasil, tentando compensar sua carência de poder resultante da falta de petróleo define uma estratégia de acordos de longo prazo. Claro que esta mudança em relação ao Oriente Médio foi apenas uma parte de um projeto maior que era o “pragmatismo responsável”.

A política exterior de um país representa a visão de mundo de seu governante, seus interesses e prioridades. Segundo Paulo Fagundes Vizentini é a interação, conflitiva ou cooperativa, entre nações que chamamos de política internacional. À clássica pergunta: “quem formula a política externa?”, a resposta é múltipla: depende da conjuntura e dos interesses que estão em jogo⁶.

No caso específico do nosso trabalho, a escassez de antecedentes dificulta a escolha de um modelo mais apropriado ao tipo de análise proposto, pois é muito mais comum entre os interessados nas relações internacionais, o estudo da atuação dos países hegemônicos, e, eventualmente sua interação com Estados periféricos. Mas poucos são os que se dedicam à análise das relações entre dois países periféricos, no âmbito denominado “relações Sul-Sul.” Por isso o realismo clássico, elaborado no século XX, por E.H. Carr (*Vinte anos de Crise*) e Hans Morgenthau (*A Política entre as Nações*)⁷, não será predominante em nossa

⁵ MILZA, 1996,p.130

⁶ VIZENTINI, 2005,p.15

⁷ PECEQUILO, C. S., 2004,p.115

abordagem, pois este privilegia a questão da potência hegemônica, que não está no âmago do nosso trabalho.

Esta escolha, no entanto, não significa que pretendemos ignorar modelos mais abrangentes de estudos das relações bilaterais entre Estados. Pretendemos incorporar elementos do realismo estrutural ou neo-realismo, surgido na década de 1970, quando se propõe que as relações entre diversos Estados soberanos sugerem uma interdependência, especialmente na busca por recursos naturais valiosos.

As características geográficas e físicas de cada país o fariam mais ou menos sensível e vulnerável à escassez de determinados recursos, o que guiaria sua política externa. Diante do cenário atual de globalização em que o mundo cada vez mais se divide em blocos econômicos regionais, o fortalecimento das relações “Sul-Sul” surge como uma alternativa, objetivando a sobrevivência no mercado frente às políticas protecionistas dos países desenvolvidos. Mais do que uma revisão do realismo clássico, trata-se de uma alternativa às abordagens liberais que ganhavam cada vez mais espaço. Um dos grandes teóricos do neo-realismo é Kenneth Waltz⁸, que compara a estrutura e a motivação dos Estados com o mercado econômico. Segundo Waltz⁹, assim como no livre mercado diferentes empresas competem entre si pela sobrevivência, os Estados também se constituíram em unidades autônomas que interagem entre si buscando unicamente a defesa de seus interesses, e sem poder contar com ninguém a não ser com si mesmos. Contudo, nesta disputa individual, há um fator que faz com que os Estados não se agridam indiscriminadamente: o controle da tecnologia nuclear para fins bélicos. O chamado “equilíbrio do terror”, apesar de levar à contenção mútua, devido às catastróficas conseqüências advindas de um ataque nuclear leva também a embates entre as potências nucleares por zonas de influência, e eventuais intervenções militares em pontos estrategicamente importantes do globo.

Outro aspecto importante nas relações externas lembrado por Milza¹⁰ é o ambiente doméstico, ou seja, a maneira como o cidadão médio vê a si mesmo e aos outros, seus valores, ideologia, estruturas econômicas e sociais, etc. Contudo, muitas vezes na História, sobretudo em regimes autoritários o imaginário

⁸ Idem, p. 132.

⁹ Ibidem, p. 133.

¹⁰ MILZA, 1996, p. 137.

cultural de um povo e suas impressões do outro são manipulados para fins políticos. Segundo Duroselle¹¹, muitas vezes os governantes apelam para simplificações grosseiras para serem mais bem compreendidos pelas massas. Tais simplificações podem criar ou aumentar o grau de perigo que podem oferecer supostos ou declarados inimigos, utilizando-se a propaganda para a prática de perseguições políticas, religiosas, étnicas ou até mesmo a guerra.

Todavia, com a popularização da mídia nas últimas décadas do século XX, a população fica mais bem informada sobre o que acontece no mundo e toma consciência de que os atos de seu governante no âmbito externo influenciarão seu dia a dia. Nos EUA foi a vinculação pela mídia das pesadas baixas sofridas pelos norte-americanos no Vietnã que levou a opinião pública norte-americana a pressionar o governo pelo fim da guerra.

Contudo, no caso do nosso trabalho, a mídia, devido principalmente à censura vigente no período militar não podia discordar abertamente da política governamental. Nem tampouco poderia tentar promover um debate sobre determinado tema e, portanto, o ambiente, ou apoio interno apontado por Milza como um dos fatores preponderantes na condução das relações internacionais de um país, surgia mais dos efeitos da propaganda do governo do que de uma discussão mais ampla na sociedade da época.

De acordo com Cristina Pecequilo¹², as Relações Internacionais são, por definição, uma mescla do conhecimento de diversas áreas do saber, destacando-se a Ciência Política, a Economia, a História e o Direito. É uma disciplina que empresta seus conceitos de outras, sendo formada por uma variedade complexa e abrangente de matérias. Segundo Pecequilo, os detratores da disciplina a acusam de ser apenas uma colcha de retalhos, devido à sua inevitável fragmentação. Contudo, esta falta de unidade deve ser entendida como um trunfo da disciplina uma vez que permite a compreensão do objeto de estudo segundo diferentes prismas, de uma forma abrangente. O conhecimento é construído e sustentado por diversas dimensões, não se focando em uma só área. Há também um diferencial raramente visto em outros ramos do conhecimento. As Relações Internacionais possuem um pluralismo teórico que possibilita a construção de conceitos adequados a produzir interpretações científicas da realidade internacional.

¹¹ DUROSELLE, 2000,p.84

¹² PECEQUILO, 2004,p.19

Discursos diferentes do predominante não são invalidados, pelo contrário, coexistem com ele, não gerando necessariamente uma substituição de paradigmas.

Como é definida pelos acontecimentos que procura explicar, a disciplina mantém-se em permanente processo de questionamentos e busca de respostas. A despeito dos avanços tecnológicos dos países desenvolvidos, boa parte do mundo passa por grande instabilidade social, envolvida em disputas territoriais, por recursos naturais e até a própria sobrevivência de determinados grupos sociais. Neste quadro, o intercâmbio entre profissionais das Relações Internacionais e da História passa a ser cada vez mais importante, pois os primeiros, ao analisarem conjunturas dinâmicas e cenários mundiais passíveis de modificar-se em apenas um dia, fornecem subsídios para que os historiadores possam, futuramente, fazer suas análises com o distanciamento que o tempo permite.

Em suma, o que se pretende aqui é fazer uma síntese explicativa das relações entre o Brasil e o Mundo Árabe, como essas relações se desenvolveram, quais foram suas intenções iniciais, suas vantagens e desvantagens. Analisaremos os reflexos da aproximação com países não-ocidentais e muitas vezes aliados da então URSS, ou então inimigos declarados de Israel, principal parceiro dos EUA no Oriente Médio. Pretendemos analisar também se essas relações justificaram-se para o Brasil do ponto de vista econômico e diplomático. Escolhemos o recorte temporal que vai de 1973 a 1985 por dois motivos: o período inicial explica-se pela eclosão da Crise do Petróleo e o final pelo fim do regime militar e pelas semelhanças entre a política de Figueiredo e de seu antecessor Ernesto Geisel em relação ao Oriente Médio. No caso específico do Iraque, em alguns momentos a pesquisa extrapola o recorte temporal proposto, pois o comércio com este importante produtor de petróleo permaneceu relevante até 1989.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, em que foram pesquisadas as fontes possíveis dentro da escassa bibliografia sobre as relações do Brasil com o Oriente Médio. Isso nos levou a consultar obras de jornalistas como Leonardo Attuch. Mesmo sabedor das limitações das fontes jornalísticas, e não endossando muitas das opiniões do autor, muitas vezes o pesquisador se vê obrigado a recorrer às mesmas, obviamente com as devidas ressalvas. Todavia, é

importante ressaltar que este autor já tem certa experiência de pesquisa nas relações entre mídia e noticiário do Oriente Médio¹³.

Na primeira parte deste trabalho analisaremos o contexto histórico que levou à Crise do Petróleo no Oriente Médio e as relações do Brasil com o Mundo Árabe, de uma forma geral. A segunda parte é dedicada à política externa brasileira e o debate dentro do regime diante da mudança de rumo adotada com o “pragmatismo responsável”. Já no capítulo final é feita uma análise da relação do Brasil com seu mais importante parceiro árabe, o Iraque.

¹³ Disponível na Internet em: http://www.uem.br/~urutagua/005/17pol_traumann.pdf Acessado em: 12/11/2006.

1 O BRASIL E O MUNDO ÁRABE

1.1 OS PRIMEIROS CONTATOS

Na segunda metade do século XIX, o Império Otomano que, além de outros, incorporava os estados árabes do Oriente Médio e parte da África, encontrava-se em estado de desintegração. O chamado “Gigante Enfermo” agonizava, e seu colapso total ocorreu ao final da Primeira Guerra Mundial. Obviamente, toda a região dominada pelos turcos sentiu os efeitos de tantas mudanças. Entre 1859 e 1869 foi construído o Canal de Suez, dando fim ao controle do comércio de caravanas entre sírios e libaneses que levavam seda e especiarias para a Europa¹⁴. A própria indústria da seda encontrava-se em crise já há algum tempo, devido a pragas e a competição com transportes mais rápidos que barateavam os produtos chineses e japoneses. Concomitantemente, uma explosão demográfica entre a população cristã do atual Líbano, que tradicionalmente habitava as montanhas fez com que estes descessem às planícies em busca de espaço e trabalho, entrando em atritos com os drusos. Os cristãos, em sua maioria, gregos-ortodoxos e maronitas, logo se organizaram politicamente, o que desagradou de sobremaneira os drusos. O drusos então se aliam aos otomanos, obtendo armas para combater os “invasores”. Os otomanos já se encontravam em dificuldades desde que a Grécia, então província otomana, não só tornou-se independente, mas incentivou levantes em todo o Império, especialmente nas áreas gregas da Tessália, Trácia e Macedônia, o que colocava os otomanos sempre em luta, e em diferentes *fronts*, ora na Palestina, ora nos Bálcãs ou ainda no norte da África. Esta aliança com os drusos dava aos otomanos um auxiliar, pelo menos em uma parte do império. No entanto, já estava claro que o declínio definitivo do gigante era uma questão de tempo.

Já naquela época havia na região onde hoje é o Líbano, grande número de missionários cristãos, na sua maioria norte-americanos, que trabalhavam

¹⁴ AL-SAFI, 1993, p.158

com a população cristã árabe, informando-os sobre a vida na Europa e na América. Todavia, ainda não eram muitos os que tentavam a imigração. Apenas em 1860, um ano de repressão particularmente brutal por parte dos otomanos, é que o fluxo imigratório se torna mais intenso¹⁵. Os destinos principais sempre foram, primeiro os EUA, e depois, caso o candidato não obtivesse o visto, Argentina, Brasil e demais países latino-americanos. Os libaneses já tinham um apreço especial pelo Brasil, devido à viagem que D. Pedro II realizara ao Líbano em 1876. O imperador era um grande admirador da cultura árabe, chegando inclusive a aprender o idioma, e a fundar uma igreja ortodoxa em Alexandria, no Egito.

O pesquisador norte-americano Clark Knowlton, em estudo sobre a imigração árabe no Brasil, fez levantamento estatístico indicando que em 1871, dois imigrantes com passaporte turco entraram no país seguido por outros oito em 1872, vinte e um em 1874, quinze em 1877, seis em 1880 e trinta e oito em 1881. Porém, segundo o diplomata saudita Mansour Saleh Al-Safi, que cita tal pesquisa em seu livro *Arábia Saudita: Política Externa e Aspectos de sua Relação com o Brasil*,

Apenas em 1892 as autoridades brasileiras começaram a registrar corretamente as nacionalidades, Aparecendo naquele ano 93 sírios como imigrantes e 196 outros em 1895. Até o final do século, 2.110 imigrantes do Oriente Médio tinham chegado ao Brasil, quer fossem eles registrados como “turcos”, ou sírios, libaneses, armênios, egípcios, marroquinos e argelinos, chegando aquele autor ao total de 106.184 imigrantes de 1871 a 1942.¹⁶

Contudo, não devemos depositar confiança absoluta nestes dados, pois é fato bem conhecido que não só árabes viviam sob domínio turco e, portanto, outras etnias também portavam o passaporte turco. Muitos judeus vieram para o Brasil com tal documento, o que fez com que o povo os confundisse, e que a comunidade árabe tivesse que sofrer com a pecha muitas vezes imputada aos judeus de “assassinos de Jesus”.

A propósito, o elemento religioso é muito importante para entendermos a imigração árabe. No final do século XIX, ela era quase toda cristã. Vivendo em países onde eram minorias, sentiam-se atraídos por países que unissem o Cristianismo como religião majoritária e a possibilidade de enriquecimento. Por volta de 1890, o número de cristãos já era grande o suficiente para que se fizesse necessária a presença de padres do rito maronita e da Igreja

¹⁵ AL-SAFI, 1993, p.159

¹⁶ Ibidem, p.160.

Ortodoxa. E em 1896, um rabino sírio viria para fundar a primeira sinagoga carioca. Os muçulmanos árabes só fundariam a primeira mesquita quase cinco décadas depois, embora o Islã já tivesse chegado ao Brasil no final do século XVII, através dos escravos malês.

Com o colapso do Império Otomano, e a região ficando sob o mandato oficial da Liga das Nações, a imigração deixa de ter caráter provisório. Abandonam o sonho de retornar ricos à sua terra e passam a buscar um lar definitivo na América. Os novos imigrantes encontravam os pioneiros já estabelecidos no comércio atacadista. Estes forneciam-lhes mercadoria e *know-how* para trabalhar na nova terra.

Além de sírios e libaneses, houve outra imigração, bem mais recente, a dos palestinos, ocorrida a partir da década de 1970, portanto pouco após a ocupação dos territórios palestinos por forças israelenses, e de distúrbios ocorridos na Síria e no Líbano. Embora este movimento de refugiados palestinos já existisse desde a criação de Israel, em 1948, é depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, que se intensifica. Muitos desses palestinos fixaram-se em São Paulo, Porto Alegre e especialmente no Distrito Federal.

Entre os imigrantes do século XX, estavam professores, jornalistas, escritores, etc. Durante o Estado Novo, surgiu uma associação de escritores árabes chamada “Nova Andaluzia”, que teve que ser extinta devido à política de caráter xenófobo do governo Vargas. Também na vida pública os árabes destacaram-se. Nomes como o de Francisco Rezek, Antonio Kandir, Espiridião Amin, José Richa, dentre outros, surgiram na política nacional e demonstram a mobilidade social que o imigrante árabe obteve no Brasil. Com um segmento populacional tão significativo, composto por imigrantes bem sucedidos nos negócios e na política, é natural observar que o Brasil mantém relações comerciais com o mundo árabe desde o aparecimento das nações árabes modernas. Segundo Al-Safi¹⁷

No séc. XIX o Brasil já havia instalado um consulado honorário no Egito. Mesmo antes do aparecimento do petróleo como produto exportado por países árabes, o mundo árabe como um todo, só pela sua dimensão geográfica e pela sua população, mereceu atenções especiais do Brasil desde 1924, quando este estabeleceu relações diplomáticas com o Egito.

O mundo árabe ocupa um território de 12.911,94 milhões de quilômetros quadrados, e cerca de trezentos milhões de habitantes estendendo-se

por 85% da faixa entre o Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mar da Arábia (os outros 15% são ocupados por Irã e Israel). Divide-se em duas subáreas: a primeira, chamada *Maghreb* (Ocidente), compreende o norte da África, ou seja: Marrocos, Tunísia, Líbia e Argélia. A segunda, denominada *Macharek*, (Oriente), inclui Egito, Kuwait, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, Sudão e Arábia Saudita.¹⁸

Após o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito, os próximos países com quem o Brasil estreitou os laços foram Líbano (1946), e Síria (1952). Estas eram justificadas pela grande colônia sírio-libanesa presente no país, a qual tinha estabelecido canais de comércio e exportação com seus países de origem, através de contatos de parentesco e amizade. Para se ter uma idéia, em 1968, cerca de 60% das exportações brasileiras ao mundo árabe eram dirigidas ao Líbano.

Em 1961, o Brasil estabelece relações com Marrocos, Tunísia e Argélia. Esta decisão foi muito criticada na época, devido à sua falta de sentido prático. E realmente, após seis anos, não havia sido constatada nenhuma relação comercial entre o Brasil e estes países norte africanos. O Brasil importava relativamente muito (5% de suas importações, basicamente fosfato, petróleo e potassa), e exportava pouco, criando assim um déficit em sua balança comercial.

Dentro da ótica comercial brasileira, no entanto, o Iraque era considerado comercialmente mais interessante do que o grupo formado por Síria, Líbano e países do *Maghreb*. A Arábia Saudita também foi encarada como parceira em potencial, tendo o Brasil iniciado contatos preliminares com os sauditas em 1967.

As primeiras tentativas de ingresso do Brasil nos mercados árabes não foram bem-sucedidas, devido ao desconhecimento mútuo entre economias e culturas tão distintas¹⁹. Ambos os lados demonstravam interesse em incrementar o comércio, mas a conexão entre os setores técnicos e produtivos não era eficiente. Segundo Al-Safi²⁰, na década de 1970, havia três boas razões para o Brasil querer ingressar no mercado árabe:

a) Ter acesso a um mercado maior que o brasileiro tanto em população quanto em poder aquisitivo.

¹⁷ AL-SAFI, 1993, p.171

¹⁸ AL-SAFI, 1993, p.174.

¹⁹ MAJZOUN, 2001, p. 61-62

b) Por ser um mercado supridor dos minerais que o Brasil precisava como petróleo, potassa e fosfato a preços que eram de três a cinco vezes inferiores ao mercado interno brasileiro.

c) Acesso direto ao mercado de capitais dos países produtores de petróleo.

Obviamente que antes da década de 1970, já era importante preencher este último quesito. No entanto, a crise o transformou numa necessidade. Foi proposto um programa para criar incentivos que rompessem aquele imobilismo: a criação de transações diretas tanto de venda quanto de compra, evitando intermediários e com a finalidade de estimular a criação de escritórios brasileiros naqueles países, assim como a criação de firmas locais brasileiras; o estabelecimento de empresas brasileiras em zonas francas árabes, como: Tanger, Bizerta, Port Said e Beirute, e a criação de linhas de crédito para importação e exportação.

Mas já era consenso a idéia de que o conhecimento mútuo por meio da diplomacia era a melhor tática. A princípio, o Brasil estabeleceu representação em Tunis, que respondia também pelo Marrocos, Argélia, Líbia e obviamente a própria Tunísia; Cairo que alcançava Egito, Sudão, Kuwait e Iêmen; Beirute que abrangia Líbano, Chipre, Jordânia, Síria, Arábia Saudita e Iraque; e Karachí, que abrangia os Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Omã e Paquistão. Na época foram propostos também cursos de comércio exterior a serem ministrados no Itamaraty voltados para o mercado árabe, similares a outros já existentes nos EUA e Europa.

Em 1968, o Brasil deu início às relações diplomáticas com a Arábia Saudita, ficando a embaixada brasileira no Líbano encarregada de responder pelas ligações com Riad. Em contrapartida, as relações diplomáticas sauditas com o Brasil e América Latina eram administradas desde sua embaixada em Washington (EUA). No entanto, em 1973, foi decidido que os dois países trocariam embaixadores, tendo o Brasil enviado como seu primeiro representante o embaixador Murilo Gurgel Valente nesse mesmo ano. Em 1974, o governo saudita enviou a Brasília o embaixador Mamoun Kabbani. No final de 1973, seria instalada em Bagdá a embaixada brasileira, que daria novo dinamismo nas relações Brasil-Iraque. No ano

²⁰ AL-SAFI, 1993, p.175.

seguinte desenvolver-se-iam as relações entre Brasil e Argélia, com a entrada da Braspetro no país e o início da exploração do petróleo argelino, além do incremento das relações na área dos transportes. No ano de 1974, os maiores movimentos comerciais foram atingidos no intercâmbio com a Argélia e a Líbia, cujo montante chegou a cerca de US\$325 milhões, no entanto a balança comercial com este último era muito desequilibrada a favor do país africano. Este *déficit* cresceu nos anos seguintes e chegou em 1977, a quase três bilhões de dólares em favor dos árabes. Portanto, a aproximação com os países árabes, ao contrário do que muitos pensam, teve seu início com Médici e não com Geisel. Tal aproximação encaixava-se perfeitamente no tipo de relação Sul-Sul pretendido por Médici.

Mas obviamente foi Geisel que, devido à crise do petróleo, estreitou os laços comerciais com os países da região. Na época, a OPEP dividiu os países em amigos ou não da causa palestina, para não sofrer os efeitos do embargo o país precisava estar no primeiro grupo. Enquanto Médici posicionava-se de forma no mínimo ambígua em relação à resolução 242 da ONU que ordenava a retirada israelense dos territórios palestinos ocupados, o ministro Azeredo da Silveira, numa recepção ao ministro de negócios estrangeiros saudita Omar Al-Sakkaf, posicionou-se de forma inequívoca a favor da causa palestina e, em 1974, chegaria a fazer um discurso pró-palestino na XXIX Assembléia Geral da ONU. Em seu pronunciamento, Azeredo da Silveira afirmou que²¹

[...]A objeção à guerra de conquista é uma constante na História do Brasil e um preceito em nossa Lei Fundamental. Consideramos absoluto o direito à integridade territorial e à obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito.

Assim, o governo brasileiro aceitava os direitos do povo palestino a autodeterminação e soberania como único caminho para uma paz duradoura na região. Na XXXI Assembléia Geral da ONU, o Brasil votou a favor de uma solução negociada entre árabes e israelenses, tendo como base a carta da ONU²².

No entanto, em outubro de 1975, o Brasil causou desconforto entre norte-americanos e sionistas em geral ao votar na ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo. De acordo com o presidente Ernesto Geisel,

Não aceitei uma forma evasiva que a diplomacia usa. O Itamaraty, quando estava convicto do voto que devia proferir, mas sentia que com ele iria

²¹ Apud. PASSOS, 1988, p.87.

²² MIYAMOTO, 1985, p.193.

desagradar aos Estados Unidos ou a outro país importante, adotava a política de abstenção, se abstinha de votar. Não aceitei isso, dizendo que era uma covardia. Se o Brasil tem uma opinião, ele tem que defender o seu ponto de vista e votar de acordo com a sua convicção. Estou convencido até hoje de que o sionismo é racista. Não sou inimigo dos judeus, até porque em matéria religiosa sou muito tolerante. Mas como é que se qualifica o judeu, quando é que o indivíduo é judeu? Quando a mãe é judia. O judaísmo se transmite pela mãe. O que é isso? Não é racismo? Não é uma raça que assim se perpetua? Por que eu não posso declarar isso ao mundo? O que tem isso de mau? Contudo nosso voto provocou uma celeuma danada.²³

Apesar desta forte declaração pessoal de Geisel, segundo Miyamoto e Gonçalves²⁴, naquela conjuntura, do ponto de vista estritamente político, o Brasil não poderia ter se posicionado de outra forma, devido à crise do petróleo e ao fato de que o Brasil chegava ao final do “milagre econômico”, necessitando, portanto, implementar suas relações com os países árabes. Da mesma forma, o Itamaraty desaconselhou o governo a adquirir o míssil israelense Gabriel. Contudo, de acordo com Walder de Góes²⁵, a decisão de votar favoravelmente a tal resolução foi precipitada. Azeredo consultara Geisel sobre qual posição tomar e o presidente recomendara o voto favorável. Quando se deu conta do equívoco político que tal atitude representava tentou recuar, mas a forte reação do Departamento de Estado Norte-americano mexeu com os brios do governo brasileiro, que optou por manter o voto.

Na Resenha de Política Exterior do Brasil o chefe da delegação brasileira viu a necessidade de se explicar. Justificou que o Brasil nada tinha contra os judeus ou o judaísmo e reconhecia Israel como estado independente. No entanto, não admite que este reconhecimento esteja baseado na aceitação de idéias sionistas e como, mesmo o sionismo não é unanimidade entre os judeus, não se pode confundir anti-sionismo com anti-judaísmo²⁶. Em relação aos palestinos, apesar da permissão de abertura de um escritório da OLP em Brasília, não foi conferido a este o *status* diplomático, por não se tratar de país independente e mesmo com a intervenção do vice-presidente iraquiano, este era um pedido que não podia ser atendido²⁷.

²³ *Apud.* D'ARAÚJO, e CASTRO, 1997, p.341-342.

²⁴ MIYAMOTO e GONÇALVES, 1993.p.34

²⁵ GÓES, 1978 p.30.

²⁶ VIZENTINI, 2002, p.248

²⁷ MIYAMOTO, p.271

No aspecto comercial, o intercambio continuou intenso. Em 1979, o ministro do petróleo do Iraque Tayej Abdul Karim solicitou uma intensificação nas relações e garantia o fornecimento de petróleo em qualquer circunstância. No ano seguinte, seria criada a Comissão Mista Brasil-Iraque e um acordo de cooperação nuclear²⁸. Neste mesmo ano, o embaixador iraquiano Faid Maki Ahmed anunciou que o Iraque daria preferência á importação de produtos brasileiros, desde que de qualidade comprovada, mesmo que o preço estivesse um pouco acima do da concorrência.

Em 1982, o ministro Saraiva Guerreiro foi á Arábia Saudita realizando a primeira visita oficial de um chanceler brasileiro aquele país. Alguns meses antes o ministro do petróleo saudita, *sheikh* Yamani, havia sido condecorado com a Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul demonstrando a importância que os árabes tinham na época já que esta é a principal condecoração nacional, sendo outorgada apenas a Chefes de Estado e na despedida de embaixadores que serviram no Brasil²⁹. Contudo, o *déficit* na balança continuou, até porque, obviamente, é gritante a diferença de valores entre os produtos que o Brasil exportava – notadamente grãos e manufaturados e o petróleo e fosfato importados. Além disso, os árabes preferiam investir seu dinheiro em mercados mais seguros e de retorno mais rápido, como EUA e Europa.

Na sua busca por petróleo, o Brasil tentou também obter o fornecimento por parte do Irã. Em outubro de 1977, o general Araken de Oliveira foi a Teerã visando a um acordo sobre a área que a Braspetro explorava na fronteira com o Iraque em regime de contrato de risco. As negociações já corriam há algum tempo entre a Mobil Oil (associada à Braspetro) e a National Iranian Oil Company (NIOC). Porém, no meio do contrato, o Irã simplesmente decidiu aumentar os impostos e *royalties* a serem pagos. Por isso, em 1978, a Braspetro decidiu por desativar prematuramente suas explorações no Irã e concentrar esforços no Iraque, aliás, o único país que garantiu ao Brasil o suprimento de petróleo³⁰.

Em 1978, a exemplo do que aconteceu com o Iraque, a Volkswagen vendeu 15 mil automóveis à Argélia em troca de fosfato. No mesmo ano mais 17 mil veículos seriam trocados por petróleo. A Braspetro iniciou seus trabalhos em

²⁸ Ibidem, p.213

²⁹ Ibidem, p.214

³⁰ VIZENTINI, 2002. p. 254.

território argelino no mesmo ano produzindo cerca de 2000 barris/dia no campo de Ras Tounb. Com relação à vizinha Líbia, o enorme déficit na balança comercial fez com que o Brasil tentasse incrementar seu comércio com aquele país vendendo-lhes carros de combate. A Líbia adquiriu quatrocentos carros em 1976, mas dois anos depois novas negociações chegaram a um impasse devido à recusa do Itamaraty em abrir um Centro Cultural Líbio no Brasil e um similar brasileiro no país liderado por Muammar Kadafi.

Em 1979, começa o conflito Irã-Iraque, o que leva o Brasil a nova crise devido à importância iraquiana no fornecimento de petróleo. O Brasil então recorre ao FMI, para renegociar sua dívida, fazendo com que a política externa brasileira estivesse mais nas mãos do ministro da fazenda Delfim Netto que no Itamaraty. Contudo, desta vez o abalo não tenha sido tão forte devido a uma política de diversificação dos fornecedores no âmbito externo e de um programa de redução do consumo e de busca de fontes alternativas no interno.

Embora as intensificações dos contatos tenham aumentado a balança comercial durante o período 1968-1978, esta sempre foi desfavorável ao Brasil, na ordem de 900 milhões a US\$ 1,30 bilhões de dólares. Todavia, logo ambos os países encontraram o produto que muito interessava aos sauditas e que podia equilibrar a balança comercial: armas e equipamentos militares.

Segundo Al Safi³¹

Entre as armas brasileiras que os sauditas buscavam, estavam os blindados fabricados pela ENGESA, como o Cascavel e o anfíbio Urutu, já vendidos para mais de 30 países. [...] No entanto, o astro maior do arsenal brasileiro era o tanque de guerra pesado "Osório", que estava sendo oferecido para testes no deserto saudita, e que eventualmente venceria uma concorrência internacional com ampla vantagem à frente de todos os seus concorrentes.

Fazia parte do acordo também, a venda de aviões de treinamento e observação. A imprensa brasileira previa uma venda no valor de US\$4,5 bilhões. Foi a primeira negociação desse tipo entre países do terceiro mundo, e representou o auge das relações entre os dois países.

³¹ AL-SAFI, 1993, p.209

1.2 A CRISE DO PETRÓLEO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Após a queda do Império Turco³² ocorrida no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os árabes, liderados por Lawrence da Arábia, lutaram ao lado dos britânicos para livrarem-se do jugo turco, acalentando sonhos de independência. Porém, a decepção foi grande. Ao final da Primeira Guerra, a região ficou oficialmente sob mandato da Liga das Nações, embora sob forte influência do colonialismo anglo-francês. A França dominou Síria, Líbano e norte da África, enquanto a Inglaterra dominou o Iraque, a Jordânia (então chamada Transjordânia) e a Palestina. Os árabes, ao contrário do que imaginavam, não estavam livres, mas apenas submetidos a um novo senhor.

Após a Segunda Guerra (1939-1945), o colonialismo perde fôlego, e muitos países, especialmente os da África e Oriente Médio tornam-se independentes. Como nestes últimos haviam-se descoberto imensas reservas de petróleo, esta região torna-se importantíssima para o abastecimento mundial, fazendo com que as ex-metrópoles mantivessem um controle econômico destes novos países por meio do monopólio da exploração de seu petróleo. Os países produtores da região, com pouco conhecimento técnico, capital, e, sobretudo carentes de uma consolidação de sua independência nada podiam fazer. Conseguem, contudo, chegar a um razoável estágio de autodeterminação na década de 1950.

Anteriormente, mais precisamente no ano seguinte à fundação da Arábia Saudita em 1932, a *Standard Oil Company of Califórnia* fez proposta para a exploração de seu território. Porém, somente após o término da II Guerra Mundial é que as atividades de prospeção puderam ser realizadas com força total. Em 1947, surgiu a ARAMCO (*Arab American Company*), consórcio da britânica *Socony Vacuum Oil Company*, da *Standard*, da *Texas* e da *New Jersey Oil Company*. Esta concessão que vigorará até 2012, abrange uma área de 600.000 quilômetros quadrados³³. Em 1949, novos poços foram descobertos, aumentando a produção de 20.000 para 500.000 barris por dia.

³² HOURANI, 1994, p.318-319

³³ HOURANI, 1994, p.43

Contudo as relações entre o governo e a Aramco estavam estremecidas, pois Riad ganhava somente vinte e um centavos de dólar por barril, enquanto o lucro da Companhia era de US\$1,10³⁴. Em 1950, contudo foi firmado um acordo em que o governo e a companhia dividiam os lucros pela metade. Este acordo transformar-se-ia num padrão no mundo todo dali por diante. Este novo contrato não prejudicou a ARAMCO, pois as taxas pagas aos sauditas foram denominadas “impostos internos” e eram deduzidos dos impostos norte-americanos, fazendo com que a empresa praticamente não pagasse mais taxas aos EUA. O apoio do governo norte-americano a essas negociações, no entanto, demonstrou vontade política de Washington para que as companhias petrolíferas fossem bem sucedidas.

Em 1953, o recém-empossado rei Saud tentou tomar o controle sobre o transporte do petróleo, criando a *Saudi Arabia Tankers Company*, em conjunto com o armador grego Aristóteles Onassis. No entanto, a ARAMCO recorreu no Tribunal Internacional de Arbitragem de Genebra e venceu.

Estas derrotas, contudo, não abalaram o sentimento nacional e tornou importante na região o conceito de Terceiro Mundo: um bloco de países em desenvolvimento que não desejava se submeter a influência norte-americana ou soviética. Porém, mesmo sem apoiar explicitamente a URSS, muitos países árabes adotaram ideais socialistas, como o controle dos recursos pelo governo e no interesse da sociedade, comandado pelo Estado, que seria também um grande provedor de serviços sociais. O principal centro dessa atividade foi o Egito ³⁵. Historiadores egípcios passaram a analisar a história do país sob um viés marxista, baseado na luta de classes. No Oriente Médio de uma forma geral, a descolonização fez com que o poder fluísse para as mãos das elites locais, mais preocupadas em manter a estrutura social vigente do que em diminuir o fosso de desigualdade entre as classes.

Grupos que misturavam religião, nacionalismo e ideais de justiça social surgiram no Egito, Síria e Sudão. Grupos socialistas passaram a desempenhar um papel significativo na oposição aos governantes, especialmente no Iraque, no Sudão e no Egito, que mobilizaram a classe operária. Na Síria surge o *Ba'th* (Ressurreição), cujo discurso intelectualizado era dirigido principalmente aos

³⁴ LACKNER, 1982, p.39

³⁵ LACKNER, 1982, p.407

cristãos das classes mais elevadas. O principal teórico do *Ba'th* foi Michel Afleq, um cristão sírio que acreditava numa única nação árabe, vivendo num único país. Apesar de não ser muçulmano, costumava usar o exemplo do profeta Muhammad na unificação dos árabes como uma prova da exeqüibilidade do projeto.

Porém, foi uma conferência internacional que mudou a forma de os países em desenvolvimento se relacionarem com o Primeiro Mundo. A Conferência de Bandung na Indonésia procurou colocar em prática a idéia de uma aliança Sul-Sul. Convocada por cinco países e contando com a participação de outros vinte e quatro, marcaram presença na conferência nomes importantes e polêmicos do século XX, como o primeiro-ministro chinês Chou En Lai, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser, o primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru, entre outros.

Em Bandung surge o embrião do Movimento dos Não-Alinhados, formalizado em 1961 e o Grupo dos 77 criado dois anos depois³⁶. Nesta conferência, conhecida como “o lugar em que nasceu o Terceiro Mundo”, foram debatidas e aprovadas as seguintes idéias publicadas posteriormente em seu relatório final:

a) A importância da cooperação econômica e da implementação de programas de desenvolvimento econômico, a proposta de um fundo das Nações Unidas para as economias em desenvolvimento, a necessidade de estabilização no preço das *commodities* e das moedas de pagamento, a idéia de políticas comuns referentes ao petróleo, apontado como embrião do que viria a ser a OPEP.

b) A importância da cooperação cultural e do respeito às culturas dos países subdesenvolvidos.

c) A defesa dos Direitos Humanos e da autodeterminação dos povos.

d) Exigência do fim do colonialismo.

e) Defesa da implementação de Resoluções da ONU sobre a questão Palestina³⁷.

A partir da década de 1950, o *Ba'th* assumiu feições mais próximas ao socialismo e espalhou-se além das fronteiras sírias, tendo suas idéias influenciado o Líbano, a Jordânia e principalmente o Iraque, onde um braço do partido foi fundado, embora depois uma dissidência tenha tomado o poder e este se manteve como *Ba'th* apenas nominalmente. Segundo Tarek Aziz, ex-ministro das

³⁶ Disponível na Internet em: www.vermelho.org.br, acesso em 02/05/2006.

³⁷ Idem.

Relações Exteriores do Iraque, o golpe na Síria em 1966 fez com que o *Ba'ath* local se tornasse um partido militar, diferente do seu homônimo iraquiano, fundado por Michael Afleq e cuja ala civil, incluía o próprio Aziz e Saddam Hussein. Esta circunstância tornaria qualquer plano de reunificação do partido particularmente difícil³⁸.

O partido também foi decisivo na fundação da República Árabe Unida, criada em 1958 e dissolvida três anos depois. Mas, o maior ideólogo da união árabe foi sem dúvida o líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Antes dele, os líderes daquele país viam-se como oriundos de outra herança cultural. Nasser não apenas inseriu o Egito no mundo árabe, como se auto-intitulou seu líder natural³⁹.

O presidente egípcio acreditava na força do Estado no controle da economia e numa distribuição de renda mais justa. Buscava-se um “socialismo árabe”, definido como um sistema em que a sociedade gravitasse em torno do governo que, por sua vez, defenderia os interesses de todos. Nasser promoveu maior igualdade de oportunidades para homens e mulheres, limitou a jornada de trabalho, criou o salário mínimo e ampliou os serviços de saúde. Mas fracassou na tentativa de unificar as forças políticas do mundo árabe, pois não havia um canal de comunicação para as massas. Seu discurso era de mão-única, assumindo uma postura paternalista frente ao povo, como se conhecesse exatamente suas reivindicações e não precisasse ouvir seus anseios.

Mesmo com as reformas já citadas, Nasser não conseguiu escapar de uma saraivada de críticas, principalmente dos marxistas, que repudiavam a não aceitação das diferenças de classe e pelos membros da Irmandade muçulmana, que acusavam o líder egípcio de utilizar o discurso islâmico apenas para manipular as massas. Entre alguns países islâmicos, entretanto, Nasser era a voz dissonante. Países como Arábia Saudita, Turquia, Irã e Paquistão posicionaram-se francamente em favor do *status quo* e contra a sua proposta independente e pan-arabista. Quando Nasser passou da teoria à prática e nacionalizou o Canal de Suez, França e Grã-Bretanha, contando com o auxílio de Israel tomaram Gaza e a Península do Sinai. A guerra de 1956, só terminou com o envio de forças da ONU e com a intervenção soviética, que ameaçava entrar no conflito do lado árabe. Mesmo com o

³⁸ DENAUD, 2003, p.24-28.

³⁹ DE CHANCIE, 1988, p.71

fracasso, o Egito de Nasser se tornaria o líder do mundo árabe com o apoio soviético, enquanto os EUA ficariam do lado israelense. O Oriente Médio entrava na esfera da Guerra Fria, definitivamente⁴⁰.

Durante toda a década seguinte, o nasserismo, como ficou conhecido, guiou as políticas do mundo árabe, alimentando o sonho de uma nação árabe com a auto-estima restabelecida e tomando um lugar de destaque no mundo. Passaram a integrar a ONU e a participar de diversos organismos internacionais, o que levou a um amadurecimento da identidade nacional de cada país e de seu papel no novo cenário que se descortinava.

Esta conscientização política e econômica dos países produtores de petróleo coincidiu com um revigoramento do nacionalismo na estrutura da indústria internacional de petróleo, abalada pelas recentes intervenções no Oriente Médio, que visavam a garantir o controle do suprimento de petróleo, como a incursão anglo-franco-israelense contra o Egito em 1956, numa represália à nacionalização do Canal de Suez, promovida por Nasser⁴¹.

Devido à sua liderança, Nasser sofreu também toda sorte de pressões em relação a seu papel na causa palestina. O Mundo Árabe acreditava que se alguém podia fazer algo pelos palestinos, este alguém era Nasser. E ele tentou, fechando o Golfo de Ácaba aos israelenses. O contra-ataque do estado judeu, porém, foi devastador. No que ficou conhecida como a Guerra dos Seis Dias, Israel não só destruiu a frota de aviões egípcios ainda no chão como ocupou o Monte Sinai, as Colinas de Golã e Jerusalém Oriental⁴². Como se não bastasse o impacto psicológico de ver os locais sagrados islâmicos ser ocupados por Israel, tudo o que restava da Palestina árabe (faixa de Gaza e Cisjordânia) encontrava-se sob ocupação.

Daí em diante, o cenário do conflito mudou: cresceu entre os palestinos a crença de que só podiam contar consigo próprios e que, portanto, não deveriam mais esperar pela ajuda de algum país árabe salvador. Tal expectativa se confirmou quando o sucessor de Nasser, Anwar Sadat, selou um acordo de paz com Israel e os países do golfo passaram a silenciar sobre a questão⁴³.

⁴⁰ Disponível na Internet em www.historia.uff.br/nec, acessado em 02/05/2006.

⁴¹ MARINHO, p.81

⁴² HOURANI, 1994, p.414

⁴³ Ibidem, 414

A ONU aprovou, em 1967, a resolução 242 que ordena a retirada dos territórios ocupados, jamais obedecida por Israel e fonte de acalorados debates já que é praticamente consenso entre os moderados de ambas as partes que a eventual criação de um estado palestino dar-se-á nestes territórios atualmente sob ocupação. A auto-estima árabe ficou ainda mais abalada e após serem derrotados militarmente por Israel quatro vezes, surgiu entre os árabes a consciência de que a Idade de Ouro do Islã só poderia ser restabelecida se estes desistissem de imitar as ideologias ocidentais, e se voltassem para a sua própria que, afinal, teria origem divina: o Islã. Seria o início de um movimento mundialmente conhecido como fundamentalismo islâmico⁴⁴.

Outra intervenção marcante do Ocidente foi a invasão anglo-americana no Líbano e na Jordânia logo após a Revolução Iraquiana de julho de 1958, liderada por Abdul Karim Al-Qasim, que derrubou uma monarquia fantoche pró-ocidental. O novo governo republicano, no entanto, herdou uma burocracia pesada e uma economia completamente estagnada. Pelo menos 85% da população era iletrada, os técnicos eram poucos e raros e a educação superior apenas começava a surgir⁴⁵. Todavia, as potências ocidentais consideravam o Iraque o mais estável aliado do ocidente na região. Tal estabilidade, contudo, não era natural, mas mantida por mais de 18.000 policiais que patrulhavam Bagdá, pela censura e perseguição política⁴⁶.

A ditadura local só era considerada progressista porque desde sua instalação sempre atendeu os interesses das grandes multinacionais petrolíferas da região. A massa iraquiana, que começava a clamar pela nacionalização da principal riqueza do País, percebia como o mesmo processo ocorrido no Irã cinco anos antes havia beneficiado seu vizinho e desejava usufruir o desenvolvimento econômico que os *royalties* do petróleo poderiam trazer. Nasce uma conscientização de que os países produtores possuíam anseios em comum e que, se trabalhassem unidos, poderiam, obter resultados melhores do que assumir uma atitude de confronto com as potências.

Na América Latina, a Venezuela passa a exigir maior participação do governo no lucro das concessionárias estrangeiras, baixando um imposto adicional,

⁴⁴ HOURANI, 1994, loc. cit.

⁴⁵ O'CONNOR, p.340.

⁴⁶ O'CONNOR, loc. cit.

introduzindo na indústria petrolífera um conceito que transformaria as relações entre ambos: a divisão igualitária do governo no lucro das companhias. A aceitação dessas novas condições veio, no entanto, devido a vantajosas compensações como a revalidação das concessões por mais quarenta anos.

O primeiro país a realmente utilizar o sistema 50-50 foi a Arábia Saudita. O acordo foi vantajoso para a ARAMCO norte-americana, pois ficou estabelecido que a parte paga ao rei Ibn Saud fosse dedutível do imposto de renda, fazendo com que o fisco norte-americano deixasse de recolher mais de US\$ 44 milhões de dólares, ficando para o consumidor final o ônus da negociação. Em seguida, Iraque, Kuwait, Bahrein e Catar adotaram a divisão igualitária dos lucros, que, em pouco tempo foi instituída como fórmula padrão para negociações. Todavia, o acordo mais vantajoso para os países produtores ainda estaria por vir. A Agip, estatal italiana, que esteve perto de fechar suas portas em meados da década de 1940 por não conseguir encontrar petróleo em solo italiano nem no exterior, convocou, numa última tentativa, o comissário Enrico Mattei, que fez então propostas de associação com países como Egito e Irã, mas em vez de propor o já instituído acordo 50-50, idealizou um esquema de 75-25 em favor do país produtor. As condições eram inéditas para os países produtores (para se ter uma idéia no início do século XX, o Irã recebia apenas 16% dos lucros⁴⁷).

A proposta consistia no seguinte: o presidente do Conselho de Administração seria italiano, enquanto os cargos diretivos seriam divididos igualmente entre iranianos e italianos. Os cargos técnicos seriam preenchidos prioritariamente por iranianos, enquanto a mão de obra braçal seria totalmente iraniana⁴⁸. Estes acordos geraram uma verdadeira revolução nas relações entre países produtores e as principais empresas do ramo petrolífero, conhecidas como as Sete Irmãs: a) Socal.

b) Texaco.

c) Esso.

d) Mobil (membros da ARAMCO, na Arábia Saudita).

e) Gulf Oil, no Kuwait.

f) British Petroleum, no Irã, Iraque e Kuwait.

g) Royal Dutch Shell, em Omã, no Irã e no Iraque.

⁴⁷ KINZER, 2004.

⁴⁸ MARINHO, p. 107

A partir de então os prazos de exploração passaram a ser menores, as áreas menos extensas, prioridade no emprego de nativos, participação obrigatória do governo hospedeiro em todas as fases de produção, enfim, criava-se uma relação menos inspirada em resquícios do colonialismo e mais em um sistema de parcerias.

A conscientização dos países produtores da importância de seu produto para a economia mundial levou à criação, em outubro de 1960, da OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Seus membros fundadores foram a Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Iraque e Venezuela. Nos anos seguintes ingressaram na organização o Catar, a Indonésia, a Líbia, Abu Dhabi (um dos atuais Emirados Árabes Unidos), Bahrein, Argélia, Nigéria, Equador e Gabão. Para ser admitido como membro-fundador ou membro integral (os que ingressaram depois) o país em questão deveria exportar mais de 150 mil barris por dia e possuir interesses semelhantes aos dos demais membros⁴⁹.

Os principais objetivos da OPEP eram defender de forma coordenada e unificada os interesses dos países produtores, garantir a estabilização dos preços do petróleo, assegurar receitas estáveis aos países produtores assim como a garantir o suprimento regular aos países consumidores e garantir aos produtores um justo retorno do capital investido⁵⁰.

A princípio, as companhias petrolíferas simplesmente não reconheceram a autoridade da OPEP como representante dos países produtores e resistiram o quanto puderam para aceitar suas resoluções como base para negociações. Porém, em 1965, ao transferir sua sede de Genebra para Viena, a organização obteve do governo austríaco o reconhecimento oficial da OPEP como entidade internacional, assim como o Conselho Econômico da ONU, o que forçou as grandes companhias a considerarem a organização.

A indústria petrolífera passava naquele momento por um momento crucial. As necessidades energéticas aumentavam continuamente devido a um grande crescimento industrial, ocorrido em níveis acima dos esperados, da escassez de gás natural nos EUA e do relativo abandono das minas de carvão na Europa. Pelo lado da oferta a crescente onda de nacionalização na Argélia e no Iraque, a ruptura do oleoduto Transarábico na Síria, que prejudicou enormemente as

⁴⁹ MARINHO, p.116.

⁵⁰ Ibidem, p.117.

exportações sauditas e o fechamento contínuo do Canal de Suez, levou a uma redução das quantidades disponíveis.

No Iraque, Qasim, que genuinamente pretendia melhorar as condições de vida de seu povo, mas que não conseguiu cumprir as promessas de desenvolvimento social, tentou demagogicamente a última cartada através da nacionalização do petróleo, eliminando qualquer traço da existência da IPC, a Iraq Petroleum Company, símbolo maior das práticas imperialistas inglesas.

Segundo Marinho⁵¹,nem o assassinato de Qassim,nem as retaliações das companhias expropriadas desviariam o Iraque da politização do uso de seu petróleo.Em 1967, o governo iraquiano promulgava a lei que expropriava da IPC as áreas antes exploradas por esta e repassando estes direitos à recém-criada Companhia Nacional Iraquiana de Óleo (INOC). Assim, estava aberto o caminho para que o Iraque negociasse contratos com a ELF francesa e a Braspetro, o braço internacional da Petrobrás. A partir de 1970, a torneira do petróleo que fluía no mercado internacional estava finalmente sob o controle real de um governo árabe.

Naquele mesmo ano, na XXI Conferência da OPEP, foi formulada a resolução XXI/120 um marco no relacionamento entre a entidade e as companhias internacionais. Os principais pontos desta resolução foram:

a) A uniformidade nos preços de referência de todos os países membros a partir do preço mais alto vigente, no caso o da Líbia, levando em conta a qualidade e localização geográfica de cada país.

b) A eliminação de qualquer tipo de desconto.

c) A elevação do percentual do imposto sobre a renda de 50% para 55%.

d) O aumento geral dos preços de referência e a indexação destes aos preços industriais mundiais, para que o poder de compra de equipamentos dos países produtores fosse estabilizado.

Após alguma resistência, as *majors*, com apoio do governo norte-americano, concordaram em elevar os preços assinando em fevereiro de 1971, o Acordo de Teerã. Após a conclusão deste acordo, que englobava apenas os países do golfo, as atenções se voltaram para a Líbia e seu líder Muammar Kadafi, que

⁵¹ MARINHO, p.131.

recusou um acordo global e preferiu negociar separadamente com cada companhia interessada.

Depois do Acordo de Trípoli foram negociados acordos separados com Arábia Saudita e Iraque, relativos à produção destes países que seria exportada a partir do Mediterrâneo oriental. O ministro do petróleo saudita, sheikh Yamani, negociando em nome do Golfo, criou o conceito de “participação” e conseguiu em 1972 um acordo, que lhes dava imediatamente controle sobre 25% da ARAMCO, que, aumentando 5% ao ano, chegaria em 1983 aos 51% almejados⁵². O acordo mantinha o controle operacional e a parte burocrática nas mãos das companhias o que claramente demonstra que o país queria apenas aumentar sua participação nos lucros e não realmente se envolver em todo o trabalho de prospeção e venda. O Kuwait recusou-se a assinar o acordo alegando que este não representava uma mudança estrutural entre o país produtor e a companhia petrolífera.

Em contrapartida a todos esses exaustivos acordos as companhias petrolíferas obtiveram a garantia de que não haveria modificações substanciais nos mesmos pelos cinco anos seguintes. Contudo, a estabilidade almejada por ambos os lados não duraria muito.

Em 1968, foi criada a OAPEP (Organização Árabe dos Países Exportadores de Petróleo). Esta “mini-OPEP” fundada pela Arábia Saudita, pela Líbia pré-Kadafi e pelo Kuwait tinha como simples objetivo maximizar suas receitas petrolíferas, sem nenhuma conotação política. O Iraque havia recusado a ingressar no grupo, por considerá-lo uma “coligação de reacionários”⁵³.

A ascensão ao poder de Kadafi, no entanto, afrouxaria as condições de entrada no clube, o que permitiu o ingresso da Argélia, Abu Dhabi, Catar, Bahrein e Dubai (atualmente parte dos Emirados Árabes Unidos). Em 1971, sob pressão de líbios e argelinos são admitidos Síria e Iraque. O ingresso deste último levaria a definitiva politização do petróleo árabe. Mas o estopim para a crise foi a aprovação, pelo congresso norte-americano do envio de US\$2,2 bilhões de dólares em ajuda financeira à Israel na guerra do Yom Kippur, em 1973. Para os árabes, especialmente os sauditas, que sempre se esforçaram para ter as melhores relações possíveis com os Estados Unidos, o ato foi um ultraje.

⁵² MARINHO, p.47

⁵³ MARINHO, p.152

O desgaste entre árabes e norte-americanos já vinha desde 1971, quando o presidente Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, desvalorizando a moeda, o que prejudicaria de sobremaneira os países membros da OPEP, cujos preços eram cotados em dólar. Uma ajuda militar de tal monta ao maior inimigo dos árabes, que ainda não haviam digerido a derrota em 1967 foi a “gota d’água”.

A 17 de outubro de 1973 era declarado embargo contra os países que apoiassem Israel na ocupação de territórios palestinos. Os produtores comprometeram-se a reduzir sua produção em um milhão de barris por dia todos os meses, até que o exército israelense se retirasse da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. O embargo era atenuado ou agravado de acordo com sua posição política: o país consumidor poderia ser considerado amigo, neutro ou inimigo.

Na ocasião, houve uma massiva campanha anti-árabe na mídia norte-americana para mostrar os árabes como milionários chantagistas que sequer sabiam o que fazer com tanto dinheiro e, gananciosos, queriam ainda mais, gerando aumento nos preços que prejudicava o trabalhador médio norte-americano⁵⁴. Décadas de exploração do mundo árabe, lucros estratosféricos das companhias às custas da mão de obra local que trabalhava em regime de semi-escravidão foram solenemente omitidos, assim como os lucros das companhias norte-americanas com o aumento dos preços.

As companhias petrolíferas não demonstraram muita resistência ao embargo, repassando os aumentos (que chegaram a 70%) ao consumidor final, obtendo assim lucros exorbitantes⁵⁵. Em novembro, 25% da produção havia sido cortada, levando o Japão e grande parte da Europa a um acelerado processo recessivo. Segundo Marinho, o sistema de isenção dos “países amigos”, foi manipulado pelas companhias petrolíferas, que garantiam o suprimento com a condição que estes reajustassem os preços a níveis estratosféricos. Tal dado demonstra, claramente, que os cortes não estavam surtindo o efeito político esperado⁵⁶. Diante destes efeitos não desejados, a OPEP, por recomendação saudita, decidiu não realizar o corte de 5% para europeus e japoneses que estava

⁵⁴ MARINHO, p.52

⁵⁵ Ibidem, p.154

⁵⁶ MARINHO, p.155

programado para o mês de dezembro. No final daquele mês, a OPEP decidiu, num gesto simpático, incluir Japão e Bélgica na lista dos países amigos.

Entretanto, o uso do petróleo como arma política foi perdendo a força com o cessar fogo entre egípcios e israelenses mediado pelo Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Contudo, se o embargo não atingiu seu objetivo principal, que era a retirada das tropas israelenses dos territórios palestinos, ao menos teve o inegável mérito de chamar a atenção da opinião pública mundial para a questão palestina e as condições em que estes vivem sob ocupação israelense.

Numa breve conclusão, pode-se afirmar que crise de 1973 dificilmente teria ocorrido sem a existência de alguns fatores: o fervor nacionalista de Iraque, Argélia e Líbia, encabeçados por Kadafi, a decidida liderança da Arábia Saudita, maior produtora mundial de petróleo em colocar o embargo em prática e obviamente, a extraordinária capacidade da OPEP de abarcar dentro de sua organização as mais díspares tendências ideológicas sem perder, contudo a uniformidade em suas decisões. Estes elementos fizeram daquele ano um marco na relação entre países produtores e companhias petrolíferas, sepultando definitivamente a relação servil em que os países árabes eram colocados frente às potências ocidentais numa espécie de resquício do colonialismo. Isto evidenciou o surgimento de um novo e importante ator no cenário das relações internacionais, a OPEP, que, em plena guerra fria conseguiu com que reivindicações de um grupo de países do chamado terceiro mundo fossem atendidas.

1.3 BLOCOS ECONÔMICOS ÁRABES

No atual estágio da globalização, muitos países em desenvolvimento formaram blocos regionais com o intuito de, unidos, fortalecerem-se nas negociações, e com os países árabes não foi diferente. A Liga dos Estados Árabes é composta de 22 países, entre eles a Palestina, que é considerada país independente pelos demais integrantes da entidade. Os países da Liga, somados possuem cerca de 270 milhões de habitantes e uma renda per capita média de US\$2.182 dólares.

Apesar de compartilharem a mesma cultura, idioma, e muitas vezes, religião, há uma disparidade econômica muito grande entre os países de idioma árabe, cuja renda per capita pode variar de US\$ 260 (Sudão), a US\$17.400 (Emirados Árabes, a nona maior renda per capita do mundo). Há países com mais de 60 milhões de habitantes (Egito), e outros com menos de um milhão (Catar). A associação foi criada em 1945, para estreitar os vínculos existentes entre seus membros e coordenar políticas e atividades, o que fazem através de agências especializadas como a de defesa e cooperação econômica, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrícola, etc. Conta com escritórios de representação em países europeus, China e Estados Unidos.

O PIB dos 22 países, em 2000, de acordo com a publicação “World in Figures – 2003” somava US\$ 655 bilhões⁵⁷. Suas exportações, em 2003, foram estimadas em US\$ 235 bilhões, das quais US\$ 2,36 bilhões absorvidas pelo Brasil. Nesse mesmo ano, as importações de US\$ 173 bilhões, contaram com US\$ 2,75 bilhões de origem brasileira. Em termos de Brasil, o comércio com os 22 correspondeu a 3,76 % do total que exportou, e a 5,60 % do que importou. Do ponto de vista dos 22 mercados, o Brasil constitui, quer como comprador, quer como vendedor, um cliente que atua na periferia das transações, sendo que, na qualidade do primeiro, as operações não foram além de 1,15 % do que exportaram para o mundo. Na qualidade do segundo, suprimos não mais do que 1,59 % do que adquiriram. A balança comercial com tais parceiros gerou em 2003 um saldo de US\$ 45 milhões a favor do Brasil. No ano anterior, havia sido US\$ 240 milhões⁵⁸.

Segundo classificação do Fórum de Pesquisa Econômica para os Países Árabes e norte da África, os países destas regiões podem ser divididos em quatro categorias: Produtores de Petróleo Misto; Conselho de Cooperação do Golfo (CCG); Economias Diversas (ED), e Produtores Primários (PP). Um exemplo da diversidade econômica da região é que, enquanto os produtores primários da região respondem por 12% da população e 2% do PIB, o Conselho de Cooperação do Golfo responde por 7% da população e 29% do PIB; as Economias Diversificadas, por 48% da população e 28% do PIB; e os Produtores de Petróleo Misto por 21% da população e 24% do PIB. Já há algum tempo, os países árabes vem tentando unirem-se em blocos para se fortalecerem no mercado internacional.

⁵⁷ Cf. FERREIRA-LOPES, p.22

⁵⁸ Ibidem, p.23

A primeira tentativa nesse sentido foi a assinatura do Tratado para Defesa e Cooperação Econômica Conjunta, em 1950, por Egito, Jordânia, Líbano, Síria, Arábia Saudita e Iêmen. Seus principais objetivos eram liberar o mercado (por meio da redução tarifária), o capital e a mão de obra entre os países participantes. Em 1964, houve uma segunda tentativa de integração regional, com a criação do Mercado Comum Árabe, composto por Egito, Jordânia, Marrocos, Síria e Kuwait. Os principais objetivos deste acordo eram abolir as restrições tarifárias e não-tarifárias por um período de dez anos, estabelece uma tarifa interna comum e unificar as políticas e a legislação econômica. Em 1981 foi estabelecido o já citado Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), formado por Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Bahrein, Omã e Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de unificar as forças políticas, econômicas e militares da região.

Este bloco surgiu de uma necessidade real: a auto-proteção, já que estes países possuem, em conjunto, a maior parte das reservas petrolíferas mundiais, mas são militarmente muito fracos. Outras organizações como a UMA (União do Maghreb Árabe), formada pelos países islâmicos do norte da África e a CCA (Conselho de Cooperação Árabe), formado por Egito, Jordânia, Iraque e Iêmen, resultaram em redundantes fracassos, aliás, como todas as organizações citadas com exceção do CCG ⁵⁹. Constituem mercados de ótima liquidez, sendo amplas as possibilidades de negócios que oferecem no setor de compras e no de serviços, como construção civil. Exportaram US\$ 163 bilhões, em 2002, e importaram US\$ 89 bilhões. Apesar de o Brasil, a exemplo do que se verifica na Liga Árabe, ser superavitário nas transações com o grupo: US\$ 1,44 bilhão de exportações, em 2003, e US\$ 988 milhões de importações, saldo, portanto, de US\$ 456 milhões, ainda é marginal a posição brasileira, no intercâmbio. Em relação às correntes brasileiras de comércio, com efeito, as vendas correspondem a algo em torno de 2 % do que o Brasil exporta para todo o mundo e a menos do que isso do que dele importa.

Vários fatores são considerados essenciais para o êxito da associação que se formou entre os seis. São países de língua comum, o árabe, uma religião, o islamismo, protagonizam as mesmas condições históricas e geográficas que lhes deram origem, possuem um bem comum, o petróleo, a fonte de

⁵⁹ Cf. FERREIRA-LOPES (inédito), p.26

energia por excelência do mundo, sobretudo a partir da Segunda Guerra, estruturaram-se, na política, como governos unitários fortes, com o propósito de reduzirem o nível de dependência do petróleo e, na economia, aplicando um sistema baseado na liberdade de ação da empresa privada, sem mecanismos restritivos à concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo. Tem, por outro lado, a consciência de que o petróleo só se torna riqueza a partir do momento em que é extraído das entranhas da terra e, portanto precisam da ajuda externa para a prospeção do produto.

Na década de 1990, foi celebrado um acordo entre países europeus e árabes, e depois entre os próprios árabes. O primeiro tipo é conhecido como Aaem's (Acordo de Associação Euro-Mediterrânea). São acordos recíprocos de criação de Zonas de Livre Comércio entre europeus e árabes de forma individual. Até 2001, Argélia, Tunísia, Egito, Marrocos e Jordânia e Autoridade Palestina já haviam concluído tais acordos. Líbano e Síria estão em processo adiantado para o estabelecimento de acordos similares⁶⁰. Estes acordos, porém, cobrem apenas produtos industriais. Os instrumentos de liberalização incluem a redução geral de tarifas e a adoção de regras básicas de competição da UE. Os países árabes fizeram estes acordos por temerem a exclusão da parceria com a União Européia que vem se aproximando dos países que faziam parte do bloco comunista. Como fatores positivos aos países árabes podemos citar a transferência de tecnologia, *know-how*, alianças comerciais e investimentos estrangeiros diretos. Como negativos, a desigualdade entre os mercados, já que as empresas européias de exportação podem facilmente assumir o comando de suas similares nos países árabes. O segundo tipo é o GAFTA (Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio), criado por iniciativa da Liga Árabe, tem por objetivo criar uma ZLC (Zona de Livre Comércio) até 2007.

Nesse estágio de integração regional, os países-membros concordariam em remover todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias no mercado mútuo, mas cada país é livre para manter suas tarifas externas para outros países. Estabelecido em 1998, o GAFTA é menos ambicioso e mais prático que seus predecessores, por incorporar compromissos específicos, e um calendário para uma

⁶⁰ OMAR, 2001, p.128

redução da tarifa linear progressiva e automática no prazo de dez anos, a 10% ao ano.

Além disso, os países-membros puderam retirar alguns produtos da redução tarifária pelo prazo de três anos. O estabelecimento de relações bilaterais e a formação de grupos econômicos árabes, visa fortalecê-los, possibilitando maior poder de negociação no mercado, ainda mais levando-se em consideração que estes são os principais produtores da mais valiosa *commodity* do mundo, ou seja, o petróleo. Os árabes possuem as maiores reservas de petróleo e ocupam uma das áreas mais estratégicas do mundo no que diz respeito a riquezas naturais, e, por isso, foram por diversas vezes alvo de potências hegemônicas.

Segundo Jeffery Schott, em seu artigo “Blocos Comerciais e o Sistema de Mercado Mundial”, publicado em *The World Economy*, em 1991, há seis condições básicas para a sobrevivência de qualquer bloco comercial:⁶¹

a) Os Estados-Membros devem ter níveis quase equivalentes de PIB per capita, e as normas de consumo devem ser da mesma ordem. Se assim não ocorrer, os vendedores de mercadorias baratas podem prejudicar os mercados locais de países com melhor poder aquisitivo.

b) Devem compartilhar uma situação geográfica comum e de uma interligação entre as redes de transporte e comunicação.

c) Deve haver o compromisso mútuo de supressão de barreiras não-tarifárias e outras políticas estatais.

d) Os países-membros devem possuir indústrias capazes de participar ativamente do mercado interno do parceiro, e deve levar benefícios a todas as partes envolvidas.

e) É preciso haver um compromisso político com a organização regional do mercado, ou seja, acordos peculiares ao grupo para que este realmente funcione.

f) Deve haver um Estado dirigente do bloco que, com o poder de suas instituições financeiras, controle suas políticas fiscais e monetárias.

Para que estas condições se apliquem ao mundo árabe, no entanto, seria necessário que os vinte e um países, tão heterogêneos política e economicamente, se subdividissem em pequenos blocos mais semelhantes entre si.

⁶¹ Apud OMAR, 2001, p.130

Segundo o embaixador José Ferreira-Lopes, um caminho seria a criação de um bloco com países do Golfo (como já existe), um com o *Maghreb* menos Egito, um com o *Cham* (Síria, Líbano, Palestina, Iraque e Jordânia), e um com Egito, Sudão e Somália. Grupos assim atenderiam a todas as condições colocadas e teriam melhores chances de serem bem-sucedidos.

Na situação atual da GAFTA, a moeda de cada um dos países membros foi vinculada ao dólar norte-americano, cuja desvalorização era desconhecida, o que, em princípio, fortalecendo a moeda local, desencorajava o surgimento de outros produtos nacionais na pauta de exportação. O problema foi solucionado com a concessão de subsídios que eram alimentados pelos saldos dos respectivos balanços de pagamentos e não por meios inflacionários. Essa política permitia a concorrência com produtos estrangeiros em outros mercados e no próprio país, que não desejava criar barreiras alfandegárias, para não só evitar a inflação via importação, como possibilitar reexportações para outros mercados da área. As guerras Irã-Iraque, a primeira do Golfo e a iniciada em 2003, não têm impedido que sejam alcançados os objetivos de integração embutidos no GCC, como idealizados em 1981.

No período áureo da cotação do petróleo, os seis constituíram fundos de investimentos, para o aproveitamento de oportunidades de lucros no exterior. Esses fundos são administrados, via de regra, por ex-operadores de grandes bancos europeus, sobretudo britânicos, normalmente aposentados, que, em troca de remuneração vantajosa e de um sem número de "*fringe benefits*", aceitam a tarefa de criar fontes de recursos independentes da renda gerada no segmento petrolífero.

O Kuwait, antes de sofrer a invasão iraquiana, contava com um fundo de US\$ 100 bilhões para aplicação externa, que lhe rendia algo em torno de US\$ 10 bilhões, anualmente. O mesmo se verifica com o fundo dos Emirados, de US\$ 150 bilhões, relevante fonte de recursos, paralela à das vendas de seu principal produto de exportação. Estimam-se em US\$ 300 bilhões o criado pela Arábia Saudita. Esses três fundos podem explicar os índices relativamente baixos de expansão, registrados pelos três países, respectivamente, 2,5 %, 2,0 % e 2,0%, no período 1980-2001, que se fez antes referência. A exemplo do que ocorreria com países latino-americanos, depara-se com uma portentosa massa de recursos

nacionais, cuja aplicação tem destino extra fronteira e não nas próprias economias que os geraram.⁶²

No caso árabe, os referidos fundos são muito bem administrados, com princípios rígidos de gerenciamento, que impedem, por exemplo, inversões, numa empresa estrangeira, superiores a 5% de seu capital registrado, por melhor que seja o índice de lucratividade que ofereça.

Como os preços do petróleo não ofereciam perspectivas favoráveis a seus produtores, verificou-se uma mudança de diretrizes, no que tange à política destinada a diversificar a economia do grupo. O emprego de tarifas, não só como barreira protetora, mas também como fonte geradora de recursos, passou a ser considerado o elemento preferencial para a expansão doméstica do GCC, de proteção a suas indústrias nascentes.

Todos os seis membros são muito bem dotados de sistemas de comunicações e rodoviários modernos. As estradas contam com pista dupla entre as principais cidades, que são bem traçadas, seguindo normas urbanistas prevaletentes nos países do primeiro mundo.

Os planos relacionados com a criação de uma indústria bélica regional não estabelecem a adoção de equipamentos padronizados. Cada país pode adquirir ou fabricar aquilo que considere mais adequado à defesa de seu próprio território.

Outra instituição importante é a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OAPEP), com um PIB estimado em US\$ 533 bilhões, em 2000, para os dez países que a integram, assim distribuído, na seguinte ordem decrescente, em bilhões de dólares: Arábia Saudita, 173; Egito, 99; Emirados Árabes Unidos, 66; Argélia, 53; Líbia, 40; Kuwait, 38, Iraque, 24; Síria, 17; Catar, 14; e Bahrein, 8 bilhões. O Brasil foi deficitário, em US\$ 276 milhões, no intercâmbio com o grupo, em 2003.⁶³

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi criada, em Bagdá, em 1960, com o propósito de promover os interesses dos países produtores. Só ia fazer valer sua força, no entanto, como já foi visto no dia 17 de outubro de 1973, quando a Arábia Saudita, junto com alguns de seus parceiros, impôs o embargo aos países aliados de Israel. Numa primeira etapa, as cotações

⁶² Cf. FERREIRA-LOPES, p.38.

⁶³ Cf. Idem, p. 39.

se elevaram de US\$ 4,90 para US\$ 8,25. Chegariam a mais de US\$ 40,00. Na época, houve quem vaticinasse US\$ 100,00 para o fim do século passado, com base, igualmente, em estatísticas que focalizavam o esgotamento das reservas. O problema, porém, acabou por revelar-se menos de insuficiência do que de concentração das fontes. A Arábia Saudita, com metade, e com mais quatro de seus vizinhos, possuindo dois terços da disponibilidade mundial do hidrocarboneto, contam, além do mais, com o menor custo de exploração do mundo.

Os que temem um novo embargo, diante da repetição do mesmo cenário político a cuja formação se vai assistindo, no conflito Israel-Palestina, semelhante ao que se formou há trinta anos, pregam medidas drásticas para reduzir a demanda, o que, na prática já vem ocorrendo, pois o modelo econômico dos países desenvolvidos de hoje, pende menos para o segmento industrial do que para a tecnologia da informação e serviços, que, tipicamente, requerem muito menos insumos energéticos. Os mais otimistas situam seus horizontes de ansiedade em, no máximo, duas décadas, pois vislumbram a utilização de novos tipos de combustível a partir do hidrogênio e do próprio etanol, mais limpos, mais bem distribuídos, e não poluentes. Os onze integrantes da OPEP, que contavam, em 2000, com um PIB total de US\$ 829 bilhões, são os mesmos da OAPEC, exceto Síria e Egito, mas incluindo a Indonésia, a Nigéria e a Venezuela. Com aquele grupo, diferentemente do ocorrido com este, as relações comerciais apontaram um resultado positivo de US\$ 302 milhões.

Caberiam, em relação à Liga Árabe, (com a qual, conforme já assinalado, o Brasil conseguiu obter um saldo de US\$ 45 milhões em 2003, sendo que havia obtido US\$ 240 milhões um ano antes), algumas observações, no que se referem ao intercâmbio comercial do Brasil com alguns dos países que a compõem. A Argélia se sobressai, pelo elevado superávit que mantém nas contas com o Brasil: US\$ 960 milhões, em 2003, contra US\$ 927 milhões, em 2002, o que correspondeu a quase cinco vezes o déficit brasileiro com a Arábia Saudita. Em 2001, havia sido US\$ 1,033 bilhão. O principal componente da pauta de importação brasileira, no caso, é o petróleo. A Argélia, no entanto, importou gama expressiva e variada de produtos, no valor de quase US\$ 10 bilhões, no ano seguinte, e a participação brasileira foi ínfima, não chegando nem mesmo a 1%. Com o Egito, o Brasil obteve um superávit expressivo, no valor de US\$ 427 milhões, só ultrapassados pelo obtido com os Emirados Árabes Unidos-. O Iraque, não obstante as dificuldades por que

passa sua economia, conseguiu acumular um saldo a seu favor de US\$ 238 milhões. Já constituiu, antes da Primeira Guerra do Golfo, um excelente cliente de manufaturados brasileiros. Segundo o ex-embaixador do Brasil nos Emirados Árabes, José Ferreira-Lopes, ao ser perguntado sobre quais as táticas comerciais que o Brasil deve utilizar para reduzir seu *déficit*,

[...] não se deve atirar para todos os lados. Há que se proceder a uma seleção de países, em função de sua afluência, liquidez internacional, atitude em relação aos negócios, barreiras impostas à importação de bens e serviços, tradição de pagamentos, postura ética, etc. Em seguida, se ordenariam as pesquisas de mercados, projetando-se os produtos tradicionalmente adquiridos de fora e os que se ofereceriam como potenciais, por tal se entendendo os que o Brasil já exporta para outros mercados ou poderiam vir a ser exportados.

As Monarquias Petrolíferas do GCC, por exemplo, preencheriam, praticamente, todos os requisitos de seleção. São, no entanto, somente seis dos 22 integrantes da Liga Árabe, que se caracteriza pela marcante desigualdade entre eles existente, o que os inabilita, em sua maioria, a uma participação maior nas correntes do comércio internacional. Além da grande liquidez de que estão dotados os importadores dos países do Golfo, há ambiente propício à realização dos negócios e poucas barreiras ao comércio importador. Trata-se de clientes que adquirem, praticamente, de tudo do exterior. Quanto a produtos, pode revelar-se conveniente não oferecer itens que, eventualmente, possam ter aplicação alternativa, como a bélica, por exemplo, no caso de aviões, pois a lembrança da Engesa ainda é negativamente viva, em especial em Dubai, cujo mandatário, da família Maktoum, desempenha funções semelhantes ao de um Ministro da Defesa. A oferta de serviços, no entanto, mereceria atenção especial, sobretudo no campo da construção civil.

A Argélia, especificamente, que acumula saldos vultosos no intercâmbio com o Brasil, não oferece os mesmos tipos de vantagens encontrados em entendimentos com outros parceiros nossos da área. O diálogo, com efeito, com o referido país, não se reveste da mesma fluidez que nos beneficia nas trocas com os Emirados, para citar somente um integrante de uma associação que nos é extremamente salutar. Por não contarem com a mesma afluência dos sauditas ou kuwaitianos, os argelinos deveriam ser objeto de um plano de ação especial, por parte de nossos empresários. Dos US\$ 10 bilhões que importam somente parte ínfima cabe ao Brasil. ⁶⁴

Para o Iêmen houve apenas exportações em 2003, num total de US\$ 105 milhões. Nada foi importado. Com o Marrocos, um intercâmbio de elevadas cifras. O Brasil obteve um superávit de US\$89 milhões em 2002, mas reduzido, drasticamente, a US\$ 25 milhões ano seguinte. Com a Síria foi obtido, igualmente, um saldo positivo de US\$ 56 milhões. Com o Líbano, foram US\$ 48 milhões, e com a Tunísia, US\$ 14 milhões.

⁶⁴ (Informação verbal) em entrevista realizada pelo autor em 11 de junho de 2004.

Com base neste intercâmbio e nessa relação globalização/regionalização, a pergunta que se faz é: quais são os riscos e as apostas para o mundo árabe diante desse processo? Será que o Mundo Árabe está pronto para esta tendência baseada na economia de mercado, modelo adotado pelo Brasil? Algumas medidas vêm sendo tomadas como reformas econômicas para que as discrepâncias entre os países sejam minimizadas, diversificação da economia, ênfase na produção de produtos para exportação e maior liberdade à iniciativa privada.

1.4 O BRASIL E A ARÁBIA SAUDITA

Como foi dito anteriormente as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968. Enquanto o Brasil relacionava-se com Riad a partir de Beirute, os sauditas relacionavam-se com o Brasil por meio de sua embaixada em Washington.

Em 1973, ambos os países decidiram trocar embaixadas. No ano seguinte, o Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Omar Al-Sakaf visitou o Brasil. Durante esta visita foram discutidos projetos comuns tanto na área política, quanto econômica. Sete pontos foram considerados prioritários:

- a) Suprimento de bens e serviços á Arábia Saudita.
- b) Suprimento de petróleo saudita ao Brasil.
- c) Intercâmbio tecnológico.
- d) Assistência técnica.
- e) Associação de capitais privados e públicos de sauditas e brasileiros.
- f) Cooperação financeira entre os dois países.
- g) Intercâmbio cultural ⁶⁵.

A 02/04/1975 foi assinado um acordo de cooperação econômica e técnica entre os dois países. Neste acordo ambos comprometeram-se a cooperar entre si, especialmente no setor agrícola e de transportes.

Segundo Al-Safi,

“Neste acordo as partes se propunham a desenvolver cooperação técnica e econômica em espírito de mútua colaboração. Acordaram ainda, em tomar medidas necessárias em vários campos de atividades, como no desenvolvimento da indústria agrícola e pequenas indústrias manufatureiras, e no desenvolvimento dos transportes aéreos e marítimos mediante o estabelecimento de companhias conjuntas e/ ou mistas.

Foi acordado ainda promover a cooperação técnica entre os cidadãos (inclusive entidades jurídicas) dos dois países, de acordo com as leis vigentes em cada um dos países, dando ênfase especial ao estabelecimento de empreendimentos e companhias e/ ou mistas, inclusive estimulando o investimento de cada país no território do outro. [...] as partes contratantes acordaram em tomar medidas para incentivar a cooperação técnica, o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, inclusive facilitando as várias formas de cooperação técnica entre os dois países. E com esta finalidade foi decidido estabelecer uma comissão mista, bem como vários grupos de trabalho devendo a Comissão reunir-se

⁶⁵ FERREIRA-LOPES (inédito) p.178

alternadamente uma vez por ano ou periodicamente quando julgado necessário.”⁶⁶

No entanto, esta comissão citada acima só se reuniu quatro anos depois em 1979. Do lado brasileiro estava Marco Azambuja, responsável pelo departamento de África, Ásia e Oceania do MRE. Pelos sauditas estava Abdullah Alireza, vice-ministro de Assuntos Econômicos e Culturais do MRE saudita. Para a delegação brasileira o mais importante era equilibrar a balança comercial entre os dois países, já que na época o Brasil importava US\$1,2 bilhão de dólares anuais em petróleo e derivados e exportava apenas US\$20 milhões. Naquele ano, a Arábia tornou-se a principal fornecedora do Brasil, representando 34,4% no valor total das importações brasileiras de petróleo bruto, a frente do Iraque (29%), Kuwait (10,1%), Líbia (7,5%) e Irã (5,4%). Em 1974, o Brasil havia sido o principal consumidor de petróleo saudita na América Latina e o sétimo mundial.

Em 1976, o Ministério das Relações Exteriores encomendou ao seu Departamento de Promoção Comercial, um perfil econômico-comercial da Arábia Saudita. Era interessante informar-se sobre um país que vinha crescendo num ritmo impressionante naqueles anos, embora fosse de conhecimento geral que esta pujança devia-se quase que única e exclusivamente ao petróleo, que correspondia a 85% do seu PIB. Sabia-se também que a ARAMCO era responsável por 96% da prospeção, e que a taxa de emprego vinha crescendo a taxa de 6% ao ano não só por causa do petróleo, mas também devido à agricultura e obras de engenharia civil. As principais conclusões do relatório foram as seguintes⁶⁷.

a) Em 1975, o continente americano importou 15,9% do total das exportações sauditas. Destes, o Brasil era então responsável por 3,7%.

b) De acordo com a CACEX e o CIEF, o intercambio comercial Brasil-Arábia Saudita registrou um valor de US\$990,3 milhões em 1975, um decréscimo de 17% em relação a 1974, que por sua vez havia sido 347,9% superior a 1973.

c) As exportações brasileiras tiveram um crescimento gigantesco: de US\$96 mil em 1971 para US\$14,4 milhões em 1975, ou seja, 161,8% superior a 1974. Ainda assim a Arábia Saudita figurava apenas em quarto lugar na lista brasileira de exportações para o Oriente Médio, ficando atrás de Irã, Iraque e Síria.

⁶⁶ AL-SAFI, 1993, p.178-179

⁶⁷ DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MRE, 1976, p.1-32

d) No período compreendido entre 1971-1975, exatos 93,5% do que o Brasil importou restringiu-se a petróleo e derivados.

e) Os principais produtos exportados para a Arábia Saudita em 1975 foram:

- Açúcar refinado (36,1%).
- Extrato de tomate (21,8%).
- Frango Congelado (8,8%).
- Caminhonetes pesadas (6,1%)
- Automóveis de passeio (4,7%)
- Rolos compressores (1,9%)
- Refrigeradores elétricos (1,7%)
- Geléias de frutas (1,6%)
- Furgões e similares (1,5%).

Contudo, quando o Brasil despertou para as possibilidades do mercado saudita, percebeu que dificilmente entraria no mercado interno local como havia entrado nos demais mercados árabes, pois os sauditas acreditavam piamente na livre concorrência, com intervenção mínima do Estado ao contrário do que ocorria com outros parceiros como Líbia e Iraque. Isto significava que o Brasil teria que concorrer diretamente com europeus e norte-americanos. Ocorreu uma desastrosa tentativa de ingressar no mercado de azulejos e louças sanitárias que malogrou devido a péssima qualidade dos produtos. Situação semelhante ocorreu com laminados e compensados de madeira brasileiros.

Para ajudar a equilibrar a balança comercial o governo saudita realizou uma pesquisa e por fim encontrou algo que pudesse lhes interessar: armas. Foram vendidos aviões Embraer 11M e tanques X-142 ⁶⁸. Os EUA, líderes deste mercado na Arábia Saudita, tentaram por várias vezes colocar obstáculos à entrada brasileira no mercado. Contudo, devido ao desconhecimento acerca de como se fazem negócios nessa área, a compra de armas, sigilosa no mundo todo foi amplamente divulgada pela mídia brasileira, o que melindrou muitos compradores sauditas. Na década de 1980 o superávit a favor dos sauditas já chegava a US\$6 bilhões, pois devido a guerra Irã-Iraque, o Brasil teve de procurar mercados alternativos de abastecimento.

⁶⁸ DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MRE, 1976, p.195

Em maio de 1981, uma missão de empresários liderada por Ismael Abu Dawood veio ao Brasil e, se não efetuou grandes negócios, deu uma grande lição ao empresariado brasileiro: profissionalizar-se, cumprir as regras mais elementares do comércio internacional como a regularidade dos transportes, o cumprimento dos prazos de entrega e freqüência de mercado. O ano de 1981 foi um ano agitado nas relações entre os dois países: naquele ano além da missão Dawood, vieram ao Brasil o ministro da indústria e eletricidade saudita Ghazi Al-Gosaibi, o presidente do Fundo de Desenvolvimento da OPEP, e o príncipe Saud Al-Faiçal Ibn Abdul Aziz Al-Saud, Ministro dos Negócios Estrangeiros. A visita deste último era motivada pela intenção de desenvolver um projeto nuclear pacífico em conjunto com o Brasil. A Arábia havia tentado levar este projeto adiante juntamente com o Canadá, que não aceitara por pressão dos EUA. Os norte-americanos alegavam preocupar-se com a possibilidade desta tecnologia ser transferida para o Paquistão, cujo projeto nuclear era financiado pelos Saud. Nesta visita foi assinado um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Em seguida o Brasil enviou a Jeddah, o presidente do Banco Central, Geraldo Langoni e o Ministro da Fazenda Ernane Golvêas na expectativa de que as exportações brasileiras pulassem de US\$160 milhões para US\$650 milhões de dólares em 1984.⁶⁹

Em 1982, veio ao Brasil, o ministro do petróleo saudita Ahmed Yamani, presidente da OPEP. Sua posição fez com que sua visita fosse cercada de expectativas. Esta visita, porém, foi considerada mais diplomática do que de negócios, embora estivesse na sua agenda a questão do reequilíbrio da balança. O ano de 1984 foi o ápice das relações entre os dois países, com a vinda da missão do Ministro da Defesa, o príncipe Sultan Bin Abdul Aziz, que visitou a indústria bélica brasileira e gostou do que viu. Segundo analistas, a escolha do Brasil como parceiro comercial foi feita devido a influência do *lobby* judaico em Londres que impedia os EUA de vender para a Arábia Saudita as armas que estes procuravam. O lança-foguetes Astros II, e o tanque Osório de eficiência comprovada na guerra Irã-Iraque, foram os principais itens negociados. A reação dos países desenvolvidos não tardou. França e EUA acusaram o Brasil de praticar *dumping* na venda de armas na Europa e EUA. Brasília alegava por sua vez que todo o material brasileiro à venda no mercado resultara de pesquisas e eram versões melhoradas do Astros II e do

⁶⁹ DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MRE, 1976, p.202.

Osório. Em 1987, o Brasil desenvolveu o Osório EE-TI, que apesar de vencer todas as provas de tiro, de rapidez na areia e outras, foi rejeitado. O governo de Riad seu a cedendo a pressões, decidiu por ficar com o concorrente norte-americano M-1 Abram.

Ao contrário do que a imprensa brasileira alardeou a venda de armas não eliminou o desequilíbrio na balança. Em março de 1986, o ministro Abreu Sodré empreendeu viagem à Arábia Saudita com o declarado propósito de obter informações sobre as possibilidades de empresas brasileiras de engenharia no país para a construção de pólos petroquímicos.

Os jornalistas que acompanharam a chamada missão Abreu Sodré, alertaram o público brasileiro para as principais dificuldades que seriam encontradas no intercâmbio entre os dois países. Entre elas o fato de que a Arábia Saudita não era mais um país de dinheiro fácil desde a queda do preço do petróleo, que o mercado saudita era capitalista, competitivo e sofisticado com pouco espaço para produtos brasileiros, que as oportunidades de emprego para brasileiros estava praticamente limitadas a prática do futebol e, por fim, que a rigidez religiosa do país poderia dificultar muito a adaptação de trabalhadores brasileiros⁷⁰.

A criação da OPEP, e o embargo imposto por esta organização foi um marco nas relações entre o Terceiro Mundo e os países desenvolvidos. Influenciados pelas idéias da Conferência de Bandung, os países árabes conseguiram uma clara demonstração do poder que os primeiros poderiam ter se trabalhassem de forma coordenada. Antes do embargo, os países árabes haviam tentado dois caminhos para negociar seu petróleo com as companhias estrangeiras: o primeiro mais conciliatório, como fez a Arábia Saudita que obteve a maioria das ações da ARAMCO ou mais agressivo, como a nacionalização pura e simples, realizada pelo Iraque em 1958.

Comercialmente, os árabes vêm tentando se unir em blocos desde a década de 1950, mas devido a disparidade de desenvolvimento sócio-econômico entre os membros, somente o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), não por acaso o mais homogêneo, foi bem sucedido. É ilusório crer numa "União Árabe", por se tratar de países com nível de desenvolvimento muito desigual. Porém, utilizando

⁷⁰ AL-SAFI, 1993, p.213

os critérios estabelecidos por Schott poderiam ser criados três ou quatro blocos no norte da África e Oriente Médio, com maiores possibilidades de sucesso.

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1973-1985)

2.1 ANTECESSORES DE GEISEL

A política externa do governo Geisel representou o auge das relações pragmáticas e focadas no interesse comercial brasileiro. Portanto, não se tratou de uma inovação revolucionária. Em diferentes graus, vários governos anteriores a Geisel pautaram sua política externa no aumento das exportações e conseqüente busca de mais divisas. A título de ilustração faremos agora uma breve retrospectiva dos antecessores do governo Geisel, a começar por um cuja política externa mostrou-se bastante parecida com o “Pragmatismo Responsável”: a PEI, ou Política Externa Independente, estabelecida nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Esta política partia de uma visão global, embora sem descuidar do regional, buscando um caminho independente no contexto da Guerra Fria. A PEI não assumia compromissos com norte-americanos ou soviéticos e procurava simplesmente obter vantagens para o Brasil, às vezes até se aproveitando da bipolaridade como meio de barganha. As principais características da política externa do ministro Afonso Arinos era o alargamento dos horizontes de suas relações que não se restringiriam mais aos EUA e a Europa Ocidental somente, a isenção de compromissos ideológicos, a ênfase na divisão norte-sul e não leste-oeste, ampliação das relações internacionais com objetivos puramente comerciais e adoção férrea dos princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção⁷¹. Para Jânio Quadros tratava-se de uma política que visava defender os direitos do Brasil, sem recorrer a alinhamentos. Contudo, em artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional e mais tarde na norte-americana *Foreign Affairs*, Jânio faz um alerta (que muitos interpretaram como chantagem), de que cabia às grandes potências ocidentais provar que o capitalismo também poderia cumprir as promessas de desenvolvimento

do comunismo. Em outras palavras, o presidente afirmava que, se não houvesse cooperação entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, alguns poderiam optar pelo comunismo⁷². Manter relações equânimes tanto com leste como com oeste, era uma maneira eficiente de aproveitar todo o potencial brasileiro. Afinal, o Brasil não era signatário de nenhum tratado que o forçasse a intervir no conflito entre norte-americanos e soviéticos, e a inclinação natural do país era atuar pela paz e pelo relaxamento da tensão internacional⁷³. Tal postura sofria influência da Conferência de Bandung, que pregava uma via alternativa, fora da bipolaridade da Guerra Fria. Esta linha de pensamento em que os Estados agem a princípio em benefício próprio era uma crítica ao alinhamento aos norte-americanos desenvolvido no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão engajado na criação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista⁷⁴. Também foram importantes na formulação da PEI, as teses da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão subordinado ao Conselho Econômico e Social da ONU. Surge o paradigma do “globalismo”, que se contrapunha ao “americanismo”, cuja idéia central era que a aproximação com Washington aumentaria o poder de um país. Segundo o “globalismo”, a diversificação de parcerias aumentaria o poder de barganha de um país, inclusive com os EUA⁷⁵.

Uma das marcas da política externa do governo Jânio foi a aproximação com o continente africano. Foram abertas novas embaixadas e acordos culturais foram selados. Porém, na diplomacia, não demonstrou coerência com seu discurso anti-colonialista e pela autodeterminação e absteve-se de votar pela independência de Angola na ONU, devido a compromissos anteriores com Portugal. Outro episódio que marcou o governo Jânio foi a recusa em apoiar a intervenção norte-americana a Cuba em 1961, quando o governo Kennedy tentou derrubar o regime de Fidel Castro, usando refugiados do regime de Fulgêncio Batista. Em reunião com o presidente argentino Arturo Frondizi em abril de 1961, Jânio chegou a propor a criação de um bloco neutralista no Cone Sul, proposta essa prontamente rejeitada pelo líder argentino, contrário ao afastamento com os EUA.

⁷¹ BUENO, 1992, p.280

⁷² QUADROS, 1961, p.154

⁷³ Idem. (p.155)

⁷⁴ http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/pd020.htm acessado em 09/12/2006.

⁷⁵ Idem.

O governo de Jânio Quadros foi marcado pela ambigüidade. Conservador no plano interno, ousado no plano externo, o presidente tomou atitudes que agradou a setores esquerdistas, como o apoio a revolução cubana e ao reatamento com a URSS, mas desagradou a UDN que o havia apoiado nas eleições. A falta de apoio do Congresso que o levaria a renúncia também pode ser atribuída a PEI que desagradava lideranças conservadoras como Carlos Lacerda⁷⁶.

Com o fim precoce do governo Jânio, o vice-presidente João Goulart assume e indica San Tiago Dantas, como novo Ministro das Relações Exteriores. As principais características da gestão Dantas a frente do MRE foram: a independência na escolha das alternativas internacionais, tendo como suporte básico o interesse nacional; o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos e ainda a procura pela expansão de mercados em prol do desenvolvimento nacional. Dantas não só manteve as diretrizes básicas de seu antecessor como tornou-se um dos principais ideólogos da PEI. Manteve uma postura de considerar exclusivamente os interesses nacionais e na igualdade sem alinhamento a blocos. Manifestou-se a favor de uma aproximação maior com a Argentina e o restabelecimento de relações com países socialistas, embora isto não significasse, segundo suas palavras, simpatia ou sequer tolerância a regimes alternativos á democracia ocidental⁷⁷

Em janeiro de 1962, OEA (Organização dos Estados Americanos) propôs a expulsão de Cuba da organização devido ao rompimento do governo revolucionário de Fidel Castro com os compromissos democráticos firmados pelo país em cinco ocasiões anteriores ao regime comunista lá instaurado. Para Dantas, contudo, isolar o regime cubano apenas o empurraria ainda mais para a órbita soviética. Como acreditava piamente no sistema democrático, o governo brasileiro tinha esperanças de que a neutralização do regime cubano, mas sem isolamento total, poderia atrair o país para a abertura democrática. Apesar da proposta brasileira, Cuba foi excluída da OEA. Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Equador e México abstiveram-se de votar⁷⁸.

No governo João Goulart, finalmente foram restabelecidas as relações com a URSS. Foi a execução de um projeto que já vinha desde o governo de Juscelino Kubitchek, que reatara relações comerciais com aquele país. Portanto,

⁷⁶ BUENO, 1992. (p.293)

⁷⁷ Idem. (p.296)

⁷⁸ Ibidem. (p.305)

a normalização das relações diplomáticas nada mais era do que um passo adiante no projeto do governo de ampliação de mercados para o Brasil. Aqueles que apoiaram a aproximação citavam o fato da URSS representar um mercado gigantesco, repleto de oportunidades comerciais, mas os críticos da idéia lembravam que as importações de produtos brasileiros pelos soviéticos eram insignificantes e que seus produtos eram de qualidade duvidosa.

Apesar das semelhanças é um equívoco ver a política externa de Jânio Quadros e João Goulart como uma unidade. No primeiro, o Brasil barganha e “ameaça” os EUA com o não-alinhamento. Já no segundo é dada maior ênfase no desenvolvimento econômico em detrimento de questões ligadas as relações leste-oeste. Goulart acabou deposto, mas o modelo do “globalismo” não estava esgotado, sendo retomado por Geisel anos mais tarde.

Após o Golpe de 1964, em que os militares chegaram ao poder, houve uma mudança drástica na política externa brasileira. Se no breve período de Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil aproximou-se do movimento dos não-alinhados, o primeiro presidente militar, Castelo Branco, influenciado pelas teorias da ESG (Escola Superior de Guerra), optou por alinhar-se aos EUA e abraçou a luta contra o “perigo comunista”. Em seu governo houve o reconhecimento da liderança norte-americana em nível continental. Porém, segundo Shiguenoli Miyamoto o alinhamento automático é um mito. Mesmo no discurso de julho de 1964 quando Castelo Branco afirmou que o Brasil fez uma opção pelo sistema democrático ocidental ele ressaltava que

[...] a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial técnica e financeira com países socialistas desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica⁷⁹.

No mesmo discurso o presidente reconhecia os EUA como representantes da democracia e dos valores da civilização ocidental, mas que o alinhamento só ocorreria se não houvesse choque com os interesses brasileiros⁸⁰. Seu Chanceler, Vasco Leitão da Cunha já havia muito antes de Azeredo da Silveira afirmado de que o Brasil deveria “exportar ou morrer” e que o interesse comercial deveria estar acima de qualquer tipo de diferença política ou ideológica.

⁷⁹ Apud: MIYAMOTO, 1985 p.138

⁸⁰ MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991, p.22

Apesar do mito do alinhamento automático, é fato que o governo militar logo demonstrou estar em sintonia com os norte-americanos, rompendo relações com Cuba, aceitando fazer participar da invasão da República Dominicana em 1965 e apoiando a criação da Força Interamericana de Paz, cuja função seria intervir em países onde surgissem focos revolucionários⁸¹.

Desde o principio o governo Castelo Branco identificou sua política externa priorizando a América Latina, seguida do restante do continente americano.

Um dos pilares teóricos da política do primeiro governo foi a Escola Superior de Guerra. A ESG foi criada pela lei 785 de 20/08/1949, com a finalidade de ser um instituto de altos estudos para o desenvolvimento de uma Doutrina de Segurança Nacional. Desde o inicio sua atuação foi bastante controversa, chegando a ter sua existência ameaçada no final do governo Vargas, devido ao clima golpista que reinava na instituição⁸².

Com os militares no poder os teóricos da ESG, buscavam em troca do alinhamento com Washington, apoio econômico. Para mostrar que suas intenções eram sinceras, rompeu relações com Cuba em maio de 1964, e chegou a enviar tropas à República Dominicana, com o declarado objetivo de impedir que a guerra civil naquele país levasse ao estabelecimento de um regime similar ao de Fidel Castro. Esta postura era vista com antipatia pelos demais países latino-americanos, pois o Brasil parecia não se interessar pelos problemas da região e comportava-se como se estivesse prestes a entrar no seleto clube dos países do Primeiro Mundo a qualquer momento.

Castelo criticava o neutralismo da PEI, identificando-o com a passividade, falta de determinação e fuga da realidade internacional. O presidente também afirmava que a independência completa era uma utopia, pois nenhum país era capaz de se defender sozinho, e, portanto, o alinhamento a um dos blocos, no caso obviamente o norte-americano era indispensável.

André Reis da Silva observa que esse discurso calcado na Guerra Fria utilizado, sobretudo para consumo interno. O “perigo comunista” legitimava a intervenção realizada pelos militares e até o próprio regime. Já no plano externo, assim como Jânio, Castelo Branco usava a possibilidade de uma revolução como elemento de barganha com os EUA para obter recursos que impulsionassem o

⁸¹ <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/andreReis/CasteloBranco.rtf> acessado em 03/12/2006.

⁸² MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991, p.07.

desenvolvimento do país. Apesar do discurso, o governo manteve as relações comerciais com os soviéticos sem maiores crises de consciência⁸³.

Assim que o novo regime assumiu, sua equipe constatou que o Brasil só retomaria o crescimento se recebesse grandes investimentos do exterior. Os EUA foram considerados os parceiros ideais nessa busca por divisas, pois esta aproximação proporcionava vantagens comerciais e justifica internamente o regime. Porém, em nenhum momento o governo brasileiro abriu mão de seus próprios interesses comerciais em prol dos norte-americanos, mas sim se considerava um elo entre os EUA e a América Latina, e guardião dos valores democráticos ocidentais na região.

A ESG, centro aglutinador da elite militar, apelidada “Sorbonne” foi responsável pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e por um projeto de grandeza: o Brasil Potência. É nesta Escola que surgem os primeiros estudos fazendo referência a idéia de que a capacidade do País era sempre sub-aproveitada e o papel de destaque que o Brasil teria no cenário internacional se seus recursos fossem corretamente utilizados. Neste tema destacam-se Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva, cujos trabalhos voltavam-se principalmente para o binômio segurança e desenvolvimento.

O general Meira Mattos, em textos produzidos entre 1975 e 1977, procurou demonstrar a viabilidade do projeto Brasil - Potência. Segundo ele uma potência deve preencher alguns pré-requisitos como dimensão e ocupação geográfica, população e recursos naturais, capacidade militar e coesão interna, sendo que os dois primeiros itens já encontravam-se satisfatoriamente preenchidos. Fica bastante clara a influencia das idéias de Hans Morgenthau que, aliás, adicionaria a essa lista mais alguns elementos bastante subjetivos, como o caráter e moral nacionais. Todavia, Morgenthau lista também fatores que podem limitar o poder nacional, como as alianças entre os Estados, a balança de poder e a opinião pública internacional. O resultado de todos estes itens determina o alcance do Poder Nacional de cada país no teatro das relações internacionais.

No entanto, não há uma única metodologia universalmente aceita para que um país seja considerado uma potência. Por exemplo, de acordo com Kenneth Organski, o principal critério para aferir o desenvolvimento de um país é

⁸³ <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/andreReis/CasteloBranco.rtf> acessado em 03/12/2006.

seu PNB, segundo este critério o Brasil possuía a décima economia do mundo. Todavia, segundo Wayne Selcher, o Brasil era uma potência média, mas com dificuldades de ascensão devido a relativa pobreza mineral e a seus problemas internos, como a dependência tecnológica, a dívida externa altíssima e até a dificuldade em produzir alimentos (em 1980, o Brasil teve que importar trigo)⁸⁴.

Quando Médici falava em Brasil Potência estava mais preocupado em calar críticas internas do que qualquer outra coisa. Além disso, havia entre os economistas duas correntes constantemente em atrito. A primeira, dos mercantilistas, que priorizavam o comércio e acreditavam que o Brasil poderia chegar ao nível de potencia mundial, e os dependentistas, como Pinto Ferreira e outros ligados á CEPAL que viam a atual posição de potencia mediana como o grau máximo que o Brasil poderia atingir, e pregavam que o melhor era aceitar as desigualdades históricas como inevitáveis e procurar o desenvolvimento dentro de possibilidades limitadas.

Outra característica do período foi o apego total ao Direito Internacional, reivindicando a autodeterminação dos povos e o não-intervencionismo, bandeiras típicas de países em desenvolvimento. Apesar disso, durante o governo Médici, a crítica brasileira restringiu-se aos foros multilaterais e em nenhum momento o Brasil confrontou seriamente os interesses das grandes potencias.

Shiguenoli Miyamoto faz uma análise interessante sobre a inviabilidade dos sonhos de grandeza dos militares no final do seu livro “*A Geopolítica e o Brasil - Potência*”,

Um país que não tem condições sequer de ser auto-suficiente em abastecimento, lembra-nos Gramsci, é um país secundário. Como considerar-se uma potência se não dispõe de condições para impor a manutenção de pactos? [...] Os países que não forem capazes de romper essas barreiras nunca passarão de coadjuvantes no cenário internacional. Poderão no máximo ter direito de voto, mas nunca direito de veto nas grandes decisões internacionais, porque calculado na perspectiva de uma guerra a possibilidade de intervenção é reduzida. Devem portanto contentar-se com uma posição de destaque apenas ao nível regional. Por sua vez, uma potência regional é apenas uma potência média, porque a sua capacidade de ação encontra-se delimitada geograficamente ao seu próprio subsistema⁸⁵.

⁸⁴ MIYAMOTO, 1985, p.34.

⁸⁵ Ibidem, 1985, p.35.

Mesmo com todos esses pontos negativos, o regime brasileiro perseguiu o crescimento por meio da ênfase nos grandes projetos como a construção de usinas hidrelétricas e nucleares, o estímulo às exportações e a criação de uma indústria de guerra através da IMBEL-Indústria de Material Bélico, que cresceu rapidamente.

Já o conceito de Segurança foi mudando de acordo com o contexto interno. Como havia a necessidade que o grupo detentor do poder tomasse medidas impopulares como o arrocho salarial para executar suas idéias desenvolvimentistas a repressão a oposição foi realizada em nome da Segurança Nacional. Assim também eram todos os setores importantes de um governo como saúde, educação, transportes eram vistos sob o prisma do Poder e da Segurança⁸⁶.

Depois de dois conflitos mundiais, era firme a convicção de que um terceiro era apenas questão de tempo, devido às crescentes tensões entre EUA e URSS, e, portanto, o Brasil deveria estar preparado. De acordo com o ex-presidente Ernesto Geisel, a ESG foi criada com colaboração e influência de oficiais norte-americanos. Era uma escola em que civis e militares, ambos selecionados, realizavam um intercâmbio e discutiam vários aspectos da vida nacional, em termos de desenvolvimento e até sobre qual seria o papel da população civil num eventual esforço de guerra. Era importante para a ESG que os civis se conscientizassem de que a defesa do país não era uma atribuição exclusiva dos militares, mas de um esforço conjunto de toda a sociedade⁸⁷.

Contudo, não foi a ESG que trouxe ao Brasil o conceito de “guerra total”, mas apenas o adaptou ao contexto da Guerra Fria. Tal conceito foi popularizado pelo general alemão Erich Von Ludendorff, em livro homônimo. Segundo ele, o modelo de guerra localizada contra inimigos conhecidos e definidos estava ultrapassada, pois com a ascensão das superpotências e seu poder de destruição, o conflito passaria a ser global existindo em todos os níveis inclusive interno. No caso brasileiro o inimigo interno era o comunismo e os movimentos sociais de esquerda. Como Ludendorff acreditava que o estado de guerra passaria a ser a regra e não mais a exceção, a Nação e os Estados deveriam se colocar a serviço do Exército⁸⁸.

⁸⁶ MIYAMOTO, 1985, p.15

⁸⁷ D'ARAUJO e CASTRO 1997, p.109.

⁸⁸ PEREIRA, 1988, p.253.

Segundo Ubiratan Borges de Macedo, a doutrina da ESG representa a evolução do nacionalismo de Alberto Torres e Oliveira Vianna. O primeiro preocupava-se com a organização e futuro do Estado Brasileiro, criando uma soberania real e não apenas protocolar. Vianna, por sua vez, criou e propagou o conceito de Política Nacional, referindo-se ao conjunto de objetivos maiores e duradouros de um país⁸⁹. Segundo a doutrina elaborada pela ESG a função das elites é de levar ao povo imaturo os chamados objetivos nacionais permanentes. Tais objetivos consistiam na preservação do território, na integração nacional, no aperfeiçoamento político dos princípios democráticos, na melhoria da qualidade de vida da população, e na reafirmação da soberania e autodeterminação brasileiras⁹⁰.

De acordo com o autor, a grande contribuição da ESG foi a inclusão do tema “Segurança Nacional” em nível acadêmico. Nas constituições brasileiras, a segurança nacional já tinha certo destaque desde a primeira constituição republicana de 1891, cujo artigo 14 dizia que a função das forças armadas era defender a pátria no exterior e zelar pela manutenção das leis no interior. Esta sentença serviria como justificativa para todas as intervenções militares até 1964.

O pensamento central propagado pela ESG é que a segurança nacional é condição para o desenvolvimento de um País. Frente a nova conjuntura, porém a Escola mostrou-se mais pragmática e passou a aceitar a possibilidade do estabelecimento de relações comerciais sólidas fora do grupo dos países desenvolvidos, agindo, portanto, de acordo com a necessidade do momento. Ao invés da política de alinhamento pura e simples, pela primeira vez a ESG vislumbrou a possibilidade de não-alinhamento⁹¹.

O grande problema da Doutrina de Segurança Nacional foi que na prática resultou na segurança do governo contra a nação, pois conceitos extraídos de livros de política internacional quando transpostos para a política interna transformavam adversários políticos em inimigos mortais. Segundo Maria Moraes Rocha, o fato de a ESG ter elaborado uma Doutrina de Segurança Nacional desde seus primórdios na década de 1950 foi, a um só tempo, uma resposta política e a materialização de um programa de ação configurado por setores das forças armadas brasileiras para fazer frente à necessidade de redefinição das funções do Estado.

⁸⁹ MACEDO, 1988, p.216.

⁹⁰ Ibidem, p.217

⁹¹ ROCHA, 1996, p.156

A ESG via um regime puramente militar como período de exceção, (opinião claramente compartilhada por Geisel e Golbery), pois no seu pensamento, se tal situação perdurasse muito poderia levar à revoltas sociais que comprometeriam o projeto de nação proposto pela Escola. Para esta cabia aos militares o papel de guardiões da nação e do Estado e o de estabelecer objetivos políticos, estratégicos e materiais⁹².

Segundo Shiguenoli Miyamoto, não se pode superestimar a influência esguiana. É fato que a Doutrina de Segurança Nacional, diretrizes de política interna e externa realmente já vinham sendo elaboradas pela instituição desde sua fundação. Mas não passa de mito a idéia de que a ESG estaria por trás de cada passo dado pelos militares: a conspiração do golpe, o endurecimento do regime, a extinção do pluripartidarismo, etc ⁹³. Miyamoto afirma que os textos produzidos pelos esguianos, salvo alguns acadêmicos de destaque, não eram levados em consideração quando o governo precisava adotar medidas de ordem prática, especialmente quando tinham que escolher entre o ideário esguiano e propostas vantajosas do ponto de vista comercial.

Mesmo tendo sua opinião ignorada em várias ocasiões, a ESG acabava por apoiar a determinação governamental, jamais tomando uma posição de confronto. Após alguma relutância em aceitar, por exemplo, o estabelecimento de relações com a China, a ESG aplaudiu o “pragmatismo” do governo pelas divisas que trouxe ao país. Ainda segundo o autor, com exceção de Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, a instituição não teve membros nos altos escalões do governo e reverberou muita teoria e pouca prática. Ou seja, a ESG surgiu basicamente para retransmitir internamente para uma elite, um determinado modelo econômico (capitalista), dirigido pela elite, dotado de uma ideologia (segurança nacional), e de uma opção estratégica (o Mundo Ocidental liderado pelos EUA).

Para Amado Cervo o pensamento brasileiro em termos de política internacional não possui base teórica e teria se originado da intelectualidade do meio político, diplomático e militar, mas de forma totalmente heterogênea⁹⁴. Eugênio Vargas Garcia lembra que, em suas origens, os exércitos foram criados para defender um território de ameaças externas e que, portanto a instituição tem em seu

⁹² ROCHA, 1996, p.163

⁹³ MIYAMOTO, 1987, p. 90

⁹⁴ CERVO, 1986 p.18

âmbito a preocupação com a política externa não só em tempos de guerra, mas também em questões estratégicas e de tecnologia. Em termos teóricos, autores como Clausewitz, Aron e Morgenthau eram os favoritos dos militares⁹⁵.

Após o golpe foi criado o Conselho de Segurança Nacional. Segundo Pereira, o CSN talvez fosse o principal instrumento da Doutrina, superior até mesmo à Lei de Segurança Nacional, pois fornecia os meios para que a Doutrina permeasse todos os níveis da sociedade⁹⁶. Tratava-se do mais elevado órgão de assessoria direta do Presidente da República. Integravam-no o vice-presidente da república, todos os ministros de Estado, os chefes do gabinete civil e militar da presidência, o chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), o chefe do estado maior das forças armadas e os chefes dos estados maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica. O Conselho de Segurança Nacional estabelecia os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases da política nacional. Os Objetivos Nacionais Permanentes, definidos como a expressão dos “anseios duradouros da nacionalidade”, consistem na integridade territorial, na integração nacional, na democracia, no progresso na paz social e na soberania⁹⁷.

Paralelamente aos Objetivos Nacionais Permanentes havia os Objetivos Nacionais Atuais que eram as etapas a serem vencidas para a concretização dos Objetivos Permanentes. De acordo com Pereira houve uma grande discrepância entre a teoria da DSN e sua prática. Entre eles citamos o fato de a DSN, ao tentar fortalecer a segurança do Estado e a Defesa da Nação, acabou por fortalecer e defender o Estado contra a nação. Além disso, não percebia os conflitos inerentes a uma sociedade democrática e pluralista como algo normal. Buscava eliminar toda forma de conflito, sufocando assim a democracia. Segundo Spektor, a idéia de que a abertura resultaria num governo civil eleito pelo povo só surgiria mais tarde⁹⁸.

Mesmo vendo a reabertura política como algo inevitável, os militares não queriam perder seu poder de polícia no combate à esquerda, pois temiam que o processo poderia se tornar absolutamente caótico se não fosse controlado pelas forças armadas. A transição para um governo civil, iniciada no governo Geisel, deveria ser feita de uma forma em que o governo se mantivesse autoritário e

⁹⁵ GARCIA, 1989 p.29

⁹⁶ PEREIRA, 1988, p.263

⁹⁷ GRILLO, 1988, p.81

disciplinador. Para Geisel e Golbery a descentralização deveria partir do Estado⁹⁹. De acordo com Cavagnari, a idéia de permitir a criação de novos partidos políticos no fim do regime nada tinha a ver com democracia, mas sim com a idéia de fragmentar a oposição entre a sociedade civil o tanto quanto possível¹⁰⁰. Embora os militares não aceitassem de bom grado a submissão ao poder civil, tinham a consciência de que este, por representar a maioria traz consigo a estabilidade política e a legitimidade ao regime. Além disso, após um período em que o aparelho militar sobressaiu-se (governo Médici), Geisel, contando com colaboração de alguns setores militares insatisfeitos com o excesso de autoritarismo, começou a preparar o terreno para a abertura política, pois como dito anteriormente, havia o receio de que as forças armadas sofressem um desgaste excessivo como instituição confiável. Oliveira defende a tese de que foi esta resistência ao autoritarismo que, apesar de difusa e não-organizada impediu o aparelho repressor de desenvolver toda a sua capacidade. Afinal, Geisel e Golbery não teriam força para levar a cabo sozinhos o processo de distensão¹⁰¹.

Os chamados “castelistas”, derrotados pela auto-imposição de Costa e Silva ao poder se espalharam por diversos órgãos do governo seguinte. Durante o mandato de Médici, estavam em pontos estratégicos como a Petrobrás (Ernesto Geisel), Superior Tribunal Militar (Augusto Fragozo) e um dos cargos mais importantes, o ministério do Exército (Orlando Geisel). Durante sua gestão na Petrobrás, a empresa diminuiu suas atividades em solo nacional e passou a investir mais em perfurações realizadas no exterior, além do refino e distribuição de derivados, ambos investimentos muito mais seguros. Os resultados mais expressivos do período foram: a descoberta de petróleo em São Mateus (ES), a inauguração da refinaria de Paulínia (SP) e da usina protótipo de Irati no município de São Mateus do Sul (PR), a criação da Disbrás, subsidiária destinada a distribuição de derivados de petróleo, e da Braspetro, criada para prospeções no exterior. Em junho de 1973 Geisel foi lançado como candidato do governo a presidência da República.

Em seu último discurso como presidente da Petrobrás afirmou que o monopólio estatal da empresa não era uma finalidade em si, mas um meio e que a

⁹⁸ SPEKTOR, 2004, p.21

⁹⁹ OLIVEIRA, 1994, p.59

¹⁰⁰ CAVAGNARI, 1989 p.68

auto-suficiência em petróleo também não era o objetivo primordial da empresa, pois tratava-se de algo que dependia também de fatores externos alheios a vontade governamental¹⁰².

2.2 GEISEL E O “PRAGMATISMO RESPONSÁVEL”

Ao chegar ao poder e enfrentar a oposição ao seu projeto de abertura, Geisel tratou de espalhar aliados pelos comandos de maneira a tornar um golpe contra seu governo difícil, e fazendo o que seus antecessores não fizeram: centralizar *de fato* a presidência da República e o comando das Forças Armadas.

Em termos de política externa os seus antecessores haviam se portado de maneira bem diferente. Em 1967, com o General Costa e Silva, a chamada “linha-dura” chegava ao poder. Naquele ano foi promulgada uma nova Constituição, que basicamente institucionalizava as medidas repressivas que já vinham sido adotadas. No entanto, em termos de política externa, a “linha-dura” possuía uma visão mais nacionalista, bastante semelhante a dos seus adversários esquerdistas e bem diferente do plano de alinhamento à Washington. O então chanceler Magalhães Pinto formulou a chamada “Diplomacia da Prosperidade”, visando a autonomia e ao desenvolvimento do País, e definindo o Brasil como pertencente ao Terceiro Mundo e disposto a colaborar com seus colegas para mudar as regras do sistema internacional. Este discurso valeu ao representante brasileiro na II UNCTAD, a indicação para o recém-criado Grupo dos 77, que era um movimento de países do Terceiro Mundo que visavam o desenvolvimento, uma espécie de versão econômica dos não-alinhados¹⁰³.

O governo Costa e Silva procurou ignorar o conflito leste-oeste e dar ênfase ao norte-sul (países desenvolvidos x subdesenvolvidos). O Brasil buscou maior autonomia econômica e menor ingerência norte-americana. Para isso dirigiu-se a novos mercados e ao acesso a energia atômica e, por isso, recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Para o governo, a política externa deveria ser condizente com as ambições de um país decidido a crescer de forma acelerada e, por isso, não se opunha a entrada de capital estrangeiro no país.

¹⁰¹ OLIVEIRA, 1994, p.29

¹⁰² Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2304_3.asp, acessado em 09/10/2006.

A política externa regida por Magalhães Pinto preconizava que a grande ameaça à paz mundial não era a Guerra Fria, mas sim a desigualdade entre os países¹⁰⁴.

Dando continuidade ao plano de Castelo Branco, Costa e Silva, em discurso realizado na reunião dos Chefes de Estado Americanos em abril de 1967 afirmou que a energia nuclear seria a mais poderosa ferramenta utilizada pelos países em desenvolvimento para diminuir a distancia entre estes e o Primeiro Mundo. No ano anterior o Brasil havia, inclusive, assinado um convênio com Israel, visando a utilização de energia nuclear para fins pacíficos. Apesar disso, o embaixador Sérgio Correa da Costa admitia fabricar ou adquirir pequenos explosivos que pudessem ser utilizados em obras de infra-estrutura¹⁰⁵.

O sucessor de Costa e Silva, Emilio Garrastazu Médici, manteve a proposta desenvolvimentista de seu antecessor, mas abandonou a solidariedade com os países vizinhos tratando de aparar as arestas com os EUA. Este programa foi denominado “Diplomacia do Interesse Nacional”, e, em alguns aspectos foi o embrião do que viria a ser a diplomacia de Geisel. Novamente o Brasil, seguia uma linha individualista de inserção no cenário mundial, tratando os países latino-americanos como potenciais consumidores de produtos brasileiros.

No governo Médici em que a África finalmente mereceu uma atenção maior, o mar territorial foi ampliado para 200 milhas e o Brasil manteve a recusa em assinar o TNP. Não que a aproximação com a África fosse exatamente uma novidade, pois já havia sido ensaiada antes, mas ainda não com um caráter tão evidentemente comercial. Dois temas principais se apresentaram a Barboza: o regime do *apartheid* sul-africano e a questão das ex-colônias portuguesas. Em relação ao primeiro tema, a posição do país na ONU sempre foi a condenação da segregação racial que ocorria na África do Sul, mas jamais cogitou a possibilidade de romper relações comerciais com aquele país, adotando uma postura chamada “diplomacia econômica”. Segundo o governo brasileiro seria contraproducente isolar o regime de Johannesburgo, e a melhor forma de contribuição para o fim daquele regime seria mostrando aos sul-africanos o exemplo brasileiro de convivência entre as etnias¹⁰⁶.

¹⁰³ VIZENTINI, 2003, p.47

¹⁰⁴ MIYAMOTO, 1985, p.143

¹⁰⁵ Ibidem, p.148

¹⁰⁶ MIYAMOTO, 1985, p.156

Em outubro de 1973, numa referência a Guerra do Yom Kippur entre árabes e israelenses, Barboza afirmava que o Brasil não se considerava neutro no conflito, conceituando esta palavra como tendo uma conotação de passividade. A posição brasileira seria, portanto de equidistância, deixando que o conflito fosse solucionado pelas instâncias competentes da ONU. Durante o governo Médici, a diplomacia se notabilizou pela recusa radical a ingerência nos assuntos internos dos demais países. A partir deste ponto inicia-se a aproximação com os países árabes, devido ao progressivo aumento do preço do petróleo, que já vinha desde 1971. Dois anos depois eclodiria a crise.

O aumento vertiginoso do preço do barril de petróleo atingiu em cheio os planos de desenvolvimento brasileiros. Como o governo havia priorizado a abertura de estradas em detrimento do transporte ferroviário e hidroviário, a necessidade do combustível era muito grande, e as alternativas, escassas. Outro efeito colateral da crise foi a diminuição de importações de produtos brasileiros e de investimentos externos¹⁰⁷. Em relação a América Latina, a integração fez parte do discurso oficial, com o país ajudando inclusive a construir rodovias no Paraguai e firmando o tratado que resultaria na construção da hidrelétrica binacional de Itaipu¹⁰⁸.

Em março de 1974, Ernesto Geisel, assumiria o poder. Segundo Nilson Borges Filho, a escolha de Geisel para ser o quarto presidente militar foi uma vitória dos “castelistas”, que consideravam que o trabalho de Médici, um “linha-dura”, já estava feito no que dizia respeito a repressão da esquerda, e que era chegada a hora da volta de um membro da ala mais intelectualizada do regime. Geisel foi escolhido para colocar em prática o binômio “desenvolvimento e segurança”, elaborado pela ESG e introduzido na Doutrina de Segurança Nacional¹⁰⁹.

No plano econômico, Geisel decidiu manter as altas taxas de crescimento do chamado “milagre econômico”. Entre 1968 e 1973, o país havia crescido 11,4% marca que no pós-guerra só fora alcançada pelo Japão. Pela primeira vez o Brasil assistia a criação de um mercado doméstico massificado e o crescimento econômico ao menos na época não foi acompanhado pelo aumento da desigualdade social. Cabia ao Estado elevar o PIB mediante a substituição de

¹⁰⁷ VIZENTINI, 2003, p.50

¹⁰⁸ MIYAMOTO, 1985, p. 163

importações e a sofisticação da indústria. Segundo Rogério Ferreira, o Brasil foi beneficiado devido a uma enorme capacidade ociosa da indústria no plano interno e a uma explosão do comércio e fluxos de capital no externo. Para atingir o grau de crescimento almejado, o governo ofereceu créditos para as indústrias de bens de consumo duráveis e para a construção civil.

Em 1974 o ministro Reis Velloso afirmou em discurso que o Brasil tinha condições de manter o nível de crescimento mesmo diante de um contexto externo desfavorável. No período 1974-1979, o Brasil cresceu 6,8%¹¹⁰. Segundo Ferreira, tal crescimento foi possível porque a reciclagem dos petrodólares dos países produtores de petróleo garantiu a disponibilidade de recursos no exterior, o que permitiu o prosseguimento no desequilíbrio da balança de pagamento, resolvendo ao mesmo tempo o problema dos financiamentos dos investimentos que tornaram possíveis as altas taxas de crescimento¹¹¹.

O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) procurou ajustar a política econômica à conjuntura da crise do petróleo, dando ênfase a diminuição da dependência externa do país em relação a fontes de energia para o desenvolvimento da indústria de comunicação e a construção de novos portos, estradas e ferrovias que facilitassem o escoamento da produção. Estas obras ficaram a cargo do governo enquanto que a função de fornecer equipamento e matéria-prima foi entregue à iniciativa privada nacional. O Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, teve sérios atritos com seu colega da pasta da Fazenda, Mário Henrique Simonsen quanto à participação do capital estrangeiro no País. O primeiro temia a concorrência estrangeira e a dependência externa, enquanto o último pedia maior liberdade para as multinacionais.

Outro problema do período foi o desequilíbrio na balança de pagamentos e a solução adotada pelo presidente Geisel foi a elaboração de contratos de risco entre a Petrobrás e empresas estrangeiras para a prospeção de petróleo na plataforma continental do País. O Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e o Ministro da Indústria e Comercio Severo Gomes se opuseram a principio, mas Geisel, como sempre, fez valer sua opinião.

¹⁰⁹ BORGES, 1985, p.267

¹¹⁰ FERREIRA, 1999, p.27

¹¹¹ FERREIRA, 1999, p.28

No plano externo, a idéia desta vez era transformar o Brasil em potência por meio de uma política externa independente e acompanhada da implementação de grandes obras. Todavia, este projeto, longe de ser unanimidade, causou profunda cisão nas forças armadas, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações comerciais com países como a China, a segunda maior potência do bloco socialista, que exasperaram o general Sílvio Frota, um dos expoentes da “linha-dura” que dizia que tal ato estimularia a escalada do “perigo comunista” no Brasil.

Naquele momento, com a crise do petróleo já instalada ficava claro para o governo brasileiro que, para sobreviver economicamente, o país deveria, entre outras medidas, (como o incentivo à pesquisa de fontes alternativas de energia) aproximar-se comercialmente dos países árabes, obtendo divisas para a compra de petróleo. O chanceler Antônio Azeredo da Silveira formula a diplomacia do “Pragmatismo Responsável”: uma política externa que, segundo sua própria definição repudiava discussões semânticas e afastava os extremos¹¹².

Segundo o ex-presidente Geisel

O pragmatismo responsável resultou de conversas com o Ministro Silveira. [...] Eu achava que a nossa política externa tinha que ser realista, e tanto quanto possível, independente. [...] Um problema de política exterior que eu considerava de grande interesse para o Brasil [...] no sentido econômico era o relacionamento com os países do Hemisfério Norte [...] o problema do nosso desenvolvimento passa pelo Hemisfério Norte. Procurei intensificar esse relacionamento principalmente com a Inglaterra, a Alemanha, a França e o Japão. [...] Com os árabes, desde que presidi a Petrobrás, procurei maior aproximação e passamos a ter relações amistosas. [...], por causa do suprimento de petróleo e do mercado para os nossos produtos, principalmente alimentos¹¹³. (p.335-338)

O “Pragmatismo Responsável” baseava-se em quatro premissas:

1-Houve uma maior aproximação com o Japão e com a Europa Ocidental, sobretudo a então Alemanha Ocidental. Com este país foi realizado o Acordo de Cooperação nuclear de 1975, visando diminuir a dependência tecnológica do Brasil em relação aos EUA, adquirir armas nucleares e alcançar a auto-suficiência energética.

2-Aproximação com os países árabes e conseqüente afastamento de Israel, principal aliado norte-americano no Oriente Médio. No campo econômico esta política possibilitou a venda e troca de equipamento militar brasileiro por

¹¹² VIZENTINI, 2002, p. 205

¹¹³ D'ARAUJO e CASTRO 1997, p.335-338.

petróleo e petrodólares no mundo árabe. Tal aproximação também se evidenciou na política com o Brasil votando favoravelmente a uma resolução da ONU condenando o racismo, sendo o sionismo uma de suas formas.

3-Intensificação de relações com a África Negra e condenação mais firme do regime de *apartheid* na África do Sul.

4-Reaproximação com os países latino-americanos. Iniciou negociações para resolver divergências com a Argentina sobre a construção de Itaipu e assinou o Tratado de Cooperação Amazônica com os países da região, em 1978¹¹⁴. Nota-se claramente em cada um desses itens a busca de autonomia e o choque com a política norte-americana.

Os conceitos do pragmatismo eram típicos do realismo político. Como exemplo, Matias Spektor cita a crença, refletida em atitudes concretas que o país era capaz de transcender sua posição de potência regional; a adoção retórica da ética e da autocontenção e a redefinição de suas relações com os EUA. Porém, a política externa de Geisel também pode ser vista como o auge de um processo que já se desenhava desde a Política Externa Independente (1961-64) de Jânio Quadros e João Goulart, que resultou na diversificação de parcerias¹¹⁵. A novidade em relação às políticas anteriores estaria na maneira de lidar com os principais parceiros: mudaram as relações com os EUA, com a África, com o Oriente Médio e houve mudanças drásticas nas relações com Israel e Portugal. O chanceler Azeredo da Silveira propôs que o Brasil pautasse sua política externa em seu interesse imediato, especialmente no que se refere ao comércio. Ou seja, os interesses nacionais ficariam acima de qualquer alinhamento ou compromisso ideológico, e se projetavam em todas as direções, ajustadas de acordo com a realidade e o interesse de cada parceiro nas relações bilaterais ou multilaterais de maneira bastante dinâmica.

Segundo Miyamoto, o que o Brasil buscava na época e que, aliás, continua buscando era uma maior flexibilização das barreiras protecionistas dos países desenvolvidos em relação aos produtos oriundos de países em desenvolvimento. Para isso, Azeredo da Silveira adotou uma postura agressiva, propondo uma reformulação do GATT, (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*), principalmente no que diz respeito

¹¹⁴ PASSOS, 1998, p.03

¹¹⁵ SPEKTOR, 2004, p. 07

a salvaguardas e direitos compensatórios. Em setembro de 1975, sugeriu a implementação de uma tarifa diferenciada para os países em desenvolvimento. A resposta do Primeiro Mundo foi que um crescimento econômico global seria insustentável do ponto de vista ecológico e que poderia causar uma grande catástrofe ambiental. Esta súbita preocupação com o meio ambiente vinda justamente de quem mais o polui não convenceu Silveira, mas deixou claro que o Brasil não teria sucesso em seu intento¹¹⁶. De qualquer forma, Azeredo acreditava que a ousadia era a única forma de romper alguma barreira na rígida hierarquia das nações, substituindo a interdependência vertical, de submissão, pela interdependência horizontal, de cooperação e oportunidades iguais¹¹⁷.

Cabe aqui abrir um parêntese para exemplificar como a escolha do ministro foi importante para a mudança na política externa do Brasil. Azeredo da Silveira tornou-se embaixador do Brasil na Argentina em 1969. Sua maneira de trabalhar diz muito sobre o que seria mais tarde o pragmatismo responsável. Com o início da elaboração dos planos da construção da Itaipu binacional, a Argentina passou a protestar veementemente. Tradicionalmente, a postura brasileira sempre foi a de procurar temporizar e tentar acomodar as demandas argentinas, pois havia a idéia de que, se havia um país capaz de mobilizar o Cone Sul contra o Brasil, este país era a Argentina. Pela primeira vez, surgiram vozes no Itamaraty que reagiram à essa acomodação. Para Silveira, o contexto agora era outro e a Argentina não se encontrava mais em posição de confrontar o Brasil. Era hora de se impor e romper com tradições obsoletas¹¹⁸. Silveira afirmou que a Declaração de Montevideu, assinada em 1933 para regular o uso das águas internacionais da Bacia do Prata, não mais podiam ser aplicada na década de 1970 e deveria ser substituída. Ou seja, para ele, normas, tratados e acordos eram obviamente importantes, mas apenas se agregasse valor a direção geral do interesse nacional. Em seus anos de formação Silveira adquiriu a convicção de que as preocupações econômicas e comerciais têm prioridade sobre outros aspectos.

Segundo Matias Spektor, essa mudança de atitude frente à Argentina pode se repetir nas relações internacionais do Brasil de maneira geral devido a várias mudanças estruturais no cenário internacional, como o crescimento

¹¹⁶ MIYAMOTO, 1985, p. 172

¹¹⁷ Ibidem, p.180

¹¹⁸ SPEKTOR, 2004, p.18

da China, a demonstração de força da OPEP, a descolonização da África e a recuperação econômica de Europa e Japão¹¹⁹. Além dessas mudanças, a literatura especializada sobre o período aponta ainda outros dois fatores que propiciaram a mudança de rumos: primeiro, o surgimento de idéias sobre a capacidade de os países do Terceiro Mundo se desenvolverem e introduzirem uma agenda de reformas na economia internacional. E segundo, a liderança individual, ou seja, as ações do presidente Geisel enquanto Chefe de Estado fizeram a diferença. Foi certamente o governo do período militar que mais centralizou sua liderança no presidente da república.

O modelo de Silveira, de basear as relações diplomáticas no interesse comercial brasileiro levou o governo a tomar medidas polêmicas, como o estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a China e o reconhecimento do recém-instaurado governo marxista em Angola. Segundo Walder de Góes, quando o presidente decidiu estabelecer relações com a república chinesa, consultou previamente o Conselho de Segurança Nacional, o mais alto nível de assessoramento direto do Presidente da República. Os sete membros militares votaram contra a proposta, inclusive os Chefes do Estado Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Mesmo com a negativa Geisel não desistiu e mandou um emissário pedir aos oficiais que mudassem seus votos. Cinco deles o fizeram dando assim base militar a decisão presidencial¹²⁰. Já em relação a Angola e Moçambique, perturbava os militares a idéia de que governos marxistas e lusófonos encontravam-se em linha reta com o Brasil separados “apenas” pelo oceano Atlântico.

Segundo Góes, no entanto, o reconhecimento do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) foi um belo exemplo do pragmatismo geiseliano: se o Brasil não reconhecesse o MPLA, seria muito difícil manter a missão brasileira em Luanda, e com ela proteger os interesses brasileiros no país¹²¹. O MPLA derrotou militarmente a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional pela Total Independência de Angola), apoiada pelos EUA e África do Sul. A MPLA recebeu ajuda da URSS para combater a ditadura fascista com a qual muitos militares simpatizavam, mas Geisel, pragmático, via nos países africanos de língua

¹¹⁹ Ibidem, p. 06

¹²⁰ GÓES, 1978, p.32

¹²¹ GÓES, 1978, p.38

portuguesa, um grande mercado para os produtos brasileiros. Por outro lado a diplomacia brasileira sempre se posicionou contra a aproximação com o regime racista sul-africano colocando-se assim contra os interesses de alguns setores das Forças Armadas. Algumas vezes, portanto, houve choques entre as linhas de pensamento dos chefes das pastas ligadas à economia ao planejamento ao Itamaraty.

Para alguns geopolíticos argentinos, contudo, o imediato reconhecimento do novo governo angolano não passava de uma manobra para ocupar o vácuo criado pela saída de Portugal do cenário e desempenhar o papel de nova potência dominadora. De fato, a queda do regime de Marcelo Caetano, em Portugal no ano de 1974, fez com que o Brasil aderisse em definitivo ao anticolonialismo. Mas o interesse do Brasil era puramente comercial, pois via na independência das ex-colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau uma oportunidade de aproveitar um nicho de mercado baseado em afinidades lingüísticas e culturais. Durante o governo Geisel, o Brasil já mantinha relações com quarenta dos cinquenta e dois estados africanos independentes, e doze deles abriram representações diplomáticas no Brasil¹²².

Além dos casos da China e de Angola/Moçambique outra causa de conflito foi a oposição do MRE à realização de um encontro em Buenos Aires sobre a questão do Atlântico Sul. Este encontro, que reunia também argentinos e norte-americanos, melindrou os parceiros comerciais da região sul da África, que viam no encontro uma afronta aos seus interesses. Este é um bom exemplo da diferença entre o pensamento militar, que vê tudo pela ótica da guerra e da estratégia, e a ótica diplomática, pois o primeiro parece pouco se importar se algumas atitudes agressivas podem porventura prejudicar as relações comerciais brasileiras. O Itamaraty, contudo, tranqüilizou os africanos com um discurso a favor da autodeterminação dos povos e da não-intervenção na política interna de cada país, além do apoio aos movimentos de libertação nacionais.

Azeredo formulou também o conceito de ecumenismo, uma espécie de volta à solidariedade com os países do Terceiro Mundo preconizada por Magalhães Pinto, sugerindo uma interdependência entre os países em desenvolvimento para que a discrepância em relação ao Primeiro Mundo fosse

¹²² DECUADRA, 1991 p.83

atenuada. Segundo Azeredo da Silveira, o ecumenismo possui dois aspectos principais: primeiro a recusa de qualquer forma de hegemonia, e por outro lado, a prática da interdependência, propondo cooperação e oportunidades iguais para todos os Estados¹²³. Entende-se melhor o conceito do “pragmatismo responsável” se analisarmos o contexto interno daquele governo: um dos principais projetos de Geisel já no início do seu governo era o encaminhamento do processo de abertura política. Como acreditava que o regime estava chegando ao seu limite, decidiu antecipar-se aos fatos e assumir o controle sobre a transição, evitando desgastes maiores nas forças armadas enquanto instituição¹²⁴.

De acordo com Luís Souto Maior, chefe de Gabinete nos anos de 1974 e 1975 do ministro Azeredo da Silveira, a designação dada a política externa em discussão só pode ser entendida à luz do plano interno. Da mesma forma que a abertura deveria ser “lenta, gradual e segura”, o pragmatismo deveria ser “responsável”, ou seja, a ruptura com as políticas dos governos militares anteriores não poderia ser completa, da mesma forma que a transição para a democracia não poderia ocorrer de forma abrupta¹²⁵.

Em sua primeira reunião ministerial, em março de 1974, Geisel definiu que sua política externa seria pautada principalmente pelos interesses do comércio exterior brasileiro, na garantia de suprimentos, matéria-prima e tecnologia, e, para tanto, o Brasil faria todos os realinhamentos necessários¹²⁶.

No discurso de Geisel é recorrente a idéia da diversificação de parceiros comerciais e obtenção de tecnologia para que se diminuísse a diferença entre os países desenvolvidos e o Brasil. Segundo o então presidente¹²⁷

A idéia de integração latino-americana não exclui o inter-relacionamento do Brasil com todo o resto do mundo. [...] Temos relações com praticamente todos os países [...] e procuramos com ele manter boas relações políticas [...] culturais e econômicas, dentro do objetivo comum de melhorar as condições de vida e de trazer para o Brasil os melhores benefícios possíveis. Não creio que as ideologias tenham prejudicado sensivelmente esse pragmatismo e ecumenismo. Haja visto o comércio que o Brasil tem com a URSS [...] e cito mesmo o recente tratado comercial que assinou com a China.

¹²³ PASSOS, 1998, p.04

¹²⁴ VIZENTINI, 2002, p. 49

¹²⁵ Apud PASSOS, 1998, p.07

¹²⁶ PASSOS, 1998, p.08

¹²⁷ D'ARAUJO e CASTRO 1997, p. 49-50.

O presidente também teve o cuidado de frisar que a relação com países que seguissem ideologias diferentes do Brasil não comprometeria as boas relações do país com os EUA, embora o país desejasse, doravante, seguir sua linha independentemente da opinião de Washington.

Como não poderia deixar de ser, o Pragmatismo Responsável despertou a oposição tanto de setores conservadores da política nacional como dos EUA. Segundo Vizentini, foi somente a partir dessa aproximação comercial com países socialistas que o Brasil passou a ser mais duramente atacado pela mídia internacional como país que violava sistematicamente os direitos humanos, fenômeno que não ocorreu no governo Médici ¹²⁸.

Apesar da preocupação em não manchar as boas relações com os norte-americanos, Geisel nunca escondeu sua insatisfação com o fato de que o comércio entre Brasil e EUA só não era incrementado, porque segundo ele, as exigências e as taxações sobre a importação de produtos brasileiros eram “descabidas” ¹²⁹. Segundo o próprio Geisel, em entrevista à Maria Celina D’Araújo e Celso Castro,

Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos. Sei que a política americana nos levava a isso, mas tínhamos que ter um pouco mais de soberania, um pouco mais de independência e não sermos subservientes em relação aos Estados Unidos. Tínhamos que viver e tratar com os Estados Unidos, tanto quanto possível, de igual pra igual, embora eles fossem muito mais fortes, muito mais poderosos do que nós. Tínhamos que conversar e dizer as coisas como elas são, tínhamos que ser realistas no tratamento dos nossos interesses, querendo reciprocidade. Nossa política tinha que ser pragmática, mas também responsável. O que fizessemos tinha que ser feito com convicção e no interesse do Brasil, sem dubiedades. ¹³⁰

Ao longo da parceria Geisel-Azeredo, as relações com os EUA entraram num período de tensão nunca visto. Enquanto a maior polemica do governo Médici fora a questão da ampliação do mar territorial para 200 milhas, o projeto de Geisel de tornar o Brasil auto-suficiente em termos industriais e energéticos desagradou muito o governo de Washington. Nos foros internacionais fortalece os laços com o Primeiro Mundo e ao mesmo tempo declarava seu apoio às reivindicações do Terceiro Mundo. E no pensamento pragmático tais atitudes não eram incoerentes. Como diz Vizentini “nenhum alinhamento ou concordância será

¹²⁸ VIZENTINI, 2002, p.204

¹²⁹ D’ARAUJO e CASTRO 1997, p.337.

¹³⁰ D’ARAUJO e CASTRO 1997, p.336.

irrestrito e nenhuma discordância será irreconciliável¹³¹.” A tomada de posições contrárias à política norte-americana, visava modificar a imagem do Brasil no exterior de um país autoritário e aprofundar vínculos com a Europa Ocidental, América Latina, África e Oriente Médio¹³².

Em relação ao programa nuclear brasileiro, suas aplicações civis (na medicina, por exemplo) seriam plenamente justificáveis. No entanto, como as universidades foram alijadas do programa a hipótese de uso militar do acordo nuclear com a Alemanha foram reforçadas. Além disso, no pensamento militar a construção de Itaipu e o programa nuclear poderiam se explicar reciprocamente no contexto das relações Brasil-Argentina¹³³.

Com a ascensão de Jimmy Carter à Casa Branca, os problemas entre Brasil e EUA seriam maiores no campo político. A abstenção brasileira relativa à suspensão das sanções a Cuba e o voto na ONU a favor da resolução que considerava o sionismo como uma forma de racismo são dois exemplos. Porém, a verdadeira fonte de atritos entre os dois países foi a decisão brasileira de não só buscar fontes alternativas de energia, mas de também eleger a energia atômica como fonte mais viável. Desde o final da II Guerra que uma das principais preocupações norte-americanas era evitar a proliferação nuclear em sua área de influência. Tal procedimento levava os países vizinhos e depender totalmente dos EUA nessa questão, que por sua vez, forneciam tecnologia nuclear incompleta e ultrapassada.

Em 1956, o Brasil havia elaborado as “Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear”, programa que por sinal foi mantido por Jânio Quadros e era justificado na época pela possibilidade de esgotamento dos recursos hidrelétricos do país. Com o golpe de 1964 esse pretexto deixou de ser utilizado: Castelo Branco afirmava que o Brasil não tinha tanta pressa em desenvolver-se nuclearmente justamente pela abundância de recursos hídricos¹³⁴. Em 1967, o Brasil assinou o Tratado de Tlatelolco, que permitia ao país realizar experiências nucleares para fins pacíficos. Por este motivo, o Brasil recusou-se, meses mais tarde, a assinar o Tratado de Não Proliferação justamente porque este proibia tais experiências.

¹³¹ VIZENTINI, 2002, p.213

¹³² BANDEIRA, 2004, p.226

¹³³ OLIVEIRA, 1994, p. 90

Entretanto, ao contrário da Argentina, que optara pelo urânio natural, do qual poderia obter plutônio, o Brasil escolheu o urânio enriquecido, cuja tecnologia era dominada apenas pelos EUA no continente americano. Como já vimos os norte-americanos se preocupavam em repassar a tecnologia de uma forma que os outros países não obtivessem o ciclo completo do enriquecimento, que permitiria a construção de artefatos atômicos. O Brasil possui grandes jazidas de urânio, especialmente em Itatiaia, no Ceará, Lagoa Real, na Bahia e Poços de Caldas, Minas Gerais, mas não possuía a tecnologia para o enriquecimento do minério.

Como evidentemente não podia contar com os EUA, decidiu buscar na Europa o conhecimento que precisava, e assinou com a Alemanha o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. No que tange a energia nuclear, o referido acordo previa a assistência técnica para o domínio do ciclo completo em médio prazo¹³⁵. De acordo com o ex-presidente Geisel

Nós nos orientamos para a Alemanha porque considerávamos que, se ao longo do tempo iríamos construir usinas nucleares, tínhamos que ter o ciclo completo da produção da fonte energética, isto é, tínhamos que produzir o urânio enriquecido. E os EUA sempre foram contrários a isso, sempre quiseram que o Brasil ficasse preso a eles. [...] A França produz urânio enriquecido, o Japão também, mas o único país que se dispôs a transferir tecnologia para nós foi a Alemanha. [...] O Brasil deve conhecer a tecnologia do enriquecimento de urânio. Se algum dia [...] num caso extremo, necessitar da bomba atômica, conhecendo a sua tecnologia poderá fazê-la. Suponham que o Brasil tenha uma guerra e nos bombardeiem com a bomba atômica. O Brasil vai abrir mão, a priori de poder revidar? [...] Eles (EUA) pressionaram a Alemanha para que não fizesse o acordo e pressionaram a nós¹³⁶.

Do ponto de vista alemão, era uma forma de assegurar o acesso às jazidas de urânio brasileiras, libertando-se da dependência dos EUA. O Acordo Nuclear foi assinado no dia 27 de junho de 1975, e além do acordo em si, havia um outro contrato referente à cooperação industrial e que incluía também a transferência de tecnologia. Os EUA se sentiram duplamente afetados: pelo lado econômico perdia o monopólio da instalação de usinas nucleares, e politicamente sentia a relação com o maior país da América Latina se enfraquecer. No final de 1977, Jimmy Carter pressionou os bancos norte-americanos Chase Manhattan e Eximbank a suspender os financiamentos e cancelou a venda de urânio enriquecido

¹³⁴ Ibidem, p.216.

¹³⁵ OLIVEIRA, 1994, p. 220

¹³⁶ D'ARAUJO e CASTRO 1997, p.339-341.

à Alemanha. Carter exigia a desistência do acordo ou o cancelamento dos planos de construção da usina nuclear, o que, no fundo, daria no mesmo. Geisel, então denunciou o Acordo Militar que o Brasil possuía com os EUA desde 1952, um ato mais simbólico que prático, mas que representou para os militares um marco conceitual na via de autonomia estratégica. A nacionalização dos meios, e redução da dependência e a maior liberdade de manobra logística eram reivindicações antigas dos militares para atingir a plena soberania¹³⁷.

Os EUA, por sua vez passaram a divulgar na sua mídia a violação dos direitos humanos pelo regime militar brasileiro, dando a entender à opinião pública internacional que um país que não respeitava seu próprio povo não se encontrava pronto para possuir armas atômicas. Contudo, a pressão foi diminuindo à medida que ficou claro que o acordo não vingaria devido a problemas técnicos e financeiros.

No mandato de Geisel, o Brasil também se aproximou de outros dois importantes países europeus. Em abril de 1976, Geisel tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a França. Foi assinado um acordo em que o país europeu investiria dois bilhões e meio de dólares no Brasil e que dois terços deste montante seriam gastos na compra de produtos brasileiros. Ainda houve um comprometimento de se liberar quinhentos milhões de dólares em obras de infraestrutura no norte/nordeste brasileiro. Em seguida o presidente Geisel foi à Inglaterra onde acordos da ordem de quase dois bilhões de dólares foram assinados principalmente na área de siderurgia e metalurgia¹³⁸. A viagem seguinte foi ao Japão onde foi criada uma empresa de desenvolvimento agrícola para promover culturas agrícolas na região do cerrado mineiro, contando com recursos de 623 milhões de dólares, quase metade dos quais de origem japonesa. Além disso, a Companhia Vale do Rio Doce assinou contratos que elevaram as exportações brasileiras de 17 milhões para 31 milhões de toneladas de minério de ferro e asseguraram a venda de seis milhões de toneladas de minério semi-industrializado ao Japão durante 15 anos. Ficou acertada também a participação de 49% de capital japonês na implantação de uma fábrica de alumínio (a Albrás, Alumínio Brasileiro S/A) em Belém, e o financiamento para a construção de um terminal portuário para a exportação de minério e do primeiro estágio da usina siderúrgica de Tubarão (ES), além da venda

¹³⁷ GARCIA, 1989 p.31

¹³⁸ Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2304_6.asp, acessado em 13/10/2006.

anual, também durante 15 anos, de 105 mil toneladas de polpa de celulose brasileira àquele país¹³⁹.

Por mais que o Pragmatismo Responsável possa parecer uma ruptura, na verdade pode-se considerá-lo a acentuação de um movimento iniciado por Médici. A grande diferença é que, devido à crise mundial de energia, Geisel propôs que o país buscasse se tornar auto-suficiente em sua indústria de base e que desenvolvesse sua infra-estrutura, o que confrontava os interesses econômicos norte-americanos, coisa que Médici jamais ousou fazer.

Internamente, o Pragmatismo sofreu pesadas críticas, pois muitos empresários e políticos não estavam vendo ganhos comerciais significativos na aproximação com a China e o Mundo Árabe, que valessem o risco de se indispor com os EUA. A imprensa, já com um pouco mais de liberdade também não poupou críticas à política externa de Geisel, principalmente o *Jornal do Brasil*, que cobrava os fantásticos índices prometidos pelo governo e que segundo o jornal foram “decepcionantes”¹⁴⁰. Como a política externa no período Geisel nunca foi unanimidade, Miyamoto/Wiliams levantam a dúvida: no governo Geisel, quem realmente decidia na política externa? Para Saraiva Guerreiro não há dúvidas: Geisel era centralizador e era ele quem decidia. Todos os demais são assessores e ele era tão somente o principal assessor para assuntos de política externa. Os ministérios, portanto apenas colocavam em prática as determinações de Geisel¹⁴¹.

Entretanto, a política de Geisel foi muito elogiada no exterior, sobretudo na Europa. Quando Geisel foi à França e à Inglaterra sua política foi enaltecida e qualificada como dinâmica, inteligente e moderada¹⁴².

Pode-se afirmar que o grande trunfo do Pragmatismo Responsável foi sua agilidade em buscar respostas aos novos desafios da conjuntura internacional. Em relação às reivindicações dos países do Terceiro Mundo, a postura do Brasil era de apoio, mas não de engajamento. O plano brasileiro era de desenvolver-se economicamente por meio do comércio exterior, e não se envolver demais em causas políticas, ainda mais aquelas que pudessem de alguma forma, atrapalhar as relações comerciais. Para Geisel, o importante era priorizar os países desenvolvidos

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ *Jornal do Brasil*, 14/08/1978, p.02.

¹⁴¹ MIYAMOTO, 1985, p.35

¹⁴² CERVO, 1992, p.372.

dotados de demandas essenciais ao Brasil em área vitais, e, ao mesmo tempo contemplar as idéias de ecumenismo elaboradas por Azeredo da Silveira e não aceitar condições desfavoráveis impostas pelo Primeiro Mundo, principalmente pelos EUA.

De acordo com Bueno e Cervo, a política de Geisel pode ser compreendida num período maior, que vai de 1967 e 1979. Havia três níveis de metas ligadas à política exterior que levavam a uma busca pela autonomia: a consolidação do parque industrial intermediário entre 1967 e 1973, dos setores estratégicos da economia entre 1974 e 1979 e da conquista tecnológica na década de 1980 ¹⁴³. O governo pretendia transformar o Brasil numa potência média com voz ativa no cenário internacional. Ao contrário dos governos anteriores, Geisel não considerava os norte-americanos como aliados preferenciais. Um dos principais motivos para essa mudança foi a recusa dos EUA em transferir tecnologia industrial atômica e do ciclo completo do combustível nuclear. Por isso, o Brasil busca diminuir sua dependência daquele país e diversificar suas parcerias com outros países. Não se pode descartar também uma tentativa de mudar perante outros países do Terceiro Mundo a imagem de país excessivamente pró-EUA¹⁴⁴. Para multilateralizar suas relações e alcançar seus objetivos, o Brasil investiu na ampliação de suas relações bilaterais com países os quais o intercâmbio era incipiente e aprofundou as relações com Europa Ocidental, Ásia e América Latina.

Azeredo da Silveira, em aula magna realizada na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em 1974, afirmou que a política externa brasileira erigia-se sobre três conceitos: pragmatismo, responsabilidade e ecumenismo:

O pragmatismo diria respeito à eficiência material e a uma perspectiva realista na avaliação das circunstâncias. A responsabilidade serviria para proteger o pragmatismo do epíteto de antiético. E, finalmente, o ecumenismo estaria ligado à aversão do Estado Brasileiro ao isolamento, bem como aos preceitos de respeito e fraternidade internacional que presidem a conduta do país¹⁴⁵.

Em outra passagem da mesma aula Azeredo diz que:

A política exterior do Brasil é pragmática porque se opõe ao apriorismo e ao idealismo verbal. Funda-se na apuração realista dos fatos e na avaliação

¹⁴³ *Apud* PASSOS, 1988, p.18

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 28-29

¹⁴⁵ VIZENTINI, 2002, p.208

ponderada das circunstâncias. Visa à eficácia material e não à coerência formal na consecução dos objetivos nacionais¹⁴⁶.

Percebe-se que o chanceler dourou a pílula. Em outras palavras, o pragmatismo era a busca de vantagens no cenário internacional, assumindo uma postura de total indiferença á questões ideológicas. A responsabilidade era a de não deixar ideologias contrárias ao regime atrapalharem a política externa e ecumenismo seria a ampliação das parcerias a nível mundial para além do alcance da hegemonia norte-americana.

Outro ponto crucial para Geisel desde sua chegada ao Palácio do Planalto era fazer seu sucessor. Contudo as dificuldades econômicas e o pragmatismo da política externa levaram a acirradas tensões nos círculos internos do regime. A chamada “linha dura” dizia que os ideais da “Revolução de 64” estavam sendo esquecidos. Um dos maiores atritos ocorreu quando o ministro Severo Gomes enviou à Cuba a primeira delegação oficial do país desde 1964, para participar de uma reunião do Grupo Executivo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar. Dias depois numa discussão com o empresário Carlos Lousada. Severo Gomes foi chamado por este de “ministro esquerdista” e pressionado por Golbery a renunciar, acabou substituído por Ângelo Calmon de Sá.¹⁴⁷

Enquanto isso, a candidatura do Ministro do Exército Sílvio Frota á presidência da República continuava a ser articulado pela “linha dura”. Um exemplo do tom de desafio a Geisel adotado por Frota foi sua decisão unilateral de enviar tropas a fronteira com o Uruguai para impedir o retorno do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, sendo que o próprio presidente estudava autorizar o pedido feito por familiares de autorizar o seu retorno desde que ficasse confinado a uma cidade do país¹⁴⁸.A candidatura de Frota foi crescendo entre os que apoiavam uma postura mais conservadora do regime e surgiram rumores de que Geisel receberia um ultimato para apoiar Frota como seu sucessor. Ao saber disto, Geisel demite Frota e o substitui pelo General Fernando Bethlem.

¹⁴⁶ PASSOS, 1998, p.04

¹⁴⁷ Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_html/2304_7.asp, acessado em 14/10/2006.

¹⁴⁸ Ibidem

No final de 1977, Geisel anuncia oficialmente a Figueiredo que o indicaria como seu sucessor. No começo do ano seguinte é formalizada oficialmente a chapa Figueiredo/Aureliano Chaves.

2.3 FIGUEIREDO E O “UNIVERSALISMO”

Finalmente empossado, Figueiredo procurou aparar as arestas internas do regime, no que obteve sucesso. No entanto, herdou o ônus do “milagre econômico”, a insatisfação tanto dos setores privados que apoiavam o regime, como de grande parte da população que não se viu beneficiada pelo tão propalado “milagre”¹⁴⁹.

Pode-se fazer um paralelo entre o Pragmatismo Responsável e a Política Externa Independente de Jânio Quadros/João Goulart, principalmente no fato de ambas apresentarem-se como indiferentes a ideologias, a posição favorável ao multilateralismo e a percepção de que o mundo caminhava para uma integração econômica global. A mais evidente diferença, no entanto era o caráter político da Política Externa Independente, como a condecoração do revolucionário cubano Ernesto “Che” Guevara, por exemplo, e que pressupunha um programa de reforma social enquanto o Pragmatismo fez questão de despolitizar seus procedimentos, até porque fazia parte da tática de abertura “lenta, gradual e segura” ousar mais no âmbito externo e manter o *status quo* no plano interno. Além disso, na década de 1970, o Brasil encontrava-se numa situação econômica melhor, que permitia tal comportamento.

É interessante notar que a política externa brasileira foi rotulada de acordo com o estilo de cada presidente. Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães, chanceleres de Castelo Branco, apenas executaram as diretrizes traçadas pelo presidente numa política externa marcada pela luta contra o comunismo. Magalhães Pinto, ministro de Costa e Silva, privilegiou a oposição Norte-Sul. Já Mário Gibson Barboza implementou a política do interesse nacional no governo Médici, período em que o Brasil recusou-se a assinar o TNP, estendeu para 200 milhas o mar territorial e aproximou-se da África, retomando medidas similares à PEI de Jânio Quadros. Azeredo da Silveira, ministro de Geisel executou a política de

¹⁴⁹ Ibidem, p. 271

riscos calculados. Fez acordo nuclear com a Alemanha, denunciou o acordo militar com os EUA, diversificou os parceiros, priorizou as relações bilaterais, votou contra Israel na ONU e aproximou-se dos árabes. E, por fim, Saraiva Guerreiro, titular da pasta do MRE no governo Figueiredo aproximou-se da América Latina e desenvolveu a indústria bélica brasileira ¹⁵⁰.

Em tese, todas as medidas adotadas nesses governos tiveram orientação presidencial, sendo este, portanto, em última instância o grande responsável pelos rumos da política externa, acertando ou errando. Todavia, como diplomacia, economia e interesses estratégicos muitas vezes se sobrepunham, eventualmente ocorriam choques entre estes setores, dando muitas vezes a impressão de uma política externa desarticulada. No entanto, segundo Miyamoto, tal fato é absolutamente normal já que além do confronto de interesses a grande dependência de recursos externos faz com que o país opere neste sentido em várias frentes ¹⁵¹.

Outro aspecto notável é a coerência da política externa brasileira. Desde quando assumiu o cargo até transmiti-lo a seu sucessor, Saraiva Guerreiro, Silveira combateu a hegemonia, o alinhamento as grandes potências e pregou a ampliação do leque de parceiros comerciais, considerando afinidades históricas e culturais, conforme seu interesse e sem se curvar a pressão de outrem.

O General João Baptista Figueiredo assumiu em março de 1979 enfrentando uma grave crise econômica e pressões tanto da oposição quanto da direita, que era contra a redemocratização. Economicamente, o Brasil sofreu dois duros golpes, o chamado segundo choque do petróleo (a alta dos preços causada pela instabilidade política do Irã revolucionário e que se estenderia com a guerra Irã-Iraque), e o aumento da taxa dos juros, promovida no intuito de resolver problemas da economia norte-americana.

Todos esses fatores levaram a uma severa recessão no biênio 1982-83. Para a população o custo de vida aumentou, enquanto os salários permaneceram estagnados. Eclodem greves no ABC paulista, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

¹⁵⁰ MIYAMOTO, 1987, p.22-23

¹⁵¹ MIYAMOTO, 1987, p.27

No que diz respeito à política externa, o chanceler Saraiva Guerreiro conservou muitos dos traços do Pragmatismo, denominado sua política de “Universalismo”. Segundo o ministro eram intrínsecas a este conceito a defesa dos interesses nacionais e a projeção da diplomacia brasileira no mundo¹⁵². O Brasil identificou-se como parte do Terceiro Mundo (embora mantendo a linha não militante, ou seja, mantendo distância das causas que pudessem prejudicá-lo comercialmente), reduziu o intercâmbio com a África (devido a grave situação econômica do continente) e com Europa/Japão. Houve, contudo, um incremento nas relações com a China e o Oriente Médio. Este último, mais uma vez em conflito, aumentou a compra de armas e de veículos blindados brasileiros¹⁵³.

De acordo com Ronaldo Sardenberg, citado por Miyamoto, a política externa de Figueiredo tinha três pedras de toque: em primeiro lugar, a certeza de que o Brasil não aceitava hegemonias e nem a reivindicava para si. O país só falava por si e também não aceitaria ser guardião de interesses alheios ou elo entre países. Em segundo lugar também não se aceitava o automatismo. A política exterior era fruto de uma combinação de variáveis que envolvia riscos e oportunidades. E, por fim, a consciência da limitação de recursos e da atuação da política externa brasileira¹⁵⁴.

Guerreiro propunha a realização no plano das relações Sul-Sul, de maior união e cooperação para que fossem feitas reivindicações em conjunto aos países do Norte. Como se vê, mantiveram-se os mesmos problemas da gestão anterior. Aos críticos que diziam que o Brasil deveria se aproximar dos países ricos ao invés de países que supostamente não podiam comprar produtos nacionais, dizia que para o País, assim como a crise do petróleo levava a busca por fontes alternativas de energia, a crise econômica deveria levar a diversificação de parcerias. Podemos aferir essa mudança de foco por meio dos números: em 1967 as exportações para o Terceiro Mundo correspondiam a 12, 8 % das exportações nacionais. Já em 1981, chegava a 35, 7%, um salto de US\$1,1 para US\$8,3 bilhões de dólares¹⁵⁵.

Segundo Sonia de Camargo, um dos traços do governo Figueiredo foi a inserção de assuntos econômicos e financeiros na agenda dos diplomatas do

¹⁵² Idem, 1985, p.197

¹⁵³ Ibidem, p.276

¹⁵⁴ MIYAMOTO, 1985, p.200-201

Itamaraty. A despolitização da economia foi quase completa, assim como a autonomia do governo foi seriamente limitada¹⁵⁶. De fato, foi um período marcado pelas discordâncias entre os ministérios. Roberto Campos, famoso economista e ex-ministro do planejamento de Castelo Branco, era da opinião de que a inclinação “terceiro-mundista” da diplomacia era puramente ideológica e sem nenhum valor prático, postura esta compartilhada por Aureliano Chaves, que via no Primeiro Mundo o caminho para o Brasil sair da crise na qual se encontrava. Saraiva Guerreiro, embora mantendo a postura polida indispensável em sua profissão, não se furtou a fazer críticas incisivas a aqueles que queriam ver o Brasil gravitando na órbita norte-americana¹⁵⁷.

O Brasil passou também a valorizar mais as relações com os países do cone sul, até como forma de auto-proteção, pois os governos militares viam as pressões norte-americanas por redemocratização como uma forma de desestabilizar politicamente a região. Foi a primeira vez desde a instauração do regime militar em que a América Latina foi prioridade na política externa brasileira. Todavia, a acachapante derrota da Argentina na Guerra das Malvinas contribuiu para abater os ânimos dos militares que comandavam os países vizinhos e o Caribe se tornou uma área importante na Guerra Fria, devido ao regime cubano, um bastião do comunismo a poucos quilômetros da costa oeste norte-americana. Na questão da Guerra das Malvinas, a postura brasileira foi bastante ambígua, tentando manter um bom relacionamento tanto com Inglaterra como com Argentina sem tomar partido de nenhum e conclamando à solução negociada.

Já as relações com os EUA se tornaram ainda mais difíceis com a eleição de Ronald Reagan. Após a derrota no Vietnã e o escândalo Watergate, o governo norte-americano reassumiu uma postura incisiva, característica da Era Reagan, intervindo onde fosse necessário para “combater o comunismo”. Reagan também procurou sabotar qualquer forma de articulação dos países do terceiro mundo.

Os EUA assumiram também uma postura agressiva em relação ao Brasil, tentando forçar a abertura do mercado brasileiro e o fim de medidas protecionistas ao mercado interno. Figueiredo chegou a cortar totalmente os

¹⁵⁵ Ibidem, p.207

¹⁵⁶ CAMARGO e OCAMPO, 1988, p.156

¹⁵⁷ MIYAMOTO, 1985, p.281-282

incentivos aos plantadores de café por exigência de Washington, que considerava a medida “desleal”¹⁵⁸. Porém, em 1982, Reagan visitou o Brasil e amenizou seu discurso, pois no pensamento norte-americano, se a ação brasileira ficasse demasiado cerceada, haveria a possibilidade de o Brasil buscar outros parceiros, como ocorrera com a questão nuclear. Em outras frentes, o Brasil se aproximou da Índia, da URSS e dos países da América Central, postura que também não agradou os EUA.

Em relação ao Oriente Médio, o governo Figueiredo manteve basicamente as mesmas características do governo Geisel: venda de alimentos e armas em troca de petróleo. Com o segundo choque, o primeiro país a garantir o abastecimento ao Brasil foi a Líbia. Embora não pudesse baixar os preços devido à pressões da OPEP, facilitava condições de pagamento e demonstrava boa vontade na compra de produtos brasileiros. A relação era tão boa que a Braspetro era a única empresa latino-americana a operar naquele país¹⁵⁹.

Foi um período de incremento nas relações, aumentando suas exportações de automóveis, armas, aviões, bens e produtos manufaturados, com os quais pagava suas importações de petróleo. Os principais parceiros brasileiros eram Iraque, Arábia Saudita, Irã, Síria, Líbia, Egito e Argélia. Destacaram-se a venda de 120 aviões tucanos ao Egito e 800 milhões de dólares em blindados, tanques e lança - mísseis ao Iraque¹⁶⁰. No período, a aproximação com os árabes foi também adquirindo contornos políticos mais evidentes. Em 1980, o Ministro do Petróleo dos Emirados Árabes Unidos, Mana Said al Otaiba recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, ocorrendo o mesmo com o ministro das finanças do Kuwait Abdel-Rahman Al-Atik.

Portanto, dos principais fatores que levaram à relação tão favorável com os países árabes foi o apoio explícito a OLP desde o governo Geisel. O Brasil reconheceu a OLP como legítima representante do povo palestino em 1975 e no início do governo Figueiredo, em 1979, finalmente o escritório da Organização para a Libertação da Palestina em Brasília foi aberto, sob protestos da diplomacia israelense. Ao abrir a XXIV Assembléia Geral da ONU, o chanceler Saraiva Guerreiro afirmou que era um absurdo que os palestinos, uma das partes

¹⁵⁸ VIZENTINI, 2002, p.285

¹⁵⁹ Ibidem, p 334

¹⁶⁰ Ibidem, p.343

interessadas, não tivesse representantes nas negociações de paz e que o unilateralismo de Israel estava fadado ao fracasso¹⁶¹.

Em relação à venda de armamentos, embora muitos documentos ainda não estejam disponíveis à pesquisa, sabe-se que o Brasil manteve contatos com o Ministro da Defesa saudita oferecendo armas, foguetes e submarinos, além do avião Embraer IIM, de patrulha marítima. O interesse dos sauditas baseava-se no fato de poder pagar em petróleo ao invés de dólares e também por uma necessidade de diminuir sua dependência dos norte-americanos na área. No final de 1979, o ministro da Fazenda Delfim Netto viajou ao Iraque e à Arábia Saudita, e na volta, anunciou que, após muitas negociações a proposta que mais agradou ambos os lados foi a troca de produtos brasileiros (comprados pelo governo dos setores privados) em cruzeiros e a troca destes por petróleo no equivalente em dólares.

O governo Figueiredo também sofreu forte oposição ao aceitar a já citada indenização pelo maior poço já descoberto pela Braspetro e um dos maiores do mundo, o Majnoon, situado em zona conflagrada da guerra Irã-Iraque. O acordo, uma indenização milionária (US\$300 milhões de dólares mais 405 mil barris por dia) foi renegociado posteriormente e reduzido para apenas 106 mil barris/dia, a preços privilegiados e 300 mil a preço de tabela. Este dado causou revolta na oposição, que por meio do deputado Mauricio Fruet, acusou o ministro Shigeaki Ueki de mentir quando afirmava que o campo não estava sendo negociado¹⁶². O deputado também criticou a existência da Braspetro. Segundo ele, esse dinheiro seria mais bem investido se fosse destinado à busca por poços em território brasileiro.

Os dois modelos de política externa do período final do regime militar resgataram as linhas gerais da Política Externa Independente e obtiveram grandes resultados no que diz respeito à diversificação do comércio com todo o globo, independentemente de matizes ideológicas. À exceção do período Castelo Branco, a política externa foi uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento econômico e industrial, buscando assim uma maior autonomia na cena internacional. O Brasil passou a exportar produtos primários para países do leste europeu, China e Japão, e manufaturados para África, Oriente Médio e Ásia.

Segundo Vizontini, o período Geisel/Figueiredo foi o auge do multilateralismo na política externa: o Brasil atuou não só na frente Norte-Sul, mas

¹⁶¹ VIZENTINI, 2002, p.336

¹⁶² Ibidem, p.340

também na Sul-Sul (com América Latina, Oriente Médio e África) e Sul-Leste (com países comunistas). Contudo, faltou a ambos governantes a ousadia interna proposta pela Política Externa Independente. O termo “Pragmatismo Responsável” é interpretado por Vizontini como uma idéia de modernização econômica sem reforma social, ao contrario da PEI que seria “irresponsável”¹⁶³.

De qualquer forma, o Brasil se tornou no período a décima economia mundial e o único país abaixo da linha do equador a possuir um parque industrial completo. O multilateralismo seria mantido até o início da década de 1990, quando a onda neoliberal e o conceito de globalização alinham o Brasil a um sistema interdependente e instável. Segundo Raimundo dos Santos Jr. a interdependência é um modelo que coloca em evidência a força das transnacionais e as crescentes interações sociais, econômicas, técnicas e culturais, que ocorrem fora do controle do Estado, embora sem tentar descartar a importância deste como principal ator das Relações Internacionais, até porque mesmo as transnacionais recorrem ao poder estatal quando lhes convém, mas sim tentar combinar aspectos que possam ajudar a explicar a dinâmica de um mundo em constante transformação¹⁶⁴. Um exemplo disso foi a própria crise do petróleo: países militarmente fracos impuseram aos mais fortes o embargo do combustível. Neste episódio evidenciou-se que poder militar e poder econômico não eram mais tão similares. No modelo de interdependência, os Estados não se comunicam mais apenas por meio dos canais formais, mas também por empresas, bancos e Organizações Não-Governamentais (ONG's). Outra característica da interdependência é o entrelaçamento da política interna com a externa, já que muitas vezes uma medida adotada por um órgão internacional como a OMC reflete instantaneamente na política interna de um país. Seu grande ponto frágil, porém é justamente a instabilidade do mercado, já que, como num efeito dominó a crise financeira de um país na Ásia pode gerar quedas nas bolsas, especulação e diminuição de investimentos em todo o globo.

O Pragmatismo Responsável não foi uma revolução ou uma novidade na política externa brasileira. Na verdade foi o auge de um movimento em busca do desenvolvimento por meio da diversificação de parcerias que já vinha de governos bem anteriores como o de JK, foi ampliado nos governos Jânio Quadros e João Goulart, retraiu-se com Castelo Branco e foi retomado nos governos seguintes

¹⁶³ VIZENTINI, 2002, p.363

¹⁶⁴ SANTOS, 2004, p.247

com maior ou menor intensidade. O diferencial do governo Geisel foi a conjuntura em que governou, quando a crise do petróleo fez com que o incremento das exportações, especialmente para o Oriente Médio fosse um imperativo e não meramente uma opção. Foi também um período de afastamento dos EUA e aproximação com a Europa Ocidental, especialmente com a Alemanha, com quem o Brasil iniciou um projeto nuclear. Geisel votou contra o sionismo e denunciou um acordo militar com os norte-americanos que, apesar de inoperante já durava mais de duas décadas e cujo rompimento foi altamente simbólico. Foi uma política externa baseada em riscos calculados, fazendo assim jus ao nome com que foi batizada.

3 BRASIL E IRAQUE: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA

O atual Iraque é constituído pela Mesopotâmia, berço das civilizações da Suméria, Acádia, Caldéia, Babilônia e Assíria, e foi alvo de disputas entre romanos, partas e sassânidas. Após a conquista árabe (633-642), a região se tornou uma das mais importantes do mundo islâmico. Em 750, os abássidas, com apoio dos xiitas fundaram Bagdá, a sua capital em 762. Conflitos entre turcos e mongóis ocorreram durante todo o período subsequente.

Entre 1515 e 1546, o império otomano efetivou a conquista daquele território, porém concedeu autonomia relativa à região. Os otomanos promoveram também a tentativa de ocidentalizar a área como fazia parte do plano que Mustafá “Ata Turk” Kemal levaria a cabo quatro séculos depois.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a região foi invadida por tropa anglo-indianas. Com a derrota turca e conseqüente desmanche do império otomano, a Grã-Bretanha através da recém-criada Sociedade das Nações, obteve o mandato sobre a região. Foi instalado no poder o hashemita (membro do clã dos hashem, descendentes do profeta Muhammad), Faiçal Ibn Hussein, herói da revolta árabe no Hedjaz e na Síria (1916-1918), e reinou no Iraque como Faiçal I, de 1921 a 1933. O distrito de Mossoul, reivindicado pela Turquia, foi atribuído ao Iraque em 1925. Dois anos depois seria fundada a IPC (*Iraq Petroleum Company*). Em 1930, o Iraque obteve uma independência simbólica, que manteve fortes laços com os britânicos. Em 1941, uma facção pró-eixo, liderada por Rachid Ali Gailani toma o país. Imediatamente, a Grã-Bretanha invade o Iraque e destitui este governo. O pós-guerra foi dominado por Nuri Al-Said, pró-britânico. Como vimos anteriormente, em 1958, o general Kassem tomara o poder e proclamaria a república. Os adeptos do nacionalista Nasser foram esmagados no ano seguinte, assim como os curdos.

Em 1963, os nasseristas chegariam ao poder por meio de um golpe que conduziria Abdul Salam Aref, sucedido em 1966 por seu irmão Abdul Rahman Aref. Este, por sua vez, seria apeado do poder pelo partido *Baath*, de inspiração socialista, em 1968. A IPC foi nacionalizada em 1972. Três anos depois os curdos foram deportados para o sul do país. Juntamente com os xiitas foram as principais minorias perseguidas pelo *Baath*. Em 1979, nova mudança no poder. Ahmad Hassan Bakr, foi deposto por Saddam Hussein.

Tanto Brasil quanto Iraque ambicionavam a hegemonia em suas regiões, o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica. No entanto, devido a Guerra Fria, os chamados países emergentes tinham que ser cautelosos nas suas negociações entre si, para não incorrer em sanções por parte das superpotências. Com a segunda crise energética, ocorrida em 1979, e a instabilidade no fornecimento de petróleo causada pela Revolução Iraniana, a relação entre os dois países é incrementada devido á necessidade brasileira do combustível. Como o Iraque era um importante fornecedor de petróleo para o Ocidente e seu governo considerado pelas superpotências como amistoso em comparação com o Irã e outras nações vizinhas, foi feita uma aproximação com aquele país. Além disso, o Iraque representava, aos olhos das superpotências, um dique de contenção do chamado fundamentalismo islâmico, e foi provido pelos EUA com armamento pesado e teve acesso a tecnologias sensíveis na guerra contra o Irã. O Brasil beneficiou-se muito deste contexto de tolerância às transgressões iraquianas, vendendo todo tipo de produtos ao Iraque, e mesmo nunca conseguindo equilibrar sua balança comercial com Bagdá, não mostrou sinais de desânimo. Um exemplo disso é que ás vésperas da invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990, o Brasil negociava com os iraquianos a venda de um satélite militar. Seria um dos últimos lances de uma história que começara quase três décadas antes.

Por vários anos, o Iraque foi um dos principais parceiros do Brasil, sendo o maior importador de serviços de engenharia e produtos industrializados brasileiros. O que facilitou de sobremaneira o comércio entre os dois países e principalmente o Brasil era o *Barter Trade*, uma espécie de escambo de petróleo por mercadorias. A partir de 1973, ano da crise do petróleo o superávit dos países produtores aumentou de forma impressionante saltando de 6, 6 bilhões de dólares para 67, 6 bilhões de dólares ¹⁶⁵.

Em contrapartida, o déficit dos países compradores também aumentou drasticamente. Com a intensificação do comércio entre Brasil e Oriente Médio, esta região do globo que, em 1970 correspondia a apenas 4,2% das exportações brasileiras, chegou em 1980 a 34%.¹⁶⁶ Com o aumento das taxas de juro decorrentes do segundo choque do petróleo sobrecarregaram os pagamentos

¹⁶⁵ ATTUCH, 2003, p.11

¹⁶⁶ Idem, p.12

da dívida externa do Brasil e pressionou ainda mais a abertura do país para as exportações, pois necessitava dispor de mais divisas. Foi nesse momento que o Brasil privilegia o Iraque como principal abastecedor de petróleo e montando uma ampla infra-estrutura para permitir a exportação de bens duráveis brasileiros aos iraquianos ¹⁶⁷.

As compras brasileiras neste país passaram de 795 milhões de dólares em 1978 para mais de três bilhões em 1980. Em 1978, o Iraque era o quarto fornecedor de petróleo ao Brasil depois do Japão, Arábia Saudita e EUA. Em 1980, o Iraque já era o maior fornecedor responsável por 20,51% do total das compras brasileiras no exterior, deslocando os EUA para o segundo lugar ¹⁶⁸.

O Iraque, próspero, atraiu a atenção do mundo todo. Saddam Hussein decidiu lançar um grande programa de desenvolvimento no país em termos de infra-estrutura, educação e desenvolvimento bélico. No ano de 1978, o governo iraquiano enviou à São Paulo um grupo de enfermeiras para estagiar em hospitais, conforme o tratado de cooperação técnica que havia sido assinado no ano anterior. No início da década de 1970, o Iraque nacionalizou seu petróleo, até então explorado pela IPC. Apesar da ameaça de embargo por parte dos EUA e da Grã-Bretanha, vários países como Itália, França, Hungria, Espanha e Brasil reconheceram a nacionalização e passaram a importar o produto iraquiano. O reconhecimento imediato da nacionalização por parte do Brasil nunca seria esquecido pelos iraquianos, que sempre tratariam o Brasil de forma especial. O governo brasileiro preocupado com uma possível crise de energia criou a Braspetro, um braço internacional da Petrobrás, que foi criada com o objetivo de prospectar petróleo em regiões distantes. Segundo o ex-presidente Ernesto Geisel:

Criou-se a Braspetro, uma empresa que começou a trabalhar no exterior com o objetivo principal, além de pesquisar e produzir óleo, inclusive para o nosso abastecimento, de conhecer e familiarizar-se com as modalidades de contrato *joint-venture* celebrados por diversos países com as empresas petrolíferas visando a produção de óleo.[...]A Petrobrás conhecia todas essas questões, mas teoricamente, porque estava muito isolada. Era necessário termos maior contato internacional [...]A abertura de contratos de risco ,no meu governo,foi uma decorrência da crise que sofremos com a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP ¹⁶⁹.

¹⁶⁷ MONTENEGRO, 1992, p. 58.

¹⁶⁸ Idem, p.84-85

¹⁶⁹ D'ARAUJO e CASTRO 1997, p.245.

Em outubro de 1974, a Braspetro deu início à fase de perfuração de área em território iraquiano, onde fora autorizada a pesquisar e explorar por meio de contrato assinado em agosto de 1972. A empresa esteve na Argélia, na Líbia e no Iraque. E o que encontrou lá superou qualquer expectativa. No delta dos rios Tigre e Eufrates, um campo chamado Majnoon com capacidade de produção de dez bilhões de barris, uma quantidade equivalente a toda a produção atual do Brasil¹⁷⁰.

As negociações sobre a forma de exploração daquelas reservas duraram anos. Os técnicos brasileiros previam que seria necessário um investimento de cerca de US\$2,5 bilhões de dólares para começar a extrair o petróleo. Pelo acordo original, a Petrobrás exploraria o poço, tendo o direito de adquirir 405.000 barris/dia, a preços 25% abaixo do mercado. Outros 300.000 barris/dia ainda seriam vendidos ao Iraque, com base nas cotações em vigor por um período de vinte anos. No entanto, com eclosão da guerra entre Irã e Iraque e a advertência, por parte do governo iraniano de que a área onde se encontrava Majnoon seria considerada zona conflagrada, fez com a Petrobrás mudasse de estratégia tratando de negociar uma indenização para o Brasil. Armando Guedes, da Petrobrás e Shigeaki Ueki, ministro das Minas e Energia em conversações com a equipe do presidente da companhia petrolífera iraquiana, a Somo obteve para o país uma indenização de trezentos milhões de dólares pelo que foi gasto em pesquisas geológicas, mais um fornecimento de cento e cinquenta mil barris por dia durante quinze anos¹⁷¹.

Armando Guedes, ex-presidente da Petrobrás, conta que certa vez ao chegar a Bagdá numa das mais de cem viagens que fez a cidade naqueles anos, obteve atendimento preferencial de Ramzi Al-Hussein, presidente da Somo que vendeu as 400 mil toneladas que Guedes lhe pediu pelo preço que transacionava normalmente, numa época em que havia ágio de até cinquenta por cento¹⁷².

O perito Fernando César da Silva, que pesquisou os arquivos da Petrobrás entre 1978 e 1988 por determinação da Justiça de Minas Gerais no processo que envolvia a Construtora Mendes Júnior e o Banco do Brasil, descobriu que neste período em que o Brasil trocou automóveis, engenharia e alimentos, a Petrobrás pagava 23,12 dólares o barril enquanto no mercado internacional pagava-se quase 29 dólares. Isto gerou ao país uma economia de 17,1 bilhões de dólares. Um dos

¹⁷⁰ ATTUCH, 2003, p.21

¹⁷¹ Idem, p.22

¹⁷² Ibidem, p.24

principais fatores para esta relação especial foi a entrada da Construtora Mendes Júnior no Iraque, que, com a experiência de quem já havia construído a maior parte da hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio - Niterói, venceu a concorrência para a realização de obras suntuosas do governo Saddam. Esta vitória num mercado tão concorrido como o então emergente Iraque, colocou a Mendes Junior entre as maiores construtoras do mundo.

Com a receita advinda da venda do petróleo o governo iraquiano pretendia fazer uma revolução na infra-estrutura do país, construindo ferrovias, rodovias, pontes, projetos de irrigação, enfim, tudo que um país precisa para se modernizar estruturalmente. A entrada da Mendes Junior abriu as portas para outras empresas brasileiras como a Sadia, a Massey-Ferguson e a Volkswagen. A movimentação financeira era tamanha que, em 1982 foi criado o Banco Brasileiro-Iraquiano, em associação com o Rafidain Bank. O dinheiro iraquiano era forte na época, chegando a valer mais de três dólares. O primeiro desafio da construtora brasileira foi a execução das obras da ferrovia Bagdá-Akashat, que teria nada menos que 533 quilômetros de extensão. Isto num país que contava com fornecimento deficiente de cimento, concreto e demais materiais necessários para a conclusão da obra. E Bagdá exigia que a obra fosse concluída em três anos. A maior parte da mão de obra era brasileira, que vieram com suas famílias para o Iraque onde a Mendes Junior montou verdadeiras cidades, com hospitais, colégios, clubes, restaurantes, etc. Muitos brasileiros conseguiram amealhar um bom dinheiro no Iraque, pois as refeições e lazer eram gratuitos e, portanto, com exceção das poucas despesas com a educação dos filhos, por exemplo, não tinham onde gastar seu salário¹⁷³. Após a conclusão da ferrovia, a Mendes Júnior foi convocada a realizar novas obras: primeiro uma rodovia que atravessava o país todo, chamada Expressway e depois uma das principais obras da empresa, o projeto Sifão. Sua finalidade era tornar agricultável uma grande parte do país cujo solo era excessivamente salinizado.

Este projeto, no entanto jamais seria concluído devido á eclosão de um dos mais sangrentos conflitos do século XX: a guerra Irã-Iraque.

A guerra iniciou-se no final de setembro de 1980, quando Saddam Hussein invade o Irã. O pretexto é o repúdio, por parte do Iraque, ao acordo de Argel

¹⁷³ Ibidem,p.38.

(1975), mediado pelo então secretário de Estado americano Henry Kissinger. O referido acordo define os limites dos dois países ao Shatt al Arab (“Costa árabe”), um canal de duzentos quilômetros formado pela confluência dos rios Tigre e Eufrates e que passa entre os dois países. O Iraque alegava necessitar de uma saída para o mar, o que facilitaria o escoamento de sua produção de petróleo. A região abriga importantes instalações petrolíferas, tanto do Irã, quanto do Iraque. Saddam Hussein desejava voltar à situação anterior a 1937, quando o Iraque detinha soberania sobre a totalidade do curso de água. Para acirrar os ânimos, o aiatolá Khomeini, líder iraniano, não esquecera que havia sido expulso por Saddam a pedido do xá Reza Pahlevi, quando de seu exílio em Najaf, e que o líder iraquiano dera apoio ao movimento contra-revolucionário de Shapur Bakhtiar e do general Oveissi, conhecido como o carniceiro de Teerã, por ter ordenado os massacres contra os manifestantes na época dos protestos contra o xá, que levaram a Revolução Iraniana. A imprensa, na ocasião, chegou a noticiar que Bakhtiar sabia da invasão iraquiana com um mês de antecedência e que teria um acordo com Saddam para ser empossado o novo líder iraniano numa eventual vitória do Iraque.

Mas na verdade, tanto o Iraque, quanto seus aliados, subestimaram a resistência iraniana, devido a aparente desorganização política e econômica do país no período de transição entre o regime do xá e o novo regime. Outro motivo que levou Saddam a estar tão confiante era o enfraquecimento do exército inimigo, já que os principais generais e demais comandantes militares de alta patente do exército iraniano haviam sido executados pelo regime de Khomeini. O ditador iraquiano estimou que talvez jamais se repetissem condições históricas tão favoráveis para o Iraque árabe derrotar o antigo império persa. Era também sua chance de arrebatá-lo para si o posto de senhor do golfo pérsico, vago desde a queda de Pahlevi. O momento também parecia propício para Saddam ocupar o papel de líder do mundo árabe, sucedendo o nacionalista egípcio Gamal Abdel Nasser, morto em 1970.

A guerra Irã-Iraque durou quase oito anos, de setembro de 1980 a agosto de 1988, quando o Irã aceitou a resolução 598 da ONU. Oficialmente, o Brasil manteve-se neutro quanto ao conflito. A guerra matou cerca de um milhão e meio de pessoas, e feriram muitas mais, gerando ainda, milhões de refugiados. No fim, nenhum dos motivos alegados para o início da guerra foi solucionado. As fronteiras entre os dois países permaneceram praticamente inalteradas.

Os impactos do conflito nas obras realizados por brasileiros foram imediatos. Muitos trabalhadores árabes abandonaram a obra para lutar no front. Além disso, o porto de Basra, onde desembarcavam todos os produtos necessários à empresa brasileira, como suprimentos, fora bombardeado pelos iranianos. Porém, com os ataques, a solução encontrada foi o desembarque em Ácaba, na Jordânia, levando a empresa a um aumento de gastos considerável. Segundo a revista *Veja*, a Mendes Junior pediu, a título de indenização, trezentos milhões de dólares pelos custos adicionais, e pelos atrasos nos pagamentos decorrentes do esforço de guerra iraquiano. O Iraque negou o pagamento da indenização, mas em compensação ofereceu à Mendes Júnior a construção de 345 dos 505 quilômetros da ferrovia entre Bagdá e Basra no valor de 2,4 bilhões de dólares¹⁷⁴. Mas, ficaria por conta da construtora a missão de negociar com o Banco do Brasil o financiamento das obras. Quando o prejuízo já chegava a quase meio bilhão de dólares a construtora decidiu paralisá-las. Como o Iraque precisava das mesmas, tanto quanto o Brasil precisava de petróleo, o Banco do Brasil interveio e passou a emprestar recursos ao governo de Bagdá para que as obras não fossem paralisadas e o petróleo não parasse de fluir.

Foi então que o empresário Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen no Brasil teve uma idéia inusitada: vender automóveis ao Iraque. Como o país direcionava grande parte de suas verbas ao esforço de guerra, Sauer decidiu realizar *barter trade* com o Iraque. Trocaria seus veículos por petróleo e depois revenderia este à Petrobrás. Foi uma operação complicada, pois, em um país em guerra, a idéia era atravessar o país com caminhões carregados de petróleo até a Jordânia, onde o produto seria embarcado para o Brasil. Depois de muita negociação por intermédio da Interbrás (Petrobrás Comercio Internacional S/A), finalmente o negócio foi fechado, e a Volkswagen vendeu ao Iraque 175.000 veículos modelo Passat, a maior venda de automóveis de um único modelo já realizada.

Com esta venda e o aumento da exportação de mais armas, frangos congelados e açúcar, as vendas do Brasil ao Iraque chegaram próximas ao patamar de um bilhão de dólares. Em 1984, o ministro do petróleo do Iraque Qassem Ahmed Taqi, visitou o Brasil e voltou satisfeito com a garantia do governo brasileiro de que o

¹⁷⁴ VEJA, 25/01/1984, p.74

país continuaria comprando 160.000 barris diários com grandes possibilidades de que este número chegasse a duzentos mil.

Em relação à indústria brasileira de armamentos, manteve-se a mesma postura pragmática, ou seja, o interesse econômico sempre sobrepujou eventuais objeções políticas. A idéia era apenas vender e se omitir de qualquer responsabilidade sobre como seriam (ou contra quem seriam) utilizadas aquelas armas. A IMBEL (Indústria de Material Bélico) estatal criada em 1975 para concorrer com as nações mais desenvolvidas, tinha segundo o ex-secretário-geral do Exército, Arnaldo Calderari seus objetivos centrados em¹⁷⁵

Articulação de campos pioneiros existentes no país, para encontrar soluções e caminhos inexplorados, que permitissem novas opções para investimentos, diversificação da pauta de exportações e facilidades para a importação de bens de capital.

Fortalecimento da iniciativa privada, orientado no sentido de harmonizar e equilibrar seus esforços com a fabricação militar e, em curto prazo, estabelecer uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades de segurança, geradas pelo crescente desenvolvimento do País.

Orientação especial à indústria de material bélico, que poderia ser dada através de uma empresa capaz de instalar, impulsionar e nacionalizar um moderno parque fabril, conduzindo-o como o já existente no País e em condições de superar restrições tecnológicas, pressões internas e externas, e cooperar em outros campos de pesquisa.

A indústria bélica brasileira passou por um crescimento acentuado desde seu surgimento, concorrendo e chegando a vender aeronaves para gigantes da área como França, Inglaterra e EUA. Como afirma Miyamoto, para o governo brasileiro não importava a coloração do regime cliente desde que a moeda fosse o dólar. Contudo, até o puro comercialismo brasileiro tinha limites, pois o Itamaraty vetou a venda de aeronaves modelo tucano para o regime racista sul-africano, alegando que tal atitude poderia prejudicar a imagem do Brasil no mercado¹⁷⁶.

Durante a década de 1980, o Iraque foi o principal cliente da indústria de armas brasileira. Seria simplista afirmar que se tratou apenas de uma troca de mercadorias por petróleo. Na verdade, ainda no programa de “Pragmatismo Responsável” de Geisel, as relações com o Iraque tinham o objetivo declarado de fazer com que o Brasil passasse incólume pela segunda grande alta do petróleo de 1979. O Oriente Médio, por se tratar de uma área sempre instável politicamente constitui um mercado em potencial para a compra de armamentos. Segundo dados

¹⁷⁵ *Apud.* MIYAMOTO, 1985, p.353

divulgados em 1990, o Brasil teria vendido ao Iraque pelo menos 776 blindados tipo Cascavel; 380 veículos anfíbios modelo Sucuri; 300 veículos de reconhecimento chamados Jararaca e uma centena de lançadores tipo Astros. Em apenas sete anos o Iraque adquiriu do Brasil mais de um bilhão de dólares em armas, helicópteros, aviões leves, tanques e blindados ¹⁷⁷.

O conflito foi uma vitrine para os produtos brasileiros que logo foram encomendados também por países como Líbia, Catar e Arábia Saudita. Para outros tipos de armamentos o grande parceiro do Iraque foi a Avibrás (Aviação Brasileira S/A), que vendeu a Bagdá mísseis de longo alcance, foguetes, radares, explosivos e munição, além do principal item da Avibrás, o sistema Astros, que eram lançadores móveis de mísseis e foguetes com alcance de até sessenta quilômetros. No entanto, o sistema só tomou impulso de fato a partir de 1984, após a assinatura de um tratado de cooperação industrial e militar entre Brasil e Arábia Saudita, que financiou indiretamente a fabricação do sistema Astros por meio de um empréstimo ao Iraque. Esta operação deu autonomia à Avibrás, que não estava mais vinculada às forças armadas brasileiras, além de projetar o nome da empresa no mercado internacional. O governo brasileiro decidiu investir para aproveitar melhor este nicho de mercado. Para a promoção externa da indústria bélica o governo votou as “Políticas Nacionais de Material de Emprego Militar”, (PNEMEM), que se tratava de um conjunto de medidas destinadas a agilizar a burocracia e todos os recursos disponíveis para que as relações comerciais fluíssem de forma mais rápida. O sistema estabeleceu créditos e subsídios para a exportação de armas e isentou de impostos diversos produtos necessários à fabricação de armamentos. Esta política foi reforçada pelo rompimento do acordo militar com os EUA, que fez com que o Brasil buscasse seu próprio caminho na indústria armamentista ¹⁷⁸.

A exportação do Brasil para a região durante a década de 1980, situa-se na faixa de setecentos a oitocentos milhões de dólares anuais. Apenas para o Iraque as vendas alcançaram o montante de 280 milhões de dólares, em média. A inserção da indústria de armas na relação com o Oriente Médio em geral e o Iraque em particular deve ser entendida como uma estratégia do governo muito bem planejada. Esta cooperação incluiu até projetos na área nuclear.

¹⁷⁶ MIYAMOTO, 1985, p.361

¹⁷⁷ MONTENEGRO, 1992, p. 30.

No início da década de 1980 o Iraque possuía um dos principais exércitos do mundo, mas aspirava dominar a tecnologia nuclear. Para isso o governo iraquiano assinou com a França um Acordo de Cooperação Nuclear. Tal acordo, porém logo foi abortado devido a um ataque surpresa do exército de Israel, que destruiu completamente as instalações de Osirak.

Em 1981, numa negociação que gera polêmica até hoje, o governo brasileiro vendeu ao Iraque grandes quantidades de urânio, em diferentes graus de enriquecimento. A edição da revista *Veja* de 24/06/1981, realizou uma reportagem de capa sobre o tema. Segundo a publicação, todo o imbróglio a respeito da venda urânio enriquecido ao Iraque começou com uma nota no jornal inglês *The Guardian*, onde foi publicado que um avião comercial do Iraque decolara do aeroporto de São José dos Campos transportando uma carga de urânio com destino á Bagdá. Esta notícia, a principio não repercutiu na mídia brasileira. A polêmica toda só surgiu depois que o Ministério das Relações Exteriores de Israel divulgou uma nota em que inclui o Brasil num rol de cinco países que poderiam estar fornecendo urânio ao governo de Saddam Hussein. Esta menção causou um ligeiro incidente diplomático entre os dois países, pois o Brasil argumentou firmemente que o urânio vendido não era enriquecido e não podia ser responsabilizado por eventual uso do material para fins bélicos. A reportagem informava que o urânio em sua forma natural, ou apenas superficialmente beneficiado, é material abundante e disponível no mercado, dispensando operações clandestinas para ser obtido.

O autor lembra que o Brasil vendia peças de reposição de caças e outros veículos de guerra, para o Iraque e outros países produtores de petróleo, e que desde 1980, o Brasil formava técnicos iraquianos nas diversas fases das atividades nucleares. O autor lembra as relações especiais entre os dois países, com o grande fluxo de mercadorias provenientes do Brasil e que, até o bombardeio do porto de Basra pelos iranianos em 1980, rendia ao Brasil cerca de trezentos milhões de dólares anuais.

O Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, que chefiou as pesquisas do Centro Aeroespacial de São José dos Campos apesar de negar que o Brasil desenvolvesse o processo de enriquecimento de urânio com fins bélicos, admite que

¹⁷⁸ Ibidem, p.61-62

não houve controle das agências internacionais na negociação com o Iraque¹⁷⁹. Oficialmente, Piva, que coordenou uma equipe de vinte e quatro cientistas em Bagdá, estava apenas auxiliando os iraquianos a desenvolverem um sistema de mísseis ar-ar. Segundo ele, seu trabalho no Iraque durou de 1979 a 1982, e envolveu tão somente foguetes de curto alcance e veículos militares comprados da Avibrás. Retornou ao Iraque ainda mais duas vezes, em 1986 e no ano seguinte, quando ajudou a desenvolver os mísseis ar-ar. Mesmo depois de reformado, Piva, como vice-presidente da Órbita, que contava com a participação da Embraer, da Imbel, e da Engesa, continuou trabalhando com o Iraque. Depois que saiu da empresa, ainda atuaria como consultor da Engesa e com sua própria empresa, a HOP, sempre com o conhecimento do governo brasileiro.

Em janeiro de 1980, foi assinado um acordo de cooperação nuclear, que deveria vigorar em 1981, e, em agosto foi estabelecido um acordo de mútua colaboração na área científico-tecnológica. O acordo nuclear com o Iraque foi assinado em janeiro de 1980, em Bagdá, estabelecendo uma relação de ampla cooperação entre as entidades nacionais responsáveis pela energia nuclear em cada país, a Nuclebrás, brasileira, e a Comissão Nacional de Energia Atômica, iraquiana. O acordo seria válido por dez anos renováveis por períodos de um ano e encontrava-se vigente quando a ONU declarou o embargo ao Iraque após a Guerra do Golfo. A cooperação nuclear seria desenvolvida principalmente nas áreas de prospeção, exploração, extração mineral e enriquecimento de urânio; fornecimento de urânio natural e de urânio levemente enriquecido, para o abastecimento dos reatores; fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia para a construção dos reatores; intercâmbio de *know-how* do Sistema Internacional de Informações da AIEA (Agencia Internacional de Energia Atômica); intercâmbios de visitas, realização de experiências conjuntas e formação de recursos humanos¹⁸⁰.

Bagdá esperava com esta cooperação desenvolver armas atômicas, enquanto o Brasil, para a obtenção deste mesmo objetivo também buscava se aproveitar das relações nucleares que o Iraque possuía com França e URSS para obtenção de *know-how*. Em 1981, o CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear) embarcou material para a central nuclear de Osirak, que seria bombardeada por

¹⁷⁹ ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*. (p.153)

¹⁸⁰ MONTENEGRO, 1992

Israel posteriormente. Uma semana depois, por meio do embaixador Sérgio Correia da Costa, o Brasil emitiria um voto de protesto contra o ataque no Conselho de Segurança da ONU.

A propósito, devido as relações especiais que o Brasil tinha com o Iraque, o governo brasileiro sempre procurou evitar criticar o país árabe, especialmente nos foros multilaterais, colocando sempre em primeiro plano as relações comerciais, característica do pragmatismo responsável de Geisel que permaneceu nos governos Figueiredo e Sarney. Norte-americanos e franceses agiram de forma semelhante, valorizando o comércio em detrimento da crítica a posição ditatorial de Saddam Hussein. No caso brasileiro, cooperação nos foros multilaterais, acordos econômicos e culturais sempre aparecem nos discursos dos dignitários dos dois países. Em maio de 1986, o Vice – Primeiro- Ministro do Iraque, Taha Yassin Ramadan, visitou o Brasil. Deste encontro foi emitido um comunicado conjunto no qual se mencionou a reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, que cobriu temas econômicos e comerciais, bem como assuntos de cooperação científica e tecnológica. Em novembro do mesmo ano, o Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco retribuiu a visita, participando da cerimônia de abertura da Feira Internacional de Bagdá, onde presidiu a celebração do “Dia do Brasil.” A proximidade entre Brasil e Iraque, pode ser aferida por este discurso do então vice-presidente do Brasil Aureliano Chaves na ocasião da visita de Ramadan:

“[...] deste novo Iraque que está sendo construído, o Brasil tem sido sócio nos empreendimentos que exaltam a capacidade de realização valendo destacar que o Iraque é o maior fornecedor de petróleo para o Brasil, seu maior cliente no mundo árabe, e um dos dez maiores parceiros do Brasil. Até dezembro de 1979, o número de brasileiros radicados no Iraque para trabalhar poderá chegar a dez mil pessoas, ocupados em pesquisas geológicas, construção civil e engenharia ferroviária...”¹⁸¹

Somente no ano de 1983, Brasil e Iraque realizaram três pedidos de votos em diversos foros multilaterais. Em março, o Brasil pediu ao Iraque que o apoiasse na reeleição no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, (ICAO). Em junho, é feito um acordo de troca de votos entre os dois países no Conselho da Organização Marítima Internacional, (IMO). E, no mês seguinte, o Iraque pediu ao Brasil que o apoiasse na candidatura daquele país na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, (AIEA). De uma forma

¹⁸¹ Discurso do ex-vice-presidente do Brasil, Aureliano Chaves, na ocasião da visita do vice-presidente do Iraque, Muyuddin Marouf, em 14 de maio de 1979.

geral, o Brasil declarava sua solidariedade ao Iraque nos fóruns internacionais e vice-versa. Em 1984, a empresa brasileira de engenharia *Nation* desenvolveu um projeto para construir instalações nucleares no Iraque. No entanto, o programa nunca foi adiante porque as autoridades iraquianas queriam que as mesmas fossem capazes de suportar bombardeios. Como o Iraque encontrava-se numa situação econômica complicada em decorrência do conflito com o Irã o projeto acabou sendo abandonado.

Como já foi dito a modalidade de comércio mais utilizada nas relações Brasil-Iraque foi o *counter trade*, *barter* ou o comércio compensado. Esta era uma forma de utilizar a conta petrolífera da Petrobrás como um meio de financiamento das exportações. Este modelo de comércio não foi utilizado somente em relação ao Iraque, mas também com outros países exportadores de petróleo como Nigéria e Argélia. O *counter-trade* foi realizado da seguinte maneira: havia sempre um montante máximo e um prazo para a sua execução. Neste caso o acordo era de 1,2 bilhões de dólares e seria realizado durante três anos de importação de petróleo. Destinava-se um percentual do total de barris/dia comprados pelo Brasil, contra o pagamento de produtos adquiridos pelo Iraque. Exemplo: 50.000 barris por dia, importados durante três anos pagavam 100.000 Passats da Volkswagen, adquiridos pelo Iraque. Os veículos eram embarcados e seu preço descontado das importações de petróleo brasileiras.¹⁸²

Após dez anos de comércio bilateral nos moldes acima citados, as exportações brasileiras para o Iraque raras vezes superavam 10% do valor das importações de petróleo e o déficit acumulado da balança de pagamento chegou a mais de dois bilhões de dólares. As exportações brasileiras cresceram até 1983 quando chegou a 420 milhões de dólares, mas depois este valor passou a cair. Em 1987, houve uma tentativa de reaquecer o comércio com um acordo assinado em Brasília envolvendo a Scania, a Massey Perkins e a Volkswagen. Tal negociação, no entanto, não vingou, pois uma reclamação por parte do Brasil de uma dívida não paga não obteve resposta do Iraque fazendo com que o Banco do Brasil cancelasse os financiamentos.

¹⁸² MONTENEGRO, 1992, p. 93.

Segundo Montenegro,

“...o Brasil exigia a devolução de 143 milhões de dólares devidos à CACEX por financiamentos não pagos, 276 milhões por equipamentos de propriedade do BB, 250 milhões de dólares depositados como garantia de obras, além de 34 milhões de dólares emprestados pelo BB. As empresas privadas [...] se consideravam credoras de: Avibrás, 53 milhões por vendas não pagas; Promon Engenharia, 1,4 milhões de dólares; Perdigão, 4,7 milhões de dólares; Esusa 3,6 milhões; Mendes Junior, 534 milhões e outras empresas, 2,3 milhões.” (p.102)¹⁸³

A guerra Irã-Iraque causou um grande prejuízo para a construtora Mendes Júnior. Em pleno esforço de guerra, o governo iraquiano começou a atrasar seus pagamentos para a empreiteira brasileira. Quando as dívidas já chegavam a quase meio bilhão de dólares, em 1987, a direção da empresa decidiu suspender as obras. Apenas dois anos depois a questão foi pelo menos, parcialmente solucionada, quando o Banco do Brasil assumiu as obrigações da Mendes decorrentes da obras no Iraque. Com a instabilidade da situação, a construtora ameaçou por diversas vezes deixar o país, mas logo o Banco do Brasil agia, emprestando dinheiro ao governo iraquiano. Como o Brasil precisava do petróleo do parceiro árabe, a Mendes Júnior foi usada como uma espécie de garantia do fornecimento do produto. Uma vez assinado o contrato, a Mendes Júnior reiniciou as obras, e o Banco do Brasil comunicou à Câmara de Comércio Internacional de Paris, que ele passaria a ser o credor do governo de Bagdá. Tudo estava pronto para que se retomasse o ritmo normal dos trabalhos quando uma nova guerra assinalaria o fim das relações Brasil-Iraque por um longo período.

O Kuwait, detentor de 10% das reservas mundiais de petróleo, já fez parte do território iraquiano, e lhe foi tomado quando da partilha arbitrária da região realizada pela Inglaterra. Saddam Hussein, ao invadir o país vizinho em agosto de 1990, argumentava que o Kuwait estava vendendo petróleo a preços muito abaixo dos praticados no mercado para agradar os EUA, o que caracterizaria concorrência desleal.

Segundo Tarek Aziz, então Ministro das Relações Exteriores,

[...] queríamos fazer entender ao presidente Bush que o Iraque não representava um perigo para os interesses legítimos dos EUA na região. Estimávamos que as divergências entre os árabes não eram assunto americano e não desejávamos que os EUA intervissem. É a razão pela qual Saddam Hussein convocou (a embaixatriz americana) April Glaspie, antes de nossa entrada no Kuwait. [...] Ela nos disse unicamente que, quando era funcionária no Kuwait nos anos 60, a posição dos EUA no

¹⁸³ MONTENEGRO, 1992, p.102

conflito era de não-intervenção.[...]Conhecíamos esse fato histórico.Na época ,o Kuwait era uma colônia britânica e os americanos não estavam presentes.Quando o general Kassem ameaçou o Kuwait em 1961 [...] encontrou diante dele os ingleses e não os americanos.[...]Durante essa entrevista,houve um chamado do presidente Mubarak.[...]Na sua volta,ele disse que acabava de ser combinado um encontro entre nós e o Kuwait em Djeddah.Ele estava otimista.A decisão de invadir o Kuwait foi tomada após o fracasso da reunião.¹⁸⁴(p.36)

De acordo com Patrick Denaud existe um documento do final de 1989 redigido pelo diretor de segurança do Estado do Kuwait, mencionando um acordo com a CIA. Os kuwaitianos teriam sido inflexíveis na reunião citada por Aziz porque possuíam todas as garantias de segurança por parte de Washington. Tarek Aziz defende no livro de Denaud a idéia de que o Iraque não tinha intenções de ocupar o Kuwait e seu raciocínio é bastante lógico. Segundo ele, se fosse o caso seria mais inteligente fazê-lo na década de 1970,quando a URSS era uma superpotência aliada dos iraquianos,e quando a influência norte-americana ainda não se fazia sentir de maneira tão acentuada ¹⁸⁵. Porém havia outro motivo para a invasão iraquiana. Como em tantas outras guerras, a necessidade de uma saída para o mar foi um dos motivos alegados por Bagdá. Com a invasão do Kuwait, a ONU decretou um embargo contra o Iraque, que o transformou num paria internacional, completamente isolado do resto do mundo. O embargo levou cerca de 1,5 milhões de pessoas á morte, metade das quais formada por crianças menores de cinco anos, números reconhecidos pelas Nações Unidas¹⁸⁶. O resultado do embargo para o povo iraquiano foi tão desastroso, que, em março de 2000, o diretor do programa humanitário da ONU, Hans Von Sponek, renunciou ao cargo, alegando não suportar mais o peso desta tragédia.

Quando a Guerra do Golfo começou, havia 450 brasileiros no Iraque, entre funcionários da Avibrás, Mendes Júnior, Volkswagen, e da Cacex (Consultoria e Acessória de Comércio Exterior). Mesmo com a eclosão da guerra, Saddam exigia a continuação dos trabalhos, embora o governo brasileiro tivesse acatado a proibição da ONU de manter qualquer relação de negócios com Bagdá. No início de 1990 o embaixador Flecha de Lima foi enviado a capital iraquiana com a espinhosa missão de retirar os brasileiros do Iraque. Muitos viram essa missão como um

¹⁸⁴ DENAUD, 2003, p. 36

¹⁸⁵ Ibidem, p.37

¹⁸⁶ Disponível em <http://www.geocities.com/Iraqinfo/sanctions/sanctions.html>, acessado em: 30/11/2006.

castigo a um dos idealizadores da relação Brasil-Iraque. Os opositores desta relação começaram a disseminar boatos de que os brasileiros estavam recebendo maus tratos. Estes rumores se espalharam a tal ponto, que no dia 10 de janeiro de 1991, Flecha de Lima enviou um telegrama ao Ministro das Relações Exteriores do Iraque, Tarek Aziz, relatando a má repercussão na mídia brasileira sobre a lentidão na liberação dos brasileiros e suas conseqüências na relação Brasil-Iraque. Muitos brasileiros nos acampamentos começaram a entrar em pânico ante a possibilidade de viver num país bombardeado pela maior potência bélica mundial. Alguns itens básicos, como leite, começaram a escassear. Muitos acharam que a empresa não queria deixá-los retornar ao Brasil. O corpo diplomático brasileiro também passou por maus momentos. Em telegrama enviado pelo diplomata René Loncan, classificou a situação dos diplomatas de uma forma geral como reféns do governo iraquiano, que os usavam como escudos humanos, numa tentativa desesperada de adiar o máximo possível o ataque. Felizmente, os brasileiros não tiveram tanta dificuldade de sair do país como estrangeiros oriundos de países participantes da coalizão montada pelos EUA. Antes de partir, porém, a Mendes Júnior preparou iraquianos para a manutenção do Projeto Sifão e da Expressway, enquanto eram divulgados editais para que construtoras locais assumissem a conclusão das obras. Cerca de US\$ 230 milhões de dólares em equipamentos foram abandonados no Iraque. Entre 13 de agosto de 1990, quando a embaixada brasileira no Iraque comunicou que os funcionários da Mendes Júnior deveriam ser retirados e 15 de janeiro de 1991, quando o último funcionário deixou o Iraque, a empresa passou por momentos de tensão devido as negociações para a liberação dos vistos¹⁸⁷.

Quando a Mendes Júnior deixou o país, a ferrovia já tinha sido entregue, assim como 95% da Expressway. O Projeto Sifão era o que encontrava-se mais atrasado: apenas 30% das obras estavam prontas.

No período de 1979 a 1989, auge das relações Brasil-Iraque, o Brasil acumulou exportações da ordem de US\$ 4 bilhões de dólares, tendo a Mendes Júnior, como base dessa relação. As importações chegaram a US\$22 bilhões. Em entrevista a Leonardo Attuch, o ex-ministro do planejamento Delfim Netto afirma que em outros países o Brasil compraria petróleo em condições muito menos favoráveis

¹⁸⁷ BORGES e MENDES, 2004, p. 224-225.

e provavelmente não conseguiria exportar quantia significativa de produtos para o Oriente Médio,enfrentando um grave colapso no abastecimento de petróleo.

Em janeiro de 1991,quando começaram os bombardeios norte-americanos, Narciso de Fonseca Carvalho, diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, visitou Bagdá para negociar o contencioso da Mendes Junior com o Banco Central Iraquiano.

Mas o imbróglio financeiro mal começara: o Brasil como credor, deveria pagar todas as dívidas da construtora e buscar ressarcimento junto ao governo iraquiano ou nos fóruns internacionais de arbitragem. No entanto,em 1995, o Banco do Brasil decidiu executar judicialmente a Mendes Júnior, a despeito de a empresa ter sido a base de relações lucrativas e favoráveis ao comércio brasileiro.

A História das relações entre Brasil e países árabes só ganha relevância do ponto de vista econômico na década de 1960. O desconhecimento mútuo entre as partes sempre foi um entrave para que o comércio fluísse de maneira satisfatória. O primeiro passo nesta aproximação ocorreu por meio do estabelecimento de embaixadas, iniciado no governo Médici. Contudo, a conjuntura econômica da crise do petróleo levou seu sucessor, Ernesto Geisel a estreitar laços com o Mundo Árabe. A princípio o intercâmbio mais intenso se dava com dois países do norte da África: Argélia e Líbia, embora ambas as relações sempre tenham sido especialmente deficitárias para o Brasil,devido ao baixo interesse daqueles países em importar produtos brasileiros.

Com a Arábia Saudita, maior produtor mundial de petróleo, houve um intercambio volumoso advindo da comercialização de blindados, tanques e caças. Mas foi com o Iraque que o Brasil desenvolveu uma relação toda especial que ultrapassou o mero interesse comercial. Devido a uma solidariedade terceiro-mundista aliado a gratidão do governo iraquiano ao Brasil por este ter reconhecido a nacionalização do petróleo daquele país anos antes, o Iraque sempre garantiu ao Brasil o suprimento de petróleo, mesmo quando este passava por dificuldades financeiras advindas do segundo choque do petróleo. Não se pode descartar também o fato de que tratavam-se de dois países em estágio de desenvolvimento semelhante,que possuíam ambições de hegemonia regionais,e que buscavam satisfazer seus interesses nacionais evitando maiores atritos com as superpotências. O comércio entre os dois países foi denominado *barter trade*,que poderia ser traduzido em bom português como “escambo”.

O Iraque aceitou trocar petróleo por automóveis, blindados, alimentos, produtos manufaturados, entre outros. A presença brasileira no Iraque se deu por meio da instalação do braço internacional da Petrobrás, a Braspetro, que descobriu o poço de Majnoon, um dos maiores do mundo até então e a Construtora Mendes Junior que executou diversas obras de infra-estrutura no Iraque, como rodovias e ferrovias. No final da década de 1970, o país liderado por Saddam Hussein era um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, numa relação que incluiu também diversos acordos culturais, de transferência de tecnologia, e até a criação de um banco, o Brasileiro-Iraquiano, liquidado na esteira das sanções contra o Iraque impostas pela ONU em 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo do século XX as relações do Brasil com o então Império Otomano, cuja área cobria todo o Oriente Médio eram praticamente inexistentes e D. Pedro II havia sido o único líder brasileiro a visitar a região. A partir daquele momento e até a década de 1960 as relações com a região foram incipientes, tendo se tornado mais substanciais somente a partir do governo Médici. Com Geisel na presidência este processo de aproximação atinge proporções nunca vistas, não só do ponto de vista comercial, mas político também, com o Brasil votando contra o sionismo na ONU e trocando votos de apoio com o Iraque em diversos organismos internacionais. Do ponto de vista econômico, o Brasil, endividado e passando pela ressaca do projeto que pretendia transformá-lo numa potência, precisava de divisas e via na exportação uma excelente maneira de equilibrar suas finanças.

A crise do petróleo fez com que o intercâmbio com os árabes se tornasse um imperativo para que o país não sofresse tanto com a escassez de combustível. Em troca de petróleo, o Brasil exportou os mais diversos produtos e aproximou-se não só comercialmente, mas também politicamente do Iraque de Saddam Hussein e da OLP, de Yasser Arafat, afastando-se de Israel. As semelhanças entre Brasil e Iraque, como potências médias e regionais e pelas suas ambições nucleares, fizeram com que este país mesopotâmico merecesse destaque entre os demais países árabes. O Brasil possuía uma imagem bastante positiva no mundo árabe, tanto por ter acolhido muitos imigrantes daquela região, como por sua tradição diplomática de não interferência nos assuntos internos de outros países.

No entanto, é importante lembrar que a intensificação do comércio com o mundo árabe fazia parte de um projeto maior que era a diversificação de parcerias e a busca por uma maior autonomia econômica. No pensamento de Geisel ter boas relações com os EUA era essencial, desde que a soberania do Brasil não fosse prejudicada.

Apesar de não ter obtido todo o sucesso que se esperava e de ter recebido severas críticas de setores mais conservadores, o fato é que o mercado árabe foi desbravado e mantém-se até hoje como uma região de grande potencial, já que no Golfo Pérsico há países cujas rendas *per capita* estão entre as mais altas do

mundo, configurando-se, portanto, em mercados de alto poder aquisitivo. Seguindo a tendência mundial de união em blocos econômicos, os países árabes têm procurado se agrupar de forma mais ou menos equânime em termos econômicos no afã de aperfeiçoar sua capacidade de negociação frente a grupos mais fortes.

As condições para um intercâmbio intenso como o ocorrido na década de 1970 talvez nunca se repitam, mas certamente o período analisado neste trabalho configurou-se num interessante exercício de relação Sul-Sul e uma busca mútua de autonomia e desenvolvimento no contexto de bipolaridade da Guerra Fria.

FONTES

JORNAL FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 03/12/2003 a 13/12/2003.

REVISTA VEJA São Paulo: Ed. Abril, 02/02/1978 a 18/10/1991.

BIBLIOGRAFIA

AL-SAFI, Mansour Saleh. **Arábia Saudita: Política Externa e Aspectos de Suas Relações com o Brasil** 1^a, ed. Brasília: Thesaurus, 1993.

ATTALAH, Paulo Sérgio. **Relações Internacionais Entre o Brasil e o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas**, Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2001. [Anais de seminário].

ATTUCH, Leonardo. **Saddam, o Amigo do Brasil: a História Secreta da Conexão Bagdá**. 1^a.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

_____ e MENDES, Murillo. **Quebra de Contrato: O Pesadelo dos Brasileiros**. 1^a ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas: Brasil e Estados Unidos**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2004.

BEDIN, Gilmar Antônio(org). **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência e interdependência**. Ijuí. Ed. Ijuí, 2000, 304 p.

BORGES, Nilson Filho. Forças Armadas e Política Externa: O Governo Geisel. Brasília: **Revista Política e Estratégia**. Vol.III, N. 2 Abr - Jun, 1985, p.266-274

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. 2^a ed. Brasília: UnB, 2002.

_____. **A Política Externa Brasileira 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986.

CAMARGO, Sônia e OCAMPO, José Maria Vasquez. **Autoritarismo e Democracia na Argentina e no Brasil. Uma Década de Política Exterior (1973-1984)**. São Paulo: Convívio, 1988.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho. Autonomia Militar e Construção da Potência. Rio de Janeiro: In: **As Forças Armadas no Brasil**. 1^a ed. Espaço e Tempo s/a, 1989 p.57-144

_____. Avaliação e Perspectivas da P&D Militar. In: **Revista de Política Externa**, Vol.3, Número 1, Jun-Ago 1994. São Paulo: Paz e Terra. p.17-32.

CERVO, Amado. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Número 40, 1997, p.5-26.

_____. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Número 46, 2003, p.2-22.

COSTA, Vanda Maria. A Escola Superior de Guerra e a Nova República. In: **Revista Política e Estratégia**. Brasília, Vol.III, Número 2, Abr-Jun 1985, p.259-265.

CHALLITA, Mansour. **Arábia Saudita: As mil e uma noites em nossos dias**. s/ed. Rio de Janeiro: Acigi, s/ano.

DECUADRA, Daniel Rótulo. **Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros em Relação ao Atlântico Sul (1964-1990)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ em 1991.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. s/ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DE CHANCIE, John. **Nasser**. s/ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DENAUD, Patrick. **Iraque, a Guerra Permanente: a Posição do Regime Iraquiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (org.s) **Ernesto Geisel**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Dossiê Geisel**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERREIRA-LOPES, José. **As Relações com os Países Árabes: O Conselho Árabe de Cooperação do Golfo [GCC]**. Relatório pessoal [inédito].

FERREIRA, Oliveiros. As Forças Armadas Como Instrumento de Política Externa. Brasília: **Revista Política e Estratégia**. Vol. IV Numero 4, Out-Dez 1986, p.548-553.

FERREIRA, Rogério. **O Parto do Demiurgo: A Gênese da Estratégia Econômica do Governo Geisel**. (Dissertação-Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1999.

GARCIA, Eugênio Vargas. O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989) Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, número 40, 1997, p.18-40.

GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1978

GRILLO, Vera de Araújo. A Teoria dos Sistemas e o Modelo da ESG: Uma Análise. Brasília: FUNAG In: **Revista Política e Estratégia**, Vol. VI, Número 1, Jan-Mar, 1988, p 75-97.

HERZ, Mônica. A Dimensão Cultural das Relações Internacionais e os Atores Não-Governamentais. **Revista do Instituto de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro: PUC. Jul-Dez, 1988, p.69-82.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KINZER, Stephen. **Todos os Homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as Raízes do Terror no Oriente Médio**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LACKNER, Helen. **A House Built of Sand: a Political Economy of Saudi Arabia.** s/ed. Reading: Ithaca Press, 1982.

LESSA, Antônio Moraes Lessa. **A Estratégia de Diversificação de Parcerias no Contexto do Nacional-Desenvolvimentismo (1974-1979).** *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, número 38, 1995, pp. 24-39.

MACEDO, Ubiratan Borges. A Escola Superior de Guerra, Sua Ideologia e Trânsito Para a Democracia. Brasília: FUNAG. **Revista Política e Estratégia** Vol. VI Número 2, Abr-Jun, 1988 (p.215-222)

MAJZOUB, Ismail. **Relações Internacionais Entre o Brasil e o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas**, Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2001. [Anais de seminário].

MARINHO, Ilmar Penna Jr. **Petróleo: Política e Poder.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil: Geopolítica e Destino.** 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. IN: RÉMOND. René (org.). **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico** [Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós-64]. (Tese-Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

_____. **A Geopolítica e o Brasil Potência.** Marília: UNESP, 1985.

_____. **Geopolítica e Política Externa Brasileira.** Marília: UNESP, 1987.

_____. **Escola Superior de Guerra: Mito e Realidade.** Brasília *Revista Política e Estratégia* Vol. V, Numero 1, Jan - Mar 1987 [p.76-97].

_____. e GONÇALVES, Williams. **Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil Pós-64.** Campinas, UNICAMP, 1991.

MOLIVER, Donald e ABBONDANTE, Paul. **The Economy of Saudi Arabia**. S/ed. Westport: Praeger, 1980.

MONTENEGRO, Marcelo. **Indústria Bélica e Diplomacia na Relação Brasil-Iraque (1979-1989)**. (Dissertação-Mestrado) Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

NETTO, Rodolpho Gustavo da Paixão. **A Segurança Nacional nas Relações Internacionais**. Brasília: Revista Política e Estratégia Vol VI, Numero 2, Abr-Jun, 1988, p.247-251.

OLIVEIRA, Eliezér Rizzo. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. Brasília: **Revista Política e Estratégia** Vol VI, Numero 2 Abr-Jun, 1988, p.233-246.

_____. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976

OMAR, Jabr Hussein. **Relações Internacionais Entre o Brasil e o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas**, Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2001. [Anais de seminário].

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Pragmatismo Responsável e política de poder: a política externa do Governo Geisel**. (Dissertação-Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEDRAZA, Luis Dallanegra. **Bases para uma Teoria das Relações Internacionais a Partir da Visão dos Países do Sul**. Brasília: Revista Política e Estratégia, Vol. V Número 4, Out – Dez, 1987, p.529-549.

PEREIRA, Antonio Carlos. **Aspectos Totalizantes da Doutrina de Segurança Nacional**. Brasília: FUNAG. Revista Política e Estratégia. Vol VI, Número 2, Abr-Jun, 1988, p. 252-271.

PORTO, L. de A. Nogueira. **A Política Exterior: Da Independência ao Pragmatismo**. Brasília, *Revista Política e Estratégia*. Vol.IV, Número 2, Abr-Jun, 1986, p.280-289.

QUADROS, Jânio. **Nova Política Externa do Brasil.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano IV, número 16, dezembro de 1961, pp.150-156.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. **A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70.** (Dissertação-Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SAFADY, Jorge. **A Imigração Árabe no Brasil.** 2 vol. (Tese-Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

SANTOS, Norma Breda. **A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira: Perfil da Produção Bibliográfica.** *Revista Brasileira de Política Internacional*. Numero 45, 2002, p.26-45.

SILVA, Silvana Romancini. **Política Externa Brasileira para os Países Árabes de 1974 a 1984.** (Dissertação-Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1988.

SPEKTOR, Matias. **Origens e Direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável.** *Revista Brasileira de Política Internacional*. Numero 47, 2004, p.2-33.

UNGER, Craig. **As Famílias do Petróleo: as Relações Secretas entre os clãs Bush e Saud.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro.** 1.ed. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.